

**Universidade Estadual Paulista
“Júlio de Mesquita Filho”**

Faculdade de Ciências Farmacêuticas.

**O sistema alimentar das comunidades rurais do
Distrito de Sussundenga no contexto da prevenção e
combate à desnutrição infantil em Moçambique**

Maitu Abibo Buanango

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Alimentos e Nutrição para Exame de Qualificação de Doutorado em Alimentos e Nutrição.

Área de Concentração: Ciências Nutricionais

Orientadora: Prof^a Dr^a Maria Rita Marques de Oliveira.

Coorientador: Pedro Fernando Chimela Chume.

ARARAQUARA

2021

O sistema alimentar das comunidades rurais do Distrito de Sussundenga no contexto da prevenção e combate à desnutrição infantil em Moçambique

Maitu Abibo Buanango

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Alimentos e Nutrição para Exame de Qualificação de Doutorado em Alimentos e Nutrição.

Área de Concentração: Ciências Nutricionais

Orientadora: Prof^a Dr^a Maria Rita Marques de Oliveira.

Coorientador: Pedro Fernando Chimela Chume.

ARARAQUARA

2021

B918o Buanango, Maitu Abibo.
O sistema alimentar das comunidades rurais do Distrito de Sussundenga no contexto da prevenção e combate à desnutrição infantil em Moçambique / Maitu Abibo Buanango. – Araraquara: [S.n.], 2021.
165 f. : il.

Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista. "Júlio de Mesquita Filho". Faculdade de Ciências Farmacêuticas. Programa de Pós Graduação em Alimentos e Nutrição. Área de Concentração em Ciências Nutricionais.

Orientadora: Maria Rita Marques de Oliveira.
Coorientador: Pedro Fernando Chimela Chume.

1. Práticas alimentares. 2. Diversidade dietética. 3. Ciclone Idai. 4. Ambientes alimentares. 5. Ações cooperativas. I. Oliveira, Maria Rita Marques de, orient. II. Chume, Pedro Fernando Chimela, coorient. III. Título.

Diretoria do Serviço Técnico de Biblioteca e Documentação - Faculdade de Ciências Farmacêuticas
UNESP - Campus de Araraquara

CAPES: 33004030055P6
Esta ficha não pode ser modificada

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA TESE: Sistema alimentar das comunidades rurais do Distrito de Sussundenga no contexto da prevenção e combate à desnutrição infantil em Moçambique

AUTOR: MAITU ABIBO BUANANGO

ORIENTADORA: MARIA RITA MARQUES DE OLIVEIRA

COORDENADOR: PEDRO FERNANDO CHIMELA CHUME

Aprovado como parte das exigências para obtenção do Título de Doutor em ALIMENTOS E NUTRIÇÃO, área: Ciências Nutricionais pela Comissão Examinadora:

Profa. Dra. MARIA RITA MARQUES DE OLIVEIRA (Participação Virtual)
Departamento de Ciências Humanas e Ciências da Nutrição e Alimentação / Instituto de Biociências de Botucatu - UNESP

Profa. Dra. JAQUELINE SGARBI SANTOS (Participação Virtual)
Instituto de Desenvolvimento Rural / Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira - UNILAB

Profa. Dra. ROSA WANDA DIEZ GARCIA (Participação Virtual)
Departamento de Clínica Médica da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto - USP

Dra. NINA PAULA FERREIRA LARANJEIRA (Participação Virtual)
Núcleo de Estudos em Agroecologia / Universidade de Brasília (UnB)

Araraquara, 24 de maio de 2021

Dedicatória

Aos meus queridos pais **Abibo Buanango** e **Elisa Biasse Sabão**, por me terem apoiado em todos os momentos da vida e me terem proporcionado alicerces seguros e que me permitiram saber olhar com esperança, alcançar os meus sonhos e aproveitar a cada oportunidade que a vida me oferece.

À minha filha, **Yumnah** (Yumi), meu maior tesouro e minha melhor amiga, que me inspira em tudo quanto faça para o alcance dos meus objetivos. Tenho ciência do sofrimento que terei causado pelo meu afastamento, em momentos importantes e difíceis de sua vida, sei também que mesmo que ainda não tenhas alcançado o entendimento e a dimensão da conquista que busco, irás comemorar comigo, e quando alcançares o entendimento verás que tudo valeu a pena.

Aos meus irmãos, **Sifa**, **Aboobacar**, **Anifo**, **Abiba (Sasha)**, **Yassimin** e **Tassilima** (Tashinha), sabeis que todos vós sóis super-irmãos. O vosso carinho e afeto fizeram com que o desafio que decidi abraçar se tornasse menos cruel.

Aos meus sobrinhos **Káren** e **Málick** (campeão), mesmo distantes, a ingenuidade da vossa comunicação transmitida através de fotos, ligações, abraços, me tornaram mais forte.

Do fundo do meu coração, muito obrigado a todas e todos.

Agradecimento

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Em primeiro lugar à ALLAH (Deus), o misericordioso, pela vida e por incutir em mim a coragem, determinação para prosseguir rumo à concretização dos meus sonhos e, sobretudo, por me ter proporcionado momentos maravilhosos ao cruzar caminho de pessoas maravilhosas, que agregam valores em mim.

À direcção da Universidade Zambeze pela autorização para o meu afastamento durante o período de formação.

À Faculdade de Ciências Farmacêuticas, em especial à coordenação e à Secção Técnica da Pós-graduação por todo o apoio na minha ambientação e esclarecimentos necessários ao longo da formação.

À minha orientadora, Prof^a Maria Rita Marques de Oliveira, pessoa e profissional incrível que me é difícil de caracterizá-la, sem parecer exagero. Sem dúvida, uma das pessoas mais empáticas que já tive a oportunidade de conhecer em toda a minha vida. Acreditou em mim, apoiou-me, ensinou-me, integrou-me, incentivou-me e educou-me para a vida, tanto ao nível pessoal como profissional e me proporcionou orientação e ferramentas para este e futuros trabalhos.

Ao meu coorientador, Prof. Pedro Fernando Chimela Chume, que desde o primeiro dia que conversamos, soube do meu interesse em continuar com a minha formação, e me incentivou a tornar possível o meu sonho.

À administração do Distrito de Sussundenga, em particular o Secretário Permanente, Dr. David, que tornou possível a realização da pesquisa. À Diretora dos Serviços Distritais de Saúde, Género e Ação Social, Dr^a Elsa, que desde o primeiro

contato se prontificou em colaborar connosco. Aos nutricionistas Vicente e Florência do Centro de Saúde Distrital de Sussundenga e todos os profissionais de saúde deste Centro e o de Munhinga que intermediaram e tornaram possível à realização do estudo.

Aos Serviços distritais de Atividades Económicas, pela colaboração, em especial o extensionista rural, Zacarias Téngua, pelas informações prestadas e indicação das comunidades produtoras, e ao técnico de Piscicultura, Manuel Tondo, pelo acesso aos produtores de peixes e aos tanques piscícolas.

Aos líderes tradicionais, às direções distrital de Educação e Tecnologia, e da Escola Primária de Munhinga que viabilizaram o conhecimento da localização dos domicílios dos alunos. À Sra Elsa Mangué, pelo auxílio na tradução de português para a língua local e vice-versa.

Ao meu grande amigo, **Amalito**, um verdadeiro companheiro de todos os momentos (felizes e tristes), sempre presente. Aos amigos de longa data (souberam demonstrar como uma amizade verdadeira se fortalece nos desafios criados pel distância) e os conquistados durante a trajetória do Doutorado e permanência no Brasil em especial, **Bárbara** (pelo incentivo, apoio e disponibilidade em auxiliar-me nos momentos de dificuldade e ausência de eventos sociais), **à Joyce, Gabriel, Luciane, Adriana, Juan David, Jackelin, João e Carla** que me apoiaram, me acolheram, fizeram-me sentir parte de suas vidas e famílias.

Por fim, agradeço á todas as pessoas de longe ou de perto, que direta ou indirectamente colaboraram, incentivaram e me apoiaram nesta busca que pretendo que seja incessante de conhecimento.

*“ A educação é a arma mais poderosa que
você pode usar para mudar o mundo.*

*Devemos promover a coragem onde há medo,
promover o acordo onde existe conflito e
inspirar esperança onde há desespero”.*

(Nelson Mandela)

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo compreender como o sistema alimentar interfere nas práticas alimentares, ações cooperativas e programas de prevenção e combate à desnutrição infantil nas comunidades rurais de Sussundenga, província de Manica, em Moçambique. O mesmo será desdobrado em forma de artigos, que terão em conta os seguintes objetivos: 1) analisar os efeitos do ciclone Idai na diversidade dietética, nas comunidades do distrito de Sussundenga, em Moçambique, considerando a sua produção, perdas de alimentos, disponibilidade de alimentos, produtos alimentares de difícil aquisição e o consumo alimentar; 2) Analisar o patriarcado e as consequentes desigualdades de gênero na estrutura das organizações associativas rurais e nos agregados familiares vulneráveis à insegurança alimentar, bem como, suas percepções em relação aos prejuízos do ciclone Idai no seu cotidiano; 3) Descrever o sistema alimentar, buscando compreender suas interações e possíveis influências na segurança alimentar e nutricional, no distrito de Sussundenga, Moçambique; 4) Analisar o trabalho em rede no distrito de Sussundenga, a partir de sua dinâmica social, buscando evidenciar os principais atores e sua relação no contexto da implementação de programas e ações visando à prevenção e combate à desnutrição infantil em Moçambique. Trata-se de um estudo quali-quantitativo, baseado em entrevistas semi-estruturadas, Escore de Diversidade Dietética e observação participante, que envolveu um total de 208 informantes. Foi utilizado como referencial teórico a abordagem dialética e como referencial metodológico o método hermenêutico-dialético de Minayo. Os resultados apontam que houve perdas de alimentos nos domicílios e nos campos de cultivo, bem como a redução na disponibilidade e consumo de alimentos, resultantes da passagem do ciclone Idai. As relações de gênero interferem na questão de participação das mulheres nas ações cooperativas, e foram considerados como limitantes na produção de alimentos, a invasão de animais silvestres de criação pecuária em locais produtivos, eventos ambientais, incluindo depressão tropical, invasão de insetos e gafanhotos, além de observadas algumas práticas agrícolas precárias, que são agudizadas pelas dificuldades de acesso aos insumos necessários à produção. Os ambientes alimentares encontrados apresentam algumas fragilidades que podem estar influenciando no comportamento alimentar e, também, podem estar comprometendo a segurança alimentar e nutricional, apontada como causa da desnutrição infantil em Moçambique. As políticas públicas não contemplam de forma efetiva os atores do cenário nas ações preventivas. Portanto, além de fatores culturais, há várias outros que podem estar contribuindo para práticas alimentares insustentáveis.

Palavras-chave: Práticas alimentares; diversidade dietética; ciclone Idai; ambientes alimentares; ações cooperativas.

Abstract

The present work aims to understand how the food system interferes with dietary practices, cooperative actions and programs to prevent and combat child malnutrition in rural communities in Sussundenga, province of Manica, in Mozambique. It will be developed in the form of articles, which will take into account the following objectives: 1) to analyze the effects of cyclone Idai on dietary diversity, in the communities of the district of Sussundenga, in Mozambique, considering its production, food losses, availability of food, difficult to buy food products and food consumption; 2) Analyze patriarchy and the consequent gender inequalities in the structure of rural associative organizations and in households vulnerable to food insecurity, as well as their perceptions regarding the damage caused by Cyclone Idai in their daily lives; 3) Describe the food system, seeking to understand its interactions and possible influences on food and nutritional security, in the district of Sussundenga, Mozambique; 4) Analyze networking in the district of Sussundenga, based on its social dynamics, seeking to highlight the main actors and their relationship in the context of implementing programs and actions aimed at preventing and combating child malnutrition in Mozambique. It is a qualitative and quantitative study, based on semi-structured interviews, Dietary Diversity Score and participant observation, which involved a total of 208 informants. The dialectical approach was used as the theoretical framework and Minayo's hermeneutic-dialectical method as the methodological framework. The results indicate that there was a loss of food in the households and in the fields of cultivation, as well as a reduction in the availability and consumption of food, resulting from the passage of cyclone Idai. Gender relations interfere with the issue of women's participation in cooperative actions, and were considered as limiting the production of food, the invasion of wild livestock animals in productive places, environmental events, including tropical depression, invasion of insects and locusts, in addition to observing some precarious agricultural practices, which are aggravated by the difficulties of access to the inputs necessary for production. The food environments found have some weaknesses that may be influencing eating behavior and, also, may be compromising food and nutritional security, identified as a cause of child malnutrition in Mozambique. Public policies do not effectively include actors in the scene in preventive actions. Therefore, in addition to cultural factors, there are several others that may be contributing to unsustainable eating practices.

Keywords: Eating practices; dietary diversity; cyclone Idai; food environments; cooperative actions.

Abreviaturas e Siglas

ACS - Agente Comunitário de Saúde

CHD – Círculo Hermenêutico dialético

CRM - Constituição da República

DUATs - Direito de Uso e Aproveitamento de Terra

DUDH - Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH)

DDS – Diversidade Dietética

EAN - Educação Alimentar e Nutricional

EPCM - Escola Primária Completa de Munhinga

FANTA – Assistência Técnica Alimentar e Nutricional (Organização das Nações Unidas)

FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação

FMI - Fundo Monetário Internacional

FRELIMO - Frente de Libertação de Moçambique

GAPI - Gabinete de Apoio a Pequenos Investimentos

ha - hectares

IC – Informantes-chave

IB – Informantes básicos

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

inSAN - Insegurança Alimentar e Nutricional

IS – Informantes Secundários

MISAU - Ministério da Saúde (Moçambique)

MC –Mulher da Comunidade

ONG - Organização Não Governamental

OUA - Organização da Unidade Africana

PAE - Programas de Ajustamento Estrutura

PARPA - Plano de Ação para a Redução da Pobreza Absoluta

PEDSA – Plano Estratégico de Desenvolvimento do Setor Agrário

PIDESC - Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais

PMT - Praticantes de Medicina Tradicional

PMRD - Plano Multissetorial para a Redução da Desnutrição Crónica

PRE - Programa de Reabilitação Económica

PRES - Programa de Reabilitação Económica e Social

PRN – Programa de Reabilitação Nutricional

PSSB - Programa de Subsídio Social Básico

SAN - Segurança Alimentar e Nutricional

SETSAN – Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional

SNS - Sistema Nacional de Saúde (Moçambique).

Lista de tabelas e quadros

Capítulo 1

Quadro 1: Grupos de pessoas que participaram da pesquisa: proveniência, designação e observação, do distrito de Sussundenga, província de Manica, Moçambique, 2019.....44

Quadro 2: Fórmula para a tabulação de Escore de Diversidade Dietética ao nível domiciliar, segundo a Aliança Técnica para Nutrição da Organização das Nações Unidas (2006).....49

Quadro 3: Grupos de alimentos tidos em conta para o cálculo da Diversidade Dietética, de acordo com a Assistência Técnica Alimentar e Nutricional - FANTA (2006).....50

Capítulo 2

Tabela 1: Características sociodemográficas e econômicas de mães de escolares nas comunidades de Munhinga, Sussundenga, Província de Manica, Moçambique, 2019.....56.

Tabela 2: Produção e perdas de alimentos, disponibilidade e acesso após à passagem do ciclone, nas Comunidades de Munhinga, em Moçambique, 2019.....60

Capítulo 3

Quadro 1: Prejuízos causados pelo ciclone nas organizações associativas, Sussundenga, Manica, Moçambique, 2019.....64

Lista de anexos

Anexo 1: Escore de Diversidade Dietética apresentado pela FAO (2011) traduzido.....	151
Anexo 2: Roteiro de entrevista.....	153

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	17
Capítulo 1.....	21
1. Introdução Expandida.....	21
1.1. Contextualização do local: limites e divisão administrativa.....	22
1.2. Contexto Histórico e político de Moçambique.....	25
1.3. Sistema Nacional de Saúde de Moçambique: Perspectiva histórica.....	28
1.4. Direito à Saúde em Moçambique.....	29
1.5. Políticas nutricionais em Moçambique.....	31
1.6. Políticas agrícolas e questões sobre a terra em Moçambique.....	33
1.7. Sistemas alimentares.....	38
1.8. Ambientes alimentares.....	42
1.9. Alimentação e cultura.....	44
2. Percurso Metodológico.....	47
2.1. Escore de Diversidade Dietética (DDS).....	54
Capítulo 2.....	57
Efeitos do ciclone Idai na produção, disponibilidade e acesso aos alimentos no distrito de Sussundenga em Moçambique.....	58
1. Introdução.....	59
2. Metodologia.....	60
3. Resultados e Discussão.....	62
4. Conclusão.....	72
5. Referências.....	73
Capítulo 3.....	76
Patriarcalismo e percepções sobre os prejuízos do ciclone Idai nos agregados familiares vulneráveis à insegurança alimentar e organizações rurais: reflexões a partir de Sussundenga, Manica - Moçambique.....	77
Introdução.....	78
A promoção do desenvolvimento local em Moçambique.....	82
A questão da pobreza e (in)segurança alimentar.....	84

Patriarcalismo e percepções sobre os prejuízos do ciclone Idai nos agregados familiares vulneráveis à Insegurança alimentar e nas organizações rurais nas comunidades de Munhinga, Sussundenga.....	86
Considerações finais	98
Referências	99
Capítulo 4.....	104
O sistema alimentar e ambientes alimentares na segurança alimentar e nutricional: um olhar para a realidade moçambicana, distrito de Sussundenga.....	105
1. Introdução	106
2. Metodologia.....	108
3. Resultados e Discussão.....	108
4. Considerações finais.....	118
5. Referências.....	119
Capítulo 5.....	123
Programas e ações de prevenção e combate à desnutrição em Moçambique: análise do trabalho em rede, a partir da dinâmica social, em Sussundenga.....	124
1. Introdução	125
2. Metodologia.....	127
3. Resultados e Discussão.....	128
4. Considerações finais.....	141
5. Referências.....	141
Considerações gerais.....	144
Referências bibliográficas	145
Anexos	154
Anexo 1.....	155
Anexo 2.....	157

APRESENTAÇÃO

O presente trabalho propõe-se a compreender como as variáveis do sistema alimentar interferem nas práticas alimentares e a identificar as ações cooperativas e programas de prevenção e combate à desnutrição infantil nas comunidades rurais de Sussundenga, província de Manica, em Moçambique. Partiu-se do pressuposto de que a cultura influencia as práticas alimentares. A escolha de Moçambique como local de estudo é pelo fato de ser o país que me viu nascer e crescer. E, a escolha do distrito, em particular, deveu-se, por um lado à sua localização geográfica, na região central do país, de onde sou originário e, por outro lado, porque Sussundenga tem sido mencionado muitas vezes devido a elevada taxa de desnutrição infantil. Trata-se de um território rural, conhecido como o celeiro da província de Manica, onde tem se registrado a ocorrência de eventos climáticos que, além de provocarem a destruição em infraestruturas, também criam danos nas cadeias produtivas, afetando a disponibilidade e agravando o acesso aos alimentos. O ciclone Idai que assolou o país, em março de 2019, gerou oportunidade para que, além dos objetivos traçados inicialmente, quando se visitou o distrito em setembro de 2018, também fossem conhecidos os efeitos deste evento climático sobre a disponibilidade, produção e acesso aos alimentos entre famílias de escolares. Por essa razão, há inclusão de dados relativos a esse evento climático, na perspectiva de entender como é que a diversidade dietética das famílias foi afetada.

Em abril de 2019, cheguei, pela primeira vez, à Sussundenga. Na sequência, tive um acolhimento maravilhoso, por parte dos funcionários públicos, que me prestaram todo o tipo de apoio para a viabilização da pesquisa. Quando cheguei nas comunidades, a tendência foi a mesma. Entrei em Sussundenga como uma pessoa estranha, não conhecia ninguém, mas hoje, conto com várias pessoas amigas para a vida. Visitei cada família acompanhado por uma senhora da comunidade que me ajudou muito na interpretação das questões colocadas ou na tradução das respostas

dadas pelas entrevistadas, pois, muitas vezes, as entrevistas eram feitas na língua chitewe, sobre a qual não tenho domínio.

Durante as entrevistas, muitas vezes, vi-me obrigado a abandonar o roteiro previamente feito, pois, sentia que os dados que me eram fornecidos iam além do que eu pretendia.

À semelhança de uma visita familiar no campo, sentávamo-nos à sombra de uma árvore no quintal e sobre um banco, cadeira ou tronco improvisado como assento. Mas também cheguei em famílias onde não havia cadeiras e nada que as substituíssem. Mesmo assim, nesses casos, as famílias demonstravam preocupação muito grande, as mulheres iam correndo para a casa da vizinha que tivesse cadeira, mesmo quando eu dizia que não era necessário, poder-me-ia sentar ao chão. Daí que, em diante, decidi, me antecipar, quando chegasse a uma casa, que aparentava dificuldades extremas, eu já me sentava sobre o chão para evitar a preocupação das mulheres.

Fiquei muitas vezes triste, porque testemunhei de perto situações muito difíceis de vivências, que só tinha visto pela televisão. Mas o mais encantador é que mesmo diante das adversidades, eu era recebido, com muita alegria estampada no rosto, o que permitiu transformar o momento da entrevista em conversa. Pois bem, diga-se que o que colhi dessas “conversas” foi extremamente valioso, tanto para a realização do trabalho de doutorado, quanto para me inteirar da cultura local.

Confeço que, antes da minha ida para o campo, eu imaginava que as leis formais que regulavam os diversos mecanismos da vida social e econômica existentes no meu país eram suficientes para amparar qualquer situação da vida. Mas entendi que antes de recorrer às leis formais, é de todo importante saber o que dizem as comunidades. Por exemplo, os líderes tradicionais (régulos) exercem um papel importante nos processos de desenvolvimento local, particularmente na questão relativa à terra. Vale lembrar que, formalmente, a lei declara que a terra é propriedade do Estado, no entanto, presenciei momentos de “negociação” entre os potenciais “compradores” de terra e os régulos, sendo que estes últimos tinham a missão de influenciar as comunidades para ceder as terras para a venda.

Foi marcante ver que, na maioria das famílias por onde passei, quem trabalhava na terra e quem cuidava da casa era a mulher, que também participava da construção de moradias para a família, começando da produção de materiais como tijolos. Nisso, me questionava em relação as perspectivas dessas mulheres e crianças inseridas nesse contexto de dificuldades extremas, onde tudo parece muito incerto, agravado pelo fraco acesso aos serviços sociais básicos. Ao mesmo tempo que me questionava, definitivamente, eu entendia que, de onde vim, a minha realidade é muito privilegiada.

Assim, pude reforçar o entendimento de que a educação é uma ferramenta necessária e crucial em processos de mudança. Embora reconheça a minha “limitadíssima” capacidade para mudar o mundo, e o local em particular, o conhecimento que adquiri durante a pesquisa, poderá servir para reorganizar as minhas prioridades e reconhecer o meu privilégio.

Saí de Sussundenga diferente de como entrei, ou seja, o sentimento que tive ao deixar o local era de “dívida” para com as comunidades e profissionais que muito me apoiaram nessa caminhada. Desta feita, sinto-me no dever de pelo menos ser o porta voz e parte da solução de alguns dos problemas apresentados e constatados. Esse trabalho cumpre, em parte com esse propósito.

Dessa forma, definiu-se como objetivo geral: compreender as práticas alimentares, ações cooperativas e programas de prevenção e combate à desnutrição infantil nas comunidades rurais de Sussundenga, província de Manica, em Moçambique. Especificamente, o objetivo teve os seguintes desdobramentos:

- Analisar os efeitos do ciclone Idai na diversidade dietética, nas comunidades do Distrito de Sussundenga, em Moçambique, considerando a sua produção, perdas de alimentos, disponibilidade de alimentos, produtos alimentares de difícil aquisição e o consumo alimentar;
- Analisar o patriarcado na estrutura das organizações associativas rurais e nos agregados familiares vulneráveis à insegurança alimentar, incluindo, as percepções em relação aos prejuízos do ciclone Idai no seu cotidiano;
- Descrever o sistema alimentar, buscando compreender suas interações e possíveis influências na segurança alimentar e nutricional, no distrito de Sussundenga, Moçambique;

- Analisar o trabalho em rede no distrito de Sussundenga, a partir de sua dinâmica social, buscando evidenciar os principais atores e sua relação no contexto da implementação de programas e ações visando à prevenção e combate à desnutrição infantil em Moçambique.

A Tese foi desenvolvida em quatro capítulos. O capítulo I traz informações para o entendimento do contexto da pesquisa, onde é apresentada a história de Moçambique, desde o período não civilizacional, passando pela independência e sua constituição como Estado, até ao momento presente, na tentativa de compreender como é que os vários momentos históricos podem ter contribuído para os hábitos alimentares que propiciam o surgimento e persistência da desnutrição infantil. Os capítulos subsequentes 2, 3, 4 e 5 foram elaborados na forma de artigos, obedecendo aos critérios e normas estabelecidos pelas revistas onde foram submetidos para publicação, bem como, em conformidade com as normas vigentes no Programa de Pós-graduação em Alimentos e Nutrição da Faculdade de Ciências Farmacêuticas da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), onde este trabalho está vinculado. Neste manuscrito, também incluem-se anexos referentes ao roteiro de entrevista (Anexo 1), Escore de diversidade dietética (Anexo 2).

Este trabalho busca preencher parte de lacuna sobre as práticas alimentares no contexto rural em Moçambique. É pioneiro e inovador, tendo em conta que o mesmo considera variados aspectos (cultural, sócio-demográficos, climáticos, e de políticas públicas) associados ao consumo alimentar. O mesmo ganha mais relevância, atendendo aos apelos recorrentemente feitos pelas autoridades do país em relação a necessidade de estudos para a compreensão de práticas alimentares nas suas diversas dimensões.

Capítulo 1

1. Introdução Expandida

1.1. Contextualização do local: limites e divisão administrativa

A alimentação é uma prática social fundamental para a promoção da saúde humana¹. Constitui um dos principais fatores responsáveis para a prevenção ou o surgimento da desnutrição, que é ainda um desafio significativo para o desenvolvimento em muitos países da África Subsaariana, incluindo Moçambique^{2, 3}.

Moçambique é um país que localiza-se ao Sul do Equador, na costa oriental de África, na região da África Austral, e estende-se entre os paralelos 10°27' e 26° 52' de latitude Sul e entre os meridianos 30°52' e 40°51' de longitude. O mesmo apresenta condições climáticas do tipo tropical, e se enquadra no fuso horário 2, tendo assim, duas horas de avanço relativamente ao Tempo Médio Universal (TMU), e devido a essa localização, a diferença de duração entre o dia e a noite é mínima, ao longo do ano, por isso as suas condições térmicas são relativamente constantes.

Conforme mostra a figura 1, seus limites, ao norte, a República da Tanzânia, ao sul, a África do Sul, ao este, o Oceano Índico, a oeste, o Zimbabué e a África do Sul, ao noroeste, o Malawi e a Zâmbia, e ao sudoeste, a África do Sul e a Swazilândia⁶. Sua extensão territorial cobre uma superfície total de 799.380 km², da qual 786.380 km² corresponde à terra firme e 1300 km² é ocupada por águas interioresⁱ. Sua configuração apresenta variação na sua largura, sendo a maior entre a confluência do rio Aruângua com o rio Zambeze, no distrito de Zumbo, à oeste da província de Tete, e a Ponta Janga na península de Mussoril, à este da província de Nampula, com 963 km. A menor largura é de 47,5km, e situa-se ao sul do país entre a fronteira da Swazilândia em Namaacha e o Alto Farol da Catembe, na Baía de Maputo. O comprimento máximo é de 1.800 km, entre a foz do rio Rovuma, ao norte, e o rio Maputo ao sul⁴, conforme se apresenta na figura 1.

Figura 1: Mapa de Moçambique ilustrando os limites e a divisão administrativa (províncias).



Fonte: Pinterest, Geograph map⁵

Sua divisão administrativa estrutura-se em província, distrito, Posto Administrativo, localidade e povoações⁴, e esta forma de organização corresponde as áreas de jurisdição do poder, desde o nível nacional, provincial, distrital, localidades e povoados. Moçambique é um Estado do tipo unitário, em que somente existe um poder Legislativo, um Poder Executivo, um Poder Judiciário, todos centrais, com as respectivas sedes na capital do país, sendo que as outras autoridades no território são por delegações do poder central⁶.

Por sua vez, as províncias agrupam-se, geograficamente em três regiões: norte, que corresponde 36,6% da superfície total, compreendendo as províncias de Niassa, Cabo Delgado e Nampula; região central que possui 41,9% da superfície territorial do país, agregando as províncias de Zambézia, Tete, Manica e Sofala; e a região sul, com apenas 21,4% do total da superfície, contemplando as províncias de Inhambane, Gaza, Maputo e Maputo-cidade, sendo esta última, a capital do país⁷.

Neste contexto, o distrito de Sussundenga localiza-se na região central, na província de Manica, que tem como limites ao norte, distritos de Gondola e Manica; ao este, a República do Zimbábwe, ao sul, o distrito de Mossurize, e ao oeste, o distrito de Búzi (província de Sofala), com uma superfície de 7.107km². E, mais de 70% da população desse distrito é campestre, sendo a agricultura familiar a atividade mais praticada⁷.

Figura 2: Mapa ilustrando a localização do distrito de Sussundenga, província de Manica, Moçambique.



Fonte: Pinterest, Geograph map⁴

Mais recentemente, há uma década atrás, Moçambique era referenciado por agências e organizações de desenvolvimento como um exemplo em África, dado o crescimento econômico que vinha assinalando^{8,9,10}. No entanto, esse crescimento econômico não se refletia na saúde das populações, tendo em conta que nesse mesmo período os índices de desnutrição já eram de 43% no país, e essa situação tem-se

agravado, sobretudo, devido à ameaças constantes, com destaque para conflitos armados violentos, eventos climáticos, crises econômicas, uma história de socialismo paralisado e, mais recentemente, em 2019, a pandemia do novo coronavírus (COVID-19)^{10,11}.

De modo geral, o governo moçambicano apresenta sinais de bastante preocupação pela situação nutricional das populações do país, leitura possível de ser feita a partir dos planos e programas, nos quais a nutrição consta como uma das prioridades, sobretudo, a preocupação na erradicação da desnutrição infantil¹². Porém, ainda há pouca literatura disponível sobre o assunto, e a existente é, majoritariamente de autoria estrangeira.

1.2. Contexto Histórico e político de Moçambique

A história de Moçambique é muito anterior à chegada dos portugueses, em finais do século XV, e ao falar dela antes de sua constituição e delimitação territorial, remete sempre à região da África Austral onde o país se insere, na medida em que, já existiam habitantes, os bosquímanos, que sobreviviam na base da caça e coleta. A estes povos se juntaram os Bantu, povos oriundos da floresta densa da região congoleza¹³.

Vale ressaltar que um terço da população negra-africana é Bantu¹⁴, dividida em vários grupos, com características geográficas e traços culturais diferentes, entre os quais os KHOI-KHOI e SANⁱⁱ, também chamados KHOISAN que apresentavam uma organização social e de desenvolvimento que os Bantu já tinham ultrapassado há vários séculos. Estes são tidos como os primeiros habitantes da África Austral, que além da caça e recolha de frutos e vegetais selvagens, também dedicavam-se à pesca, com recurso a instrumentos de trabalho bastante rudimentares^{13, 14}.

Dessa forma, os árabes-suahilis chegaram à costa moçambicana antes dos portugueses, isso é, no século VII, onde estabeleceram entrepostos para trocas de produtos, sobretudo, o ouro e o marfim por outros artigos diversos. Os árabes nesse

ⁱⁱ Nome genérico para o “não-Bantu”. Em Inglês Bushmen

período preocupavam-se essencialmente com a questão comercial, e foi também com esse propósito que Portugal chegou pela primeira vez à Moçambique, embora especula-se que não tenha sido intencionalmente, porque Vasco da Gama se deslocava para Índia na sua embarcação, onde pretendia controlar o escoamento do ouro e marfim, quando deparou-se com a costa moçambicana. Portanto, quando os portugueses chegaram em Moçambique, encontraram já estruturas organizativas constituídas, nomeadamente os Estados de Grande Zimbábue e Mwenemutapa^{14,15}.

Durante todo o século XIX o panorama político econômico de Moçambique era dominado pela comercialização e exportação de escravos, sendo exportados dezenas de milhares para ilhas Mascarenhas, Madagáscar, Golfo Pérsico, Brasil e Cuba¹⁶.

Após quinhentos anos como colónia portuguesa, Moçambique conquistou a independência em 1975. O primeiro governo do país foi dirigido pela Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), sob a liderança do Presidente Samora Moisés Machel. Os primeiros anos após a independência foram caracterizados por tendências esquerdas e em direção socialista¹⁷, este governo teve como missão inicial a organização do funcionamento da administração e a garantia da produção e manutenção da economia. Neste contexto, para o efeito, o mesmo adotou inicialmente o modelo de desenvolvimento socialista e capitalista-neoliberal¹⁸, através do qual se possibilitou o controle estatal nas zonas rurais, com base na transformação social, destinada à modernização do meio rural, que culminou com a criação de aldeias comunais com facilidades de acesso a infraestruturas socioeducativas, para o aumento da produtividade por meio de uma agricultura mecanizada. Caberia às machambas (roças) estatais o fornecimento de alimentos às zonas urbanas, antes abastecidas pelos fazendeiros portugueses. Eram os primeiros passos dados em relação ao socialismo, que passou a ser um projeto de sociedade e de economia, onde a agricultura passou a ser considerada como a base de desenvolvimento do país^{4,19}.

Nessa época, também foram criadas as chamadas lojas do povo, que tinham uma importância especial na garantia da continuidade da produção agrícola familiar, industrial e comercial, bem como na promoção da participação popular no processo produtivo^{20,21}.

Entretanto, a década 80 caracterizou-se por mudanças na história política e econômica de Moçambique, impulsionadas, em parte, devido as fragilidades na economia, fruto do desencadeamento de uma guerra civil em todo o território nacional entre as forças governamentais da FRELIMO e a Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO)¹⁹.

A intensificação do conflito armado, agravada pela seca, subida no preço do petróleo, decorrente da instabilidade, e o déficit nas divisas para importações levaram a economia moçambicana ao colapso^{20,22}. Foi em meio a esse contexto que o governo moçambicano abriu-se ao apoio da comunidade internacional, e viu-se obrigado logo em seguida a ter de abandonar o sistema socialista e a adotar o capitalista, além de sujeitar-se ao alinhamento às políticas das instituições de *Bretton woods*, nomeadamente o Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial. Nesta lógica, em 1987, Moçambique introduziu os Programas de Ajustamento Estrutural (PAE) conhecido por Programa de Reabilitação Económica (PRE). Em teoria o PAE tinha como prioridades a estabilização econômica e a substituição do plano de importações e a privilegiar as exportações. E, por não apresentar resultados o PRE sofreu reajuste, passando para Programa de Reabilitação Económica e Social (PRES), com objetivo de incorporar o setor social no plano de desenvolvimento nacional²².

Nos anos 90, marca-se o período de transição de uma economia centralmente planificada para a mista, e consolida-se a transição política, destacando-se a introdução de uma Constituição da República pluralista, e a emergência de um processo de descentralização política e administrativa²⁰. Vale ressaltar que as políticas sociais nesse tempo consistiam na implementação de programas de ajuda alimentar, e intervenção direta do Estado na saúde e na educação²³. Com essa Constituição da República de Moçambique (CRM), o país também passou de um sistema monopartidário para o multipartidário. Essa Constituição introduziu o voto direto, igual, livre, secreto e periódico para a eleição do presidente da República e dos deputados da Assembleia (Parlamento nacional). Em 1992 foi assinado ao Acordo de Paz, que se pensava que fosse marcar ponto final a longa história da guerra civil, foram surgindo

novos partidos políticos que culminou a realização das primeiras eleições multipartidárias presidenciais e legislativas em 1994²⁴.

Criadas as condições para pensar-se na questão do desenvolvimento nacional, foi traçado entre 2001 e 2009 o Plano de Ação para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA I e II) tendo em vista à diminuição da incidência da pobreza que estava situado em 54%, além de priorizar áreas de desenvolvimento do capital humano como na educação, saúde e no desenvolvimento de infraestruturas básicas e agricultura. Presentemente, essa pretensão é manifesta, formalmente, através das Políticas Económica e Social²⁴.

1.3. Sistema Nacional de Saúde de Moçambique: Perspectiva histórica

Poucas pessoas ainda têm acesso aos bens, serviços e estruturas sociais, como o Sistema Nacional de Saúde (SNS), em parte por causa de conflitos armados que se desencadearam após a independência, pois o SNS ficou extremamente fragilizado, e com pouca cobertura populacional tanto ao nível urbano quanto rural^{25,26}.

Traçando uma linha de tempo, numa perspectiva histórica, em torno das mudanças que ocorreram, destacam-se:

Em 1975, o governo moçambicano, através do Decreto-Lei nº 5/75, nacionalizou as clínicas privadas que funcionavam no regime colonial, a seu favor, onde todas as atividades de atenção primária, secundária e terciária passaram à responsabilidade do Estado, tornando-se na altura, o único provedor e promotor da saúde no país²⁷.

Em 1977, com a Lei nº 2/77, foi concebida a gratuidade no SNS, exclusivamente para as ações sanitárias voltadas à profilaxia. Nesta altura, o Ministério da Saúde (MISAU) adotou critérios de pagamentos nos hospitais, pelo atendimento médico e farmacêutico. Mesmo que a taxa de pagamento fosse considerada baixa, o contexto demonstrava-se desfavorável, pois, por falta de recursos para atender a essa nova exigência, o acesso à saúde passou a ser limitante para maioria da população ^{28,29}.

Vale lembrar que a maioria da população moçambicana ainda vive abaixo da linha da pobreza, sobretudo, no meio rural^{7,26}.

Em 1991, para se conformar com a nova CRM de 1990, através da Lei nº25/91, foi criado o Sistema Nacional de Saúde, no qual se reafirmava o direito à assistência médica e medicamentosa aos cidadãos, e foi alargado o campo de atuação do MISAU, que passou também a dedicar-se à prevenção de doenças e à reabilitação^{28,30}, e ao setor privado foi devolvida a prerrogativa de prover a assistência médica.

A partir dessa altura, o SNS passou a organizar-se em quatro níveis, nomeadamente: primário, fazendo parte os Centros de Saúde; Secundário, constituído por hospitais distritais gerais e rurais; terciário, agregando hospitais provinciais; e quaternário, constituído por hospitais centrais e especializados^{28,31}.

Reconhecendo o défice de cobertura de serviços de saúde, e na perspectiva de suprir essa lacuna, uma década mais tarde, precisamente em 2004, o governo moçambicano oficializou as atividades dos Praticantes de Medicina Tradicional (PMT), criando, para o efeito, uma política e estratégia de implementação^{28,31}. Os PMT cobrem a maioria de moçambicanos, incluindo as pessoas que têm acesso ao SNS²⁸. Porém, apesar do reconhecimento dessa prática, há dificuldades de conexão com o SNS, na medida em que não há sistemas de protocolos com referência e contrareferência que possibilitariam a coordenação de ações de forma mais articulada²⁸.

1.4. Direito à Saúde em Moçambique

Na perspectiva de proteção do direito à saúde, conforme ficou referenciado anteriormente, o acesso aos serviços de saúde e a disponibilização de medicamentos essenciais, não têm sido feitos da forma mais adequada, o que contrasta com o princípio de universalidade do direito à saúde como um direito humano fundamental³². Vale ressaltar que a melhoria da saúde da população depende em muito das condições socioeconômicos dos países, e é cada vez mais reconhecida a importância de os Estados realizarem mudanças nas suas políticas públicas para o alcance desse

objetivo²⁴. A saúde que se enquadra no âmbito dos direitos sociais é uma condição importante para o exercício da cidadania, além de ser fundamental indicador e parte inerente do desenvolvimento de qualquer país^{28,33,34}.

À luz da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), toda a pessoa tem direito a um nível suficiente para assegurar a si e à sua família a saúde e o bem-estar, em especial a alimentação e assistência médica³⁵. Em 1966 no Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC), foram reafirmados e traduzidos os princípios da DUDH em instrumento vinculativo e com um certo grau de exigibilidade³⁶.

Ainda em relação ao quadro jurídico, Moçambique ratificou através do artigo 16 da carta Africana dos Direitos Humanos e dos povos na Conferência Ministerial da Organização da Unidade Africana (OUA) que decorreu na Gâmbia, em 1981, uma Convenção que defende que todas as pessoas têm direito à saúde³⁷. Além de que, ao nível da CRM, tanto a de 2004 quanto a de 2018, proclamou-se a saúde como um direito, embora de maneira restritiva, pois ao Estado obriga-se a garantir aos cidadãos, somente os cuidados de saúde primários^{4,38}. Porém, conforme o Inquérito Demográfico e de Saúde (IDS) de Moçambique de 2011, o último realizado até o presente (maio de 2021), aponta que 48% dos partos não são assistidos nas unidades sanitárias. A preocupação torna-se mais expressiva nas áreas rurais, onde, apenas 40% de partos são assistidos³⁹.

O que se pode constatar é que, apesar dos instrumentos jurídicos ratificados e disponíveis, ainda há enormes desafios para o acesso à saúde, conforme é apresentado no IDS, na medida em que, globalmente 50% da população no país ainda não se beneficia de assistência pelo SNS, demonstrando que o percurso é ainda longo, sendo por isso que muitos casos de desnutrição infantil são diagnosticados tardiamente³⁹.

Não se pode ignorar a associação entre a pobreza e desnutrição infantil. O relatório de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas de 2019 coloca Moçambique entre os 9 países do mundo com o baixo Índice de Desenvolvimento

Humano (IDH), ocupando a posição 180, dentre os 189 países avaliados⁴⁰. Em 2015, o país também fazia parte do grupo dos dez mais pobres do mundo, com o 7º pior IDH, ficando inclusive a frente de países que estavam mergulhados em conflito⁴¹, num contexto em que aproximadamente 50% das crianças são desnutridas, e o maior número vive nas áreas rurais³⁹. E, porque o estado nutricional compromete a qualidade de vida das famílias e da população no geral⁴², a adoção de medidas para a sua mitigação revela-se sempre importante.

1.5. Políticas nutricionais em Moçambique

As estratégias contra as doenças crônicas e desnutrição fazem parte da agenda do governo de Moçambique, com destaque para o Plano Multissetorial para a Redução da Desnutrição Crónica (PMRD), que contempla algumas evidências sobre as intervenções a serem feitas. Mas essa estratégia, a nosso ver, carece de maior sintonia com outros setores e programas governamentais. A exemplo, as políticas agrícolas privilegiam essencialmente o aumento da produção, mas não fazem menção à necessidade de melhoria da diversidade alimentar ou a promoção de dietas saudáveis. Nota-se, também, pouco envolvimento na formulação de tais políticas, pois, ainda que haja participação da sociedade civil, ela não é representativa, destacando-se, por exemplo, a ausência de atores que representem a sensibilidade de agricultores. Embora se reconheça que o número de agricultores organizados em pequenas associações é bastante reduzido. A maior parte opera a título individual. E, das poucas associações existentes operam no setor informal, sem estatuto legal e com pouca capacidade e estrutura organizacional, o que dificulta não só a sua participação, como também na obtenção de financiamentos e acesso à terra⁴⁵.

Contudo, os orçamentos que o país destina para a nutrição são ainda incipientes, em torno de 0,6%, e a maioria dos programas é financiado por doadores internacionais, essencialmente os que estão voltados ao tratamento e prevenção da desnutrição, por meio da fortificação de alimentos e suplementação. E, como a evidenciar a necessidade de enfrentamento da desnutrição por meio da

intersectorialidade, o deficiente acesso à água potável, o saneamento básico, aliados aos baixos rendimentos das famílias têm sido apontados como dos principais contribuintes para a desnutrição crônica no país⁴³.

Em Moçambique criou-se o órgão responsável por fazer a articulação intersectorial para a promoção de um diagnóstico holístico da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), para facilitar a tomada de decisões adequada e atempada que diminuam os riscos e os impactos da desnutrição e da insegurança alimentar. Trata-se do Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional (SETSAN). Porém, especula-se que a articulação do SETSAN não tem estado a alcançar na plenitude os objetivos desejados, em parte devido a falta de autonomia, além de dificuldades inerentes à sua implantação, que ainda não se encontra nos distritos, lugar importante para a viabilidade de qualquer ação sobre a alimentação e nutrição⁴³.

É importante também destacar que apesar do papel das mulheres: ativas no trabalho (pecuária e agrícola), responsáveis pela nutrição familiar, abastecimento de lenha e água, paradoxalmente, elas enfrentam restrições acentuadas na realização de suas tarefas, dadas as relações de gênero, culturalmente construídas, que são fortes e comumente vivenciadas nas comunidades rurais. Além de possuírem um acesso e controlo extremamente limitados sobre os recursos e serviços, incluindo questões sobre a terra, insumos agrícolas, crédito, produção de culturas de rendimentos, informação, capacitação, tecnologia e o emprego, agravados pela fraca participação nos órgãos de tomada de decisões tanto as relacionadas aos aspectos produtivos, tanto econômicos, dado o papel social e tradicional que lhes têm sido atribuído⁴³.

É necessário que se impondere as mulheres, até porque os indicadores de Desenvolvimento Humano nas famílias chefiadas por mulheres são bastante baixos em Moçambique. Nesta lógica, torna-se nítida a relação entre as desigualdades de gênero, pobreza e eficiência econômica no país. A exemplo, os níveis de analfabetismo são mais elevados nas mulheres, quase o dobro, comparativamente aos homens. E elas têm sido também mais vulneráveis, aproximadamente três vezes superiores, à contaminação pelo vírus da AIDS⁴³.

Vale também destacar a criação do Programa de Subsídio Básico (PSB), por parte do governo, que pretendia com o mesmo, incrementar os rendimentos das famílias. Porém, essa iniciativa, essencialmente não é ainda abrangente, havendo várias famílias necessitando, sobretudo, nas comunidades rurais mas que não conseguem acessar⁴³.

1.6. Políticas agrícolas e questões sobre a terra em Moçambique

A história de políticas agrícolas remete-nos ao ano 1975, quando foi adotado pela CRM, a agricultura como a base de desenvolvimento⁴⁴. O surgimento da Estratégia da Revolução Verde, em resposta à situação criada pela instabilidade mundial nos preços do petróleo e pela crise económica mundial, seria um marco importante na transformação de uma agricultura essencialmente de subsistência para a agricultura comercial. Porém, o que se viu foi o incumprimento pleno de tal objetivo, pois, a produção de alimentos básicos continua sendo a principal fonte de subsistência do setor familiar, que está sujeita a grandes variações devido a incerteza do clima e as secas recorrentes, particularmente nas zonas semi-áridas. O risco de perdas de coleta na agricultura de sequeiro é bastante acentuado, sobretudo, na região sul do país. E, em todos os anos registram-se elevadas taxas de insegurança alimentar e nutricional (inSAN) nas populações, num contexto em que o acesso a oportunidades de rendimento fora da agricultura é ainda bastante limitado nas áreas rurais^{42,43}.

Neste contexto, destaque vai para o acordo triangular assinado por Moçambique, no âmbito da cooperação internacional, que envolveu o Brasil e Japão, que visava desenvolver projetos técnicos capazes de contribuir para o desenvolvimento agrícola naquele país africano, cujo nome do conjunto de tais projetos ficou conhecido como Programa de Cooperação Tripartida para o Desenvolvimento Agrícola da Savana Tropical em Moçambique (ProSAVANA), lançado em 2009^{45,46,47}. Trata-se de um programa que compreendeu na sua estrutura a execução de cooperação técnica para o desenvolvimento da agricultura da região norte de Moçambique. O programa tem como base a experiência adquirida com o Programa de Cooperação Brasileira e Japonesa

para o Desenvolvimento Agrícola do Cerrado (Proceder), que busca gerar mudanças estruturais no sistema socioeconômico da região conhecida como Corredor de Nacala. Em seu projeto, o ProSavana é descrito como um programa de apoio técnico, cujo objetivo seria o de melhorar a competitividade do setor agrícola da região, tanto para garantir a SAN da população local quanto para a geração de excedentes para a exportação. Para tanto, os agricultores receberiam um pacote contendo sementes geneticamente modificadas, fertilizantes, inoculantes, pesticidas, máquinas e serviços de extensão, em troca de sua produção⁴⁷. Tratava-se, portanto, da implantação de um sistema de produção agrícola intensivo e altamente tecnificado. O norte de Moçambique foi escolhido como o lugar apropriado para receber o modelo agrícola de Cerrado, tendo em conta que em ambas se encontram Savanas Tropicais⁴⁸.

Desde os primeiros movimentos para implementação do programa, a União Nacional dos Camponeses já condenava a vinda dos agricultores brasileiros dedicados ao agronegócio e a possível transformação de grande parte dos camponeses moçambicanos em seus empregados e trabalhadores rurais, além de uma suposta reduzida transparência e exclusão das organizações da sociedade civil em todo processo, em particular as organizações associativas de camponeses, que também condenam com veemência iniciativas que preconizam o reassentamento de comunidades e expropriação de terra dos camponeses, para dar lugar à mega projectos agrícolas de produção de monocultura. Na mesma direção, o ProSavana demanda milhões de hectares de terra ao longo do Corredor de Nacala, porém, a realidade local mostra que há falta de disponibilidade dessas extensões de terra⁴⁸.

Assim sendo, a sociedade civil moçambicana receava que com a implantação do ProSavana pudesse se contribuir para o empobrecimento das comunidades rurais e redução de alternativas de sobrevivência, gerando um êxodo dessa população para as áreas urbanas. Teme-se igualmente o agravamento da situação de insegurança alimentar e redução da qualidade de vida dos camponeses. As preocupações também se dão em volta das questões ambientais, como a possibilidade de poluição de recursos hídricos, empobrecimento do solo devido ao uso excessivo de pesticidas e

fertilizantes químicos, desmatamentos de extensas áreas produtivas, consequente desequilíbrio ecológico e redução do bioma⁴⁸.

É necessário que se potencialize a agricultura familiar, importante nos planos de redução à desnutrição, através de incentivos para a produção de culturas de valor nutritivo e aceitáveis, além de práticas de pós-colheita e processamento que possam contribuir para a qualidade de alimentos para uma dieta adequada, alargando-se as habituais culturas alimentares predominantes, nomeadamente o milho e a mandioca⁵⁰. Enquanto o algodão, cana-de-açúcar e o tabaco, constituem as culturas tradicionais de rendimento (na maior parte dos casos produzidas em regime de monocultura e, para além de requerer muito tempo de trabalho, o seu rendimento depende sobremaneira do tipo de semente utilizada, fertilizantes químicos, pesticidas e insecticidas), cultivadas desde o tempo colonial⁴⁹.

O que reforça essa necessidade de potencializar a agricultura em Moçambique, é o fato de os agricultores produzirem alimentos que não são suficientes para alimentarem adequadamente suas famílias por um período de um ano. Em média os alimentos duram em torno de oito meses apenas, afetando, desse modo, a segurança alimentar e nutricional (SAN) das famílias, num contexto em que o Plano Estratégico do Setor da Agricultura destaca a importância do crédito mais acessível aos produtores, faltam ações que concretizem essa vontade⁴³.

Para a materialização da pretensão na produção de alimentos diversificados e nutritivos, a terra desempenha um papel importante. E, neste contexto, em Moçambique, a terra foi nacionalizada a 24 de Julho de 1975, cerca de um mês, após à proclamação da independência do país. Porém, os camponeses não viram concretizadas as suas expectativas de recuperação das terras ocupadas durante a colonização. As empresas estatais e cooperativas, no âmbito da socialização do meio rural e da coletivização agrária, ocuparam as terras deixadas pelas empresas dos agricultores portugueses que abandonaram o país⁵⁰.

Vale ressaltar que a CRM estabelece que a os recursos naturais presentes no solo e subsolo são propriedade do Estado⁵¹. Por sua vez, a Lei de Terras reforça esse

ditame constitucional, ao afirmar que a terra é propriedade do Estado e não pode ser vendida ou, por qualquer forma alienada, hipotecada ou penhorada⁵¹. Contudo, esse princípio geral parece estar apenas no plano formal e normativo, pois nota-se cada vez mais incumprimento, sobretudo, nas zonas rurais, onde registram-se entradas de investimentos em capital mineiro e agrário, nas zonas urbanas e zonas costeiras, devido aos investimentos turístico e habitacional⁵⁰.

São apontadas várias razões para o incumprimento na aplicação da lei supracitada, entre elas: (i) possível envolvimento das elites políticas e económicas no negócio fundiário e na obtenção do Direito de Uso e Aproveitamento de Terraⁱⁱⁱ (DUATs), para eventual especulação do mercado imobiliário; (ii) possíveis alianças entre o governo e o capital, em detrimento dos direitos das comunidades, sobretudo, nas áreas concessionadas para a exploração turística e de recursos minerais e energéticos, como o gás e o petróleo, onde existem construções de infraestruturas e de imóveis; (iii) as consultas junto das comunidades são, em muitos casos, pouco efetivas e são feitas com desequilíbrios, desfavorecendo as comunidades, que já são pouco escolarizadas e desprovidas de recursos económicos, impossibilitando-as, assim, de estarem em melhores capacidades negociais; e (iv) falta de conhecimento, devido a pouca transparência a diferentes níveis de gestão pública, dos contratos envolvendo o Estado e as empresas privadas⁵⁰.

Apesar de a lei estabelecer que aos singulares, as comunidade locais têm o DUAT de forma indeterminada, ela refere que o DUAT pode ser revogado por motivos de interesse público, precedido de justa indemnização e ou compensação. Porém, verifica-se lacuna nessa nesse dispositivo legal, pois por justa indemnização pode-se ter um entendimento relativo, abrindo-se espaço para que os singulares sejam prejudicados⁵⁰.

Durante o processo de deslocamento de pessoas, nos casos em que há necessidade para o efeito, ou na resolução de conflitos de terras, as auscultações não têm tido a transparência que se esperava, sobretudo, no que tange à prestação de

^{iii iii} Um documento que licencia uma entidade pública ou privada a usar a terra por tempo determinado, podendo ser de até 50 anos renováveis.

informações para as comunidades, o estabelecimento de compromissos escritos e avaliação económica dos bens situados nas terras. Essa tarefa, geralmente é delegada aos líderes locais. Porém, quando há conflitos, o Estado, tendencialmente se posiciona para o lado das empresas multinacionais, e quando necessário, com o uso da força policial repressiva⁵⁰.

Há percepção segundo a qual em Moçambique existe muita terra disponível, porém, com baixa utilização ou subaproveitada. Embora o Estado seja o proprietário legítimo, existem os donos consuetudinários^{iv}, os camponeses. Por isso, nenhuma ocupação deveria ser realizada, sem no mínimo observar-se uma compensação justa^v. Mas o que se constata é que os reassentamentos feitos, motivados pela ocupação de terras por grandes empresas de explorações mineira, florestal e agrícolas, não têm respeitado os aspectos históricos, sociológicos e antropológicos. Com a mudança, não só de residências, como também de zonas, as comunidades tendem a ser colocadas em locais mais distantes dos mercados, dos serviços básicos e com maiores dificuldades de transporte e comunicações, e por vezes, são implantadas em locais onde os hábitos alimentares e culturais não são consentâneos com o estilo de vida da população envolvida⁴⁹. A esse propósito, em Sussundenga, os reassentamentos eram feitos no Posto Administrativo de Dombe, que dista, aproximadamente 100km de Munhinga, distante dos mercados locais.

Em conformidade com o que foi exposto, constata-se que a gestão pública referente a questão sobre a terra tem feito pouco ainda no sentido de proteger os direitos dos produtores e das famílias, tanto no meio rural, quanto nos centros urbanos, com maior preocupação para o primeiro caso, o que pode condicionar a estratégia de aumento da produção e produtividade, afetando a disponibilidade de alimentos⁴⁹.

Após a contextualização sociopolítica e a apresentação de políticas públicas estruturantes na agricultura e na saúde, passamos a discorrer em torno dos ambientes alimentares e em seguida, abordamos a cultura e alimentação, enquanto categorias importantes para o nosso estudo.

^{iv} Direito não escrito, fundamentado no uso, no costume ou nas práticas sociais

^v Não existe qualquer base de cálculo que fundamente qual o valor do solo

O trabalho teve como pressuposto que a cultura influencia o sistema alimentar das comunidades rurais do Distrito de Sussundenga no contexto da prevenção e combate à desnutrição infantil em Moçambique.

1.7. Sistemas alimentares

O sistema alimentar compreende um amplo conjunto de elementos, entre os quais ambiente, pessoas, insumos, processos, infraestruturas, instituições, incluindo atividades relacionadas à produção, transformação, distribuição, preparação e consumo de alimentos, que geram de forma complexa e sistêmica resultados no estado nutricional e na saúde da população, além de apresentar impactos socioeconômicos e ambientais consideráveis⁵³. Isso pode significar que, os sistemas alimentares abrangem as várias atividades, sujeitos e processos que influenciam na SAN, como também, de maneira mais ampla, nas características ambientais, de desenvolvimento econômico e bem-estar social⁵⁴.

Neste contexto, o sistema alimentar constitui-se num determinante fundamental no âmbito da prevenção e combate de qualquer forma de desnutrição. A abrigo dos ambientes alimentares, o sistema alimentar pode determinar o estado nutricional de indivíduos, dada a sua influência nas dietas saudáveis e na nutrição adequada⁵⁵.

Pode-se dizer que, a situação alimentar e nutricional da população de um determinado país pode ser caracterizada, de modo geral, pela sua condição de saúde, resultante do consumo insuficiente e ou inadequado de alimentos que gera diferentes carências nutricionais. Este quadro, por sua vez, pode ser revelador de disfunções no sistema alimentar que oferta, dependendo da situação, alimentos em quantidade insuficiente e ou qualidade inadequada. A condição de acesso das populações é também determinante. O sistema pode oferecer, mas as famílias não terem como adquirir. No caso a renda é determinante.

Para o seu funcionamento, os sistemas alimentares dependem da ação humana, desde o cultivo, armazenamento, transporte até a distribuição, e dos recursos

fenómenos naturais, como a água, terra, solo, biodiversidade, minerais e nutrientes essenciais para as culturas e os animais⁵⁶.

Deste modo, os sistemas alimentares podem ser de nível global ou local, e até mesmo de uma perspectiva familiar. Neste sentido, vários sistemas alimentares coexistem simultaneamente em qualquer país. Por isso, é importante falar de tipologias de sistemas alimentares, podendo-se destacar: rural, emergente, em transição, misto e industrializado. Nesse contexto, a transição do sistema rural para industrializado pode influenciar nas questões relacionadas à urbanização, aumento da produtividade agrícola e diversidade alimentar. Essa transição pode impactar na redução da dependência de alimentos básicos e, conseqüentemente na diminuição de despesas nos agregados familiares no acesso aos alimentos⁵⁷.

É importante notar que, quando fala-se em sistemas alimentares tradicionais, uma das suas características relaciona-se ao fato de as pessoas viverem em áreas rurais. Nesse contexto, a diversidade alimentar é baixa, em parte porque as pessoas dependem fortemente de alimentos cultivados localmente, como também, dos que provêm da pesca, pecuária, caça ou recolha. Essas pessoas deparam com problemas ligados às infraestruturas para acessar aos mercados distantes, pois geralmente os mercados mais próximos são pequenos quiosques ou “bancas”, onde são encontrados, sobretudo, alimentos básicos como óleo de cozinha e açúcar, alimentos embalados e de conveniência, como macarrão e salgadinhos. Nesses ambientes, a qualidade e segurança dos alimentos geralmente não são fiscalizados, além disso, registra-se fraca promoção de alimentos, particularmente os saudáveis. Sua dieta normalmente consiste nos cereais como o milho, arroz e trigo, desprovida de qualidades adequadas de proteínas e micronutrientes. Nesse contexto, as taxas de retardo no crescimento, incluindo a incidência de deficiências de micronutrientes acabam se elevando. Sabe-se que, o estado nutricional afeta o sistema imunológico das pessoas, tornando-as mais suscetíveis a doenças infecciosas, como a diarreia e doenças respiratórias^{56,57}.

A fraca diversidade e disponibilidade de alimentos no local denotam uma contradição, já que o distrito é tido como dos mais produtivos do ponto de vista da agricultura, pelo que esperava-se que as pessoas tivessem alimentação mais farta e

diversificada. Essa situação eventualmente remete a abordagem agroecológica, na medida em que privilegia a autonomia, ao valorizar os produtos locais, e promove o diálogo e a troca de saberes por meio do reconhecimento dos métodos tradicionais de manejo produtivo⁵⁸. Ou seja, a agroecologia segue uma agricultura com princípios de manejo de recursos naturais e a seleção e o uso de tecnologias de produção resultante da combinação e integração entre a Ecologia e a Agronomia. Isso significa que, os estilos de agricultura têm que ser compatíveis com as especificidades dos agroecossistemas, considerando os sujeitos, os conhecimentos locais e a utilização de tecnologias menos agressivas ao ambiente e à saúde⁵⁹, contribuindo de forma sustentável para a melhoria da SAN e adoção de sistemas agro-alimentares sustentáveis⁶⁰.

Por sua vez, nos sistemas alimentares mistos, existe uma proporção muito grande de pessoas que vivem em área periurbanas e urbanas, onde há maiores rendimentos, quando comparados com os sistemas alimentares tradicionais, onde o ambiente alimentar oferece maiores possibilidades de “pontos de entrada de alimentos”. Vale lembrar que nos sistemas alimentares mistos, as pessoas além do acesso aos mercados, elas têm acesso aos supermercados, que contêm uma grande variedade de alimentos processados, embalados e frescos, o ano todo. O acesso aos produtos frescos, sobretudo, em áreas de baixa renda, pode ser limitado e os produtos são, em geral, mais caros que os alimentos comercializados nos sistemas tradicionais. As pessoas também têm mais acesso a refeições preparadas fora de casa, evidenciando-se assim um aumento significativo de consumo de alimentos de rua⁵⁶.

Já nos sistemas alimentares modernos, maior parte das pessoas vive em áreas urbanas, com maiores rendimentos e um número considerável de escolhas alimentares. Os consumidores, geralmente vivem longe de onde seus alimentos são produzidos. Nestes sistemas, existe uma grande variedade de opções de alimentos acessíveis aos consumidores durante todo o ano. Os mercados tendem a ser próximos uns dos outros, e os consumidores têm mais opções dos lugares onde podem adquirir seus alimentos. À semelhança do que acontece nos sistemas alimentares mistos, existe uma grande variação nos preços dos alimentos, sobretudo, em relação aos

produtos frescos, sendo mais caros do que a maioria dos alimentos embalados. No entanto, o custo relativo das commodities, em comparação com os alimentos básicos é menor do que nos sistemas alimentares tradicionais. Ao mesmo tempo, os produtos orgânicos e locais tendem a ser mais caros, incluindo os alimentos embalados e os preparados em restaurantes, geralmente de luxo. As regulamentações são fortes, permitindo um controle rigoroso da qualidade e segurança dos alimentos. Dessa maneira, nesses sistemas alimentares abundam alimentos, especialmente os ultraprocessados. Sabe-se que esses tipos de alimentos estão associados ao risco para a prevalência de obesidade. No entanto, a questão da renda e da educação podem ser as variáveis que tornam as pessoas mais conscientes da relação entre dieta, nutrição e saúde. Aliás, nesses sistemas, tem sido comum a presença de rótulos com informações nutricionais nos produtos alimentares⁵⁶.

As tipologias de sistemas alimentares são importantes, na medida em que ilustram a complexidade dos sistemas alimentares, e permitem que pesquisadores e formuladores de políticas públicas considerem a diversidade de sistemas, na elaboração de políticas públicas, permitindo assim, intervenções adequadas e contextualizadas⁵⁸.

Como pode-se depreender, os sistemas alimentares vão além da produção, cobrindo toda a cadeia de abastecimento alimentar e aspectos relacionados aos ambientes alimentares. Portanto, a tipologia do sistema alimentar aqui descrita ilustra a complexidade e diversidade dos problemas e desafios enfrentados pelos sistemas, onde para a identificação dos pontos fortes e fracos, assim como, dos desafios e oportunidades enfrentados por cada um deles têm-se tornado relevantes os estudos dos ambientes alimentares⁵⁵. Portanto, a compreensão dos sistemas alimentares e de como influenciam os ambientes alimentares é fundamental para entender como as dietas podem mudar ou influenciar o estado nutricional, sobretudo das crianças. Nessa perspectiva, passamos a apresentar os principais aspectos relacionados aos ambientes alimentares.

1.8. Ambientes alimentares

Os ambientes alimentares são definidos pela variedade de alimentos nos diversos lugares onde as pessoas podem comprar e consumir os alimentos. Eles podem apresentar-se em abundância ou não, e os preços podem variar mediante vários fatores, incluindo a disponibilidade⁵⁹.

Os ambientes alimentares servem como interface para mediar a aquisição de alimentos pelas pessoas dentro do sistema alimentar mais amplo. Vale lembrar que, para muitas comunidades rurais, o ambiente alimentar consiste nos alimentos que elas próprias produzem e compram nos seus mercados locais. Enquanto para outras comunidades, o ambiente alimentar é mais global, com locais cada vez mais interligados, nos contextos regional e internacional⁶⁰. Dessa maneira, tem sido recorrentemente usada a definição do ambiente alimentar como sendo o contexto físico, econômico, político e sociocultural onde os consumidores encontram-se conectados ao sistema alimentar para tomar suas decisões sobre como adquirir, preparar e consumir alimentos⁵⁷. Há décadas atrás, a maioria dos alimentos era cultivada para o consumo doméstico por pequenos produtores no meio rural. Além disso, os alimentos também eram comprados em pequenos mercados locais. Entretanto, presentemente, uma proporção maior dos alimentos comprados pelos consumidores percorre distâncias enormes⁵⁶. Por isso, tem havido um interesse cada vez mais crescente sobre como os alimentos e o ambiente alimentar afetam o estado nutricional de indivíduos⁶⁰. Porém, importa notar que, a maior parte dos estudos tem sido realizados em países desenvolvidos, os quais restringem-se, essencialmente à necessidade de melhoria nos ambientes obesogênicos⁵⁵.

Para melhores resultados de ambientes alimentares no estado nutricional, vários outros aspectos entram como condicionantes, como por exemplo, a higienização e acesso à água potável. Sabe-se que, os alimentos quando consumidos em condições de deficiência higiênicossanitária pode-se provocar várias doenças, destacando-se as de origem gastro-intestinais, o que coloca os indivíduos em risco de vida, além de outras doenças que podem provocar má absorção de nutrientes e, conseqüentemente prejudicar o seu estado nutricional⁵⁵. Alguns estudos realizados evidenciam esse fato,

ao encontrar um percentual elevado de nanismo, associado a episódios frequentes de diarreias⁵⁵.

Neste sentido, ao falar sobre os ambientes alimentares, normalmente remetemos a pelo menos quatro aspectos fundamentais, nomeadamente: pontos de entrada de alimentos ou os espaços físicos onde eles são comercializados ou obtidos; recursos e infraestruturas do ambiente construído que permitem aos consumidores acessar esses espaços; determinantes pessoais e ou sociais das escolhas alimentares do consumidor, incluindo a renda, educação, valores, cultura, etc.; e as normas políticas, sociais e culturais que sustentam essas interações. Daí que, pode-se dizer que, os ambientes alimentares têm potencial para influenciar a forma como as pessoas acessam, preparam e consomem os alimentos^{62,63}, permitindo que sejam feitas escolhas alimentares, mediante a aceitabilidade dos alimentos⁶⁴ e de condições, como o acesso físico e econômico aos alimentos (proximidade e acessibilidade); promoção de alimentos, publicidade e informação; e qualidade e segurança dos alimentos^{64,65,66}. Enquanto os ambientes alimentares não saudáveis promovem as escolhas alimentares não saudáveis, através de marketing e publicidades enganosas, colocação de produtos alimentares não saudáveis, preços, políticas e embalagens. Ou seja, os ambientes alimentares podem ser transformados para o que se considerar conveniente para as ações capitalistas⁶⁷.

Assim, para a promoção e manutenção de ambientes alimentares saudáveis, a produção diversificada de alimentos tem sido apontada como um dos contribuintes, apesar de se reconhecer que ela por si só não garante o acesso aos alimentos pelas populações. Ou seja, independentemente da disponibilidade de alimentos ou fornecimento adequado de alimentos não é em si a garantia da SAN, pois o acesso ao alimento, no seu duplo sentido, acesso físico e econômico, pode aumentar e desempenhar um papel preponderante na prevenção e combate à desnutrição⁶⁸. Aliás, vários outros fatores intervêm na equação, sendo alguns de ordem econômica e política⁵⁵.

Estudo sobre o impacto da mudança do ambiente alimentar nas práticas dietéticas em populações de comunidades canadenses indicou que foram

considerados mais saudáveis pelas comunidades, os alimentos tradicionalmente adquiridos através da caça e coleta. Como barreiras para a alimentação saudável foram apontadas as fracas habilidades de preparo de alimentos. Além de sugerir-se que o processo inerente ao fornecimento de produtos alimentares aos mercados locais, sobretudo os frescos, que durante o seu longo trajeto até ao local, num contexto de condições climáticas adversas, perdem a qualidade, sofrendo deterioração. Esse mesmo estudo aponta a intervenção para a redução do risco de doenças crônicas e melhoria da adequação da dieta entre as comunidades, como sendo eficaz para o suporte às modificações de comportamento individual decorrentes da mudança do ambiente alimentar⁶¹.

Em suma, os ambientes alimentares são importantes, na medida em que determinam a escolha do consumo alimentar e, também são influenciados pelos sistemas alimentares que os abastecem, numa relação de reciprocidade⁵⁵. Abrangem pessoas, instituições, atividades ambientais, sócio-políticas e econômicas que intervêm em toda a cadeia produtiva, podendo ser moldados pela cultura, valores, crenças e preferências dos consumidores⁶⁰. Daí que, passamos a apresentar alguns aspectos relacionados essa dicotomia entre alimentação e cultura.

1.9. Alimentação e cultura

A alimentação é imprescindível à vida e à sobrevivência humana, por isso é considerada uma necessidade básica e um direito humano. Ela é moldada pela cultura e sofre os efeitos da organização e da distribuição da riqueza na sociedade. As escolhas alimentares não são reguladas apenas pelo fator econômico, pois incluem a aprendizagem do que se come, que é intrínseca à cada classe social⁶⁹. Assim, não comemos apenas quantidades de nutrientes e calorias para a manutenção do funcionamento adequado do nosso organismo, pois o comer envolve seleção, escolhas, ocasiões e rituais. Ou seja, os alimentos precisam ser elegíveis, preferidos, selecionados e preparados ou processados pela culinária, e todos esses aspectos são matéria cultural, para que sejam comidos ou comestíveis. Apesar das pressões do

setor produtivo, nas decisões dos consumidores, a cultura, em um sentido mais amplo, molda a seleção alimentar, e as escolhas alimentares são inculcadas muito cedo, desde a infância, pelas sensações tácteis, gustativas e olfactivas sobre o que se come⁶⁹.

Um estudo realizado em Moçambique sobre a eficácia de políticas públicas na SAN, em que famílias rurais foram estimuladas a produzir e consumir a batata-doce de polpa alaranjada, como estratégia de mitigação e prevenção da desnutrição, constatou correlação positiva, ou seja, houve decréscimo no número de mortes por desnutrição e doenças endêmicas, quando consumido o tubérculo, que apresenta alto valor nutritivo. Porém, há elementos que constituem barreira para a permanência e sustentabilidade dessa iniciativa, nomeadamente: a conexão que os indivíduos fazem com o sofrimento vivenciado durante a colonização, pois, trata-se de uma cultura trazida pelos portugueses, que se destinava ao consumo de animais, e sua valorização, pelas famílias, tem sido percebida como sendo um sinal de desrespeito aos ancestrais que foram vitimados durante aquele período. Daí que sua aceitação é feita com restrições pela população, ignorando-se sua utilização no combate à inSAN. Esse contexto favorece que se faça análise aprofundada das interfaces entre a cultura alimentar e SAN, para proporcionar reflexões e sugestões de como elas se conformam com as práticas alimentares introduzidas⁷⁰.

O resultado do referido estudo reforçou a ideia de que é possível controlar a situação de inSAN, através da produção local. Porém, é importante que sejam consideradas questões sociais, culturais ou étnicas associadas às trajetórias das famílias e padrões alimentares historicamente estabelecidos, e não limitar-se, apenas, a critérios nutricionais ou de outros ganhos decorrentes do cultivo ou consumo de culturas alimentares⁷⁰.

O comportamento alimentar apresenta-se como sendo complexo, incluindo determinantes externos e internos aos indivíduos. O acesso no meio urbano é determinado por diversos fatores, incluindo estruturas políticas, económica, social, agrícola e agrária. E, as práticas alimentares, por sua vez, estabelecidas pela condição de classe social, engendram determinantes culturais e psicossociais⁷¹.

A produção e reprodução de crenças alimentares são consideradas as bases de identidade sociocultural e interação de diversas maneiras. Assim, as tradições e novos padrões alimentares afetam a nutrição. A comida é cultura⁷². Não comemos apenas o que encontramos na natureza, mas também criamos nosso próprio alimento, quando preparado, pois este processo implica uma transformação dos produtos-base da alimentação, uma vez que selecionamos o que comer, mesmo podendo comer de tudo, de acordo com variados critérios, incluindo culturais e histórico⁷³. O comer é uma ação concreta de incorporação tanto de alimentos como de seus significados, permeada por trocas simbólicas envolvendo variados elementos e associações capazes de expressar e consolidar a posição de um agente social em suas relações cotidianas⁷⁴.

Da mesma maneira, a SAN trata-se de uma experiência vivenciada pelos sujeitos, famílias e comunidades, já que a SAN é fortemente determinada pelas condições sociais e econômicas, onde esses atores podem estar submetidos. Assim sendo, os mais pobres experimentam restrição de acesso aos alimentos em graus diferentes, podendo chegar a conviver com a fome, em termos episódicos ou permanentes, restrita a poucos ou endemicamente distribuída⁷⁵.

Feito isso, para encerrarmos essa parte, desencadearemos uma breve discussão conceitual sobre a SAN, concentrando-nos, num primeiro momento, nas suas quatro dimensões: disponibilidade do alimento; acesso (físico e econômico) ao alimento; utilização dos nutrientes; estabilidade de disponibilidade, acesso e utilização do alimento⁷⁵. Sabe-se que, para a realização da SAN torna-se necessário garantir, em primeiro lugar a disponibilidade de alimentos. Para tanto, as políticas públicas podem desempenhar um papel fundamental, a par das condições que garantam produção suficiente, de qualidade nutricional adequada, aceitabilidade cultural e obtidos de maneira socialmente aceitável, como por exemplo, por meio da produção para consumo próprio, compra, caça ou troca. Trata-se de uma dimensão complexa⁷⁵.

O uso/utilização entende-se como sendo o aproveitamento biológico efetivo dos alimentos, influenciado pelas condições de saúde, como por exemplo as morbidades crônicas, agudas ou infecciosas. Trata-se de uma dimensão que tem a ver com a segurança microbiológica do alimento, ou seja, a sua contaminação por agentes físicos

e químicos, com repercursão na segurança alimentar, particularmente devido a sua interferência no aproveitamento biológico dos nutrientes⁷⁵. Vale também destacar que o uso biológico dos alimentos pode também ser influenciado pelo conhecimento sobre o teor nutricional dos alimentos, pela cultura, pelas escolhas e hábitos alimentares, e pelo papel social da alimentação na família e na comunidade⁷⁵.

A estabilidade se refere ao elemento temporal das três dimensões mencionadas (disponibilidade, acesso e uso). Ou seja, problemas que afetam essas três dimensões podem ser crônicos, sazonais ou transitórios, e têm implicações importantes para a definição de ações pertinentes às estratégias adotadas pelas famílias e às políticas públicas⁷⁵.

Mais recentemente, a FAO acrescenta a essas dimensões, a agência e a sustentabilidade⁷⁶. Agência se refere à capacidade de indivíduos ou grupos para tomar suas próprias decisões sobre quais alimentos eles comem, quais alimentos eles produzem, como esse alimento é produzido, processado e distribuído dentro dos sistemas alimentares, e sua capacidade de se envolver em processos relacionados às políticas públicas capazes de fortalecer os sistemas alimentares. Enquanto a sustentabilidade refere-se à capacidade de os sistemas alimentares garantir a SAN de maneira que não comprometam os aspectos econômicos, sociais e ambientais que garantam a SAN das futuras gerações⁷⁶.

2. Percurso Metodológico

Trata-se de uma pesquisa transversal de abordagem quali-quantitativa^{77,78,79,80}, que visa compreender como o sistema alimentar interfere nas práticas alimentares, ações cooperativas e programas de prevenção e combate à desnutrição infantil nas comunidades rurais de Sussundenga, província de Manica. Para a coleta de dados baseou-se em entrevistas semi-estruturadas⁷⁸, Escore de Diversidade Dietética⁸², observação sistemática, anotações nos diários de campo e mapa falante⁸³.

O mapa falante é uma construção realizada pelos participantes, onde a partir de suas reflexões e sua criatividade desenvolvem suas percepções, ideias, crenças e entendimentos em torno do fenômeno em estudo, dos seus contextos, reunindo um conjunto de imagens, desenhos, palavras, fotos, ou outras ferramentas ilustrativas que refletem a realidade vivida, descrevendo os recursos da comunidade⁸⁴. É considerado um importante instrumento para fazer uma leitura de determinada realidade a partir de suas diversas dimensões. Na sua construção, os participantes fazem uma representação coletiva de como percebem determinado fenômeno, situação ou território⁸³.

Desenvolvemos essa pesquisa, essencialmente à luz do referencial que se propõe a uma compreensão particular e profunda dos fenômenos sociais. Nossa proposta foi trabalhar com base nos pressupostos da pesquisa social, onde se refletem aspectos do desenvolvimento e da dinâmica social, assim como preocupações e interesses de classes e grupos⁸⁴.

Os sujeitos da pesquisa foram agrupados, onde no primeiro grupo designado Informantes-Chave (IC), integraram profissionais e gestores dos setores da Saúde, Género e Ação Social; de Atividades Econômicas; e de Educação e Tecnologia, todos atuantes no Distrito de Sussundenga e que atenderam a pelo menos um dos critérios: Ser responsável por um dos sectores citados ou funcionário que atua nas comunidades, na promoção do desenvolvimento local, na prevenção e mitigação da desnutrição infantil, ser nutricionista, Agente Comunitário de Saúde (ACS), ser professor (a) da Escola Primária Completa de Munhinga (EPCM) que participe da promoção ou se tenha beneficiado de capacitação em Educação Alimentar e Nutricional (EAN). Para o segundo grupo, foram chamados de Informantes Secundários (IS), sujeitos que atenderam a pelo menos um dos critérios: ser membro de uma Associação ou Cooperativa de Agricultores locais, pertencer ao Comité de Saúde local, ser representante de Instituições privadas de financiamento do agronegócio, ser proprietário de pequenas lojas nos mercados locais, fazer parte do grupo de mães cuidadoras e mentoras, e ser líder comunitário. Para o terceiro e último grupo, foram chamados Informantes Básicos (IB), sujeitos que atenderam a pelo menos um dos

critérios: ser mãe que tenha uma criança menor de cinco anos e outra frequentando a 1ª série na EPCM, e que resida numa das comunidades da localidade de Munhinga. Neste grupo, foram entrevistadas 131 mães. Ao todo, contabilizando o número total de sujeitos entrevistados foi 205, conforme o quadro 1. Além da participação de mais 143 pessoas nas atividades de partilha de informação sobre a EAN na comunidade de Chidowa, em Munhinga, Sussundenga.

Quadro 1: Grupos de pessoas que participaram da pesquisa: proveniência, designação e observação, do distrito de Sussundenga, província de Manica, Moçambique, 2019.

Proveniência	Designação	Observação
Administração do Distrito de Sussundenga	Secretário Permanente	Gestor: Responsável pela coordenação de recursos Humanos do Distrito. Foi o ponto de partida
Serviços distritais de Género e Ação social	Diretora distrital dos Serviços Médico chefe Três nutricionistas; Responsável pelo sector de Ação Social do Distrito Diretor do Centro de Saúde de Munhinga Presidente do Comité de Saúde Mães mentoras (4) Mães cuidadoras (3)	Gestora
Serviços Distritais de Atividades Económicas	Diretor dos Serviços Chefe do departamento de Agricultura; Chefe da secção de comércio; Responsável pelo setor de Piscicultura; Chefe da extensão Agrária Extensionista	Gestor
Serviços Distritais de	Diretor distrital-substituto Diretor Pedagógico da EPCM	Gestor

Educação e Tecnologia	Professores (3)	
Serviços distritais de Planamento e Infraestruturas	Chefe do Departamento de Saneamento	
Localidade de Munhinga (Posto Administrativo de Sussundenga Sede)	Chefe da localidade; Chefe da secretaria Líderes comunitários (3)	
Cooperativas e Associação de Agricultores	Líderes da Associação Ûmue (2) Líderes da Associação Agropecuária de Mohoa (2) e membros (20) Presidente da Associação Mudzimae Nebudiriro	
Agência de financiamento	Responsável distrital do GAPI	
Comunidade (Munhinga)	Mães de escolares (131)	
Lojistas	Proprietários de lojas (15)	
Agricultor de referência	1	Foi considerado o melhor agricultor da província, pelo governo
Total	205	Entrevistados
	143	Participação de 143 pessoas (mulheres, crianças e idosos)

Importa frisar que os IC foram selecionados por meio dos gestores identificados no quadro 1. Com o apoio de líderes locais de Munhinga, foi possível chegar-se a uma mulher com forte inserção nas comunidades locais, ora designada mulher da comunidade (MC), que juntou-se ao pesquisador, para a concretização da coleta de dados aos IB, através de indicação de domicílios das mães de escolares envolvidas.

A coleta de dados aos IB consistiu em entrevista semi-estruturada, contemplando o Escore de Diversidade Dietética (DDS) da FAO⁸² e mapa-falante⁸³,

conduzidos pelo pesquisador, com o apoio da MC, que auxiliava na tradução das falas em Português para a língua local (Chitewe) e vice-versa.

As entrevistas tiveram lugar de acordo com a disponibilidade dos informantes. Para o caso dos IC, elas decorriam nas instalações onde funciona cada um dos setores, num ambiente sereno e só entre o pesquisador e os entrevistados, conforme o acordo previamente estabelecido entre as partes. As entrevistas levavam em média uma hora e trinta minutos, e eram gravadas. Os IC foram convidados a elencar os setores de Administração Pública que tratam da prevenção e combate à desnutrição infantil no distrito de Sussundenga, os principais indicadores de saúde, o abastecimento de água, os efeitos do ciclone Idai na cadeia produtiva, os sistemas públicos de distribuição e acesso aos alimentos, órgãos de fiscalização, regulação, controle e monitoramento de preços de alimentos, programas e projetos de emprego e geração de renda, produção de alimentos, sistema de registro de informação sobre o estado nutricional e o capital humano que se beneficiou da capacitação sobre a EAN, bem como a caracterização das comunidades. Por sua vez, os IS foram convidados a relatar a história das comunidades, os hábitos alimentares, as principais transformações, além das suas percepções sobre os fatores associados à prevalência da desnutrição infantil em Munhinga, Sussundenga.

Neste contexto, os IB foram convidados a falar sobre as suas características sócio-demográficas, a utilização do quintal, disponibilidade, a utilização e estabilidade de alimentos, incluindo as perdas antes e depois do ciclone, a percepção sobre a qualidade de alimentos, os modos de cultivo e as principais mudanças havidas ao longo do tempo, percepção e partilha de informação sobre a desnutrição e a EAN, amamentação e aleitamento exclusivo, hábitos tradicionais e o consumo de alimentos (diversidade dietética).

Antecedendo ao trabalho de campo, em outubro de 2018, dois pesquisadores experientes deslocaram-se ao Distrito para manter os primeiros contatos com as autoridades locais, nutricionista e alguns professores, com vista a informar-se sobre a viabilidade de realização do estudo. Assim, em maio de 2019, antes de se iniciar com a pesquisa, foram realizadas 22 entrevistas piloto com as mulheres das comunidades de

Munhinga, com vista a verificar-se à adequação da estratégia de coleta. Em seguida, foi feita a coleta de dados para todos os envolvidos, conforme o quadro 1, continuamente, até ao mês de outubro do mesmo ano.

Todas as gravações foram transcritas e complementadas com os registros de diário de Campo. Os dados referentes aos documentos consultados seguiram a ordenação e sistematização das leituras de documentos⁸⁵, como o Programa de Reabilitação Nutricional (PRN)⁸⁵, livros de alunos e de professores da 1ª a 7ª séries, Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Sector Agrário 2011-2020⁴³, manuais da FAO para formação de mães cuidadoras e de Facilitação de Práticas Agrárias e de habilidades para a Vida⁸⁷, anotações das observações realizadas, durante a pesquisa de campo e a consequente síntese das entrevistas por cada grupo pesquisado.

A classificação dos dados⁸⁸ foi feita através da identificação de fatos relevantes nas comunidades, tanto através das entrevistas, observação, relatos de líderes comunitários, que permitiram a disposição da informação em categorias. Para a análise final, se estabeleceu a articulação entre os dados coletados e o referencial teórico da pesquisa, com vista a se encontrar os fundamentos às questões e objetivos propostos⁸⁹. Embora na ordenação e classificação dos dados a teoria estivesse sempre presente, foi na fase de análise dos dados que se trabalhou com maior intensidade nas informações coletadas com base no referencial escolhido, onde ocorreu o verdadeiro momento dialético através do movimento contínuo entre o concreto e o abstrato, e entre o particular e o geral, com vista ao alcance da realidade⁹⁰.

Para o efeito, como referencial teórico utilizou-se a abordagem dialética, a qual contempla o sistema de relações que constrói o modo de conhecimento exterior do sujeito, assim como as representações sociais que traduzem os significados. A dialética pensa a relação das quantidades como uma das qualidades dos fatos e fenômenos. Ela procura encontrar a compreensão e a relação com o todo, bem como a interioridade e a exterioridade como constitutivas dos fenômenos⁸⁴, e considera o fenômeno ou processo social como fundamental para que sejam entendidos nas suas determinações e transformações dadas pelos sujeitos. Para tanto, faz-se necessário

trabalhar com a complexidade, especificidade e diferenciações que os problemas e ou objetos sociais apresentam⁸⁴.

Para a análise de dados utilizou-se o método hermenêutico-dialético⁸⁴. Nesse método a fala dos atores sociais situa-se em seu contexto para melhor ser compreendida, tendo como ponto de partida, o interior da fala. Nesse sentido, podem-se destacar dois pressupostos, sendo o primeiro referente à ideia de que não há consenso e nem ponto de chegada no processo de produção de conhecimento, e o segundo se refere ao fato de a ciência construir-se numa relação dinâmica entre a razão dos que a praticam e a experiência decorrente da realidade prática⁸⁴.

Vale lembrar que, etimologicamente a hermenêutica apresenta diferentes significados, entre os quais “interpretar”, “traduzir”, “proclamar”, “fazer compreender”⁸⁰. E, especula-se que ela tenha origem na Grécia antiga, onde inicialmente era empregada com objetivo de chegar-se à compreensão e preservação da poesia grega clássica. Posteriormente passou a ser utilizada no âmbito religioso, especificamente pelo judaísmo e cristianismo para a interpretação das Sagradas Escrituras, facilitando o processo de interpretação⁹¹. A dialética, por sua vez, também, especula-se, que tenha a mesma origem da hermenêutica, especificamente a partir da controvérsia entre Heráclito que concebia o mundo como sendo mutável, onde tudo se transforma no seu contrário, sendo a mudança e a contradição a essência das coisas, e Parmênides que entendia a contradição como apenas a aparência. Foi na tentativa de fazer-se a conciliação entre esses dois pensamentos que Platão e Aristóteles elaboraram o conceito clássico de dialética⁹², um processo em que existem diálogos, críticas, análises, construções e reconstruções coletivas, que permite que se chegue ao mais próximo da realidade⁸⁵.

Ao apontar a perspectiva hermenêutico-dialética⁹³, Minayo quer sinalizar o caminho do pensamento, na medida em que contempla questões, quais sejam “como fazer” e “como pensar” a análise dos dados⁹⁴, conferindo a possibilidade de a hermenêutica fazer a interpretação dos sentidos que os sujeitos elaboram em seus discursos, combinando a compreensão de tais sentidos, diante das contradições que se apresentam, por meio da lógica dialética⁹⁵. E, quanto aos procedimentos, ela

baseia-se em dois movimentos, nomeadamente: o gramatical e o psicológico, onde o primeiro consiste na análise do discurso, no uso das palavras, nos conceitos. Enquanto o segundo, transcende o sentido objetivo das palavras, e acontece quando o responsável em fazer a interpretação se propõe a reconstruir as intenções do sujeito que proferiu as palavras. Essas duas dimensões evidenciam a visão hermenêutica segundo a qual existe uma conexão entre o pensamento e a linguagem⁹⁴.

Para melhor compreensão, a seguir apresenta-se a síntese dessa perspectiva metodológica e teórica, destacando-se três níveis, nomeadamente: determinações fundamentais, interpretação, e encontro com os fatos empíricos⁹⁶.

No nível das determinações fundamentais é onde se situa a fase exploratória da investigação. Trata-se do contexto sócio-histórico dos grupos sociais, e assume importância como sendo o marco teórico para a análise. No nível de interpretação, atendendo a complexidade e abrangência dos participantes da pesquisa, foi feita uma pré-análise de dados iniciais, obtidos no estudo piloto, cujos resultados permitiram fazer um relatório inicial, com base nos pontos de vista de cada grupo de entrevistado (IC e IB). E, finalmente, no nível de encontro com os fatos empíricos, possibilitou o estudo da realidade em toda a sua dinâmica e com a devida profundidade⁹⁶.

Os dados foram coletados nos Postos Administrativos de Sussundenga Sede (envolvendo gestores, duas Associações e as mães de escolares, na localidade de Munhiinga) e Mohoa (envolvendo as restantes organizações associativas).

2.1. Escore de Diversidade Dietética (DDS)

Para a tabulação do Escore de Diversidade Dietética foi feita a combinação de grupos de vegetais e fruta, constituindo dois grupos de alimentos, ou seja, um grupo referente aos vegetais e outro representando as frutas. Por essa razão os 16 grupos de alimentos concebidos pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura passaram para 12, conformando-se ao que estabelece a Assistência Técnica Alimentar e Nutricional da Organização das Nações Unidas (FANTA)⁹⁷. Neste

contexto, a tabulação do DDS foi feita através de banco de dados e planilha no *Microsoft Excel*, e foi calculado para cada um dos agregados familiares envolvidos.

O quadro 2, a seguir, sumariza o caminho que se percorreu para o cálculo do DDS, tanto para o DDS médio quanto o DDS.

Quadro 2: Fórmula para a tabulação de Escore de Diversidade Dietética ao nível domiciliar, segundo a Aliança Técnica para Nutrição da Organização das Nações Unidas (2006).

DDS (0-12)	Número total de grupos de alimentos consumidos por membros da família
	Aos valores de A a L foram “0” ou “1”
	Soma (A + B + C + D + E + F + G + H + I + J + K + L)
DDS (médio)	$DDS (médio) = \frac{\text{Soma (DDS)}}{\text{Nr. total de famílias}}$

No quadro 2, apresenta-se a fórmula para o cálculo do DDS que refere-se ao somatório dos grupos de alimentos presentes, conforme o caso. Enquanto o DDS médio para a população da amostra é calculado com base na soma dos grupos alimentares, seguido da divisão pelo número total de agregados familiares entrevistados. Assim, quanto maior o número de grupos de alimentos consumidos, melhor a qualidade da dieta. Este é o indicador mais significativo do que simplesmente a soma de alimentos, evita a indução para aparente diversidade dietética, por exemplo, nos casos em que os alimentos pertençam ao mesmo grupo⁹⁷.

Para o cálculo do DDS tem sido considerados 12 grupos de alimentos, conforme estabelece a Aliança Técnica para Nutrição da Organização das Nações Unidas⁹⁰, e se apresenta no quadro 3.

Quadro 3: Grupos de alimentos para o cálculo da Diversidade Dietética, de acordo com a Assistência Técnica Alimentar e Nutricional (FANTA) (2006).

A. Cereais	G. Peixes e frutos do mar
B. Raízes e tubérculos	H. Leguminosas/nozes
C. Legumes	I. Leite e produtos láteos
D. Frutas	J. óleo/ gorduras
E. Carne, aves, miudezas	K. Açúcar/ mel
F. Ovos	L. Diversos

Vale lembrar que para a obtenção de dados relativos ao DDS, recorreu-se às mães de escolares, por serem elas as responsáveis pelo preparo de alimentação na família, e assim estariam em melhores condições de responder por outros membros do agregado familiar.

Capítulo 2

ARTIGO 1

Publicado na Revista Research Society and Development, Health and sciences, v.10, n.3 (2021)

Efeitos do ciclone Idai na produção, disponibilidade e acesso aos alimentos no distrito de Sussundenga em Moçambique

Effects of cyclone Idai on the production, availability and access to food in the District of Sussundenga in Mozambique

Efectos del ciclón idai en la producción, disponibilidad y acceso a los alimentos en el distrito de Sussundenga en Mozambique

Maitu Abibo Buanango

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3828-7866>

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Brasil

E-mail: maytuabybo@gmail.com

Pedro Fernando Chimela Chume

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3116-9274>

Universidade Zambeze, Moçambique

E-mail: chumep@gmail.com

Maria Rita Marques de Oliveira

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3828-7866>

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Brasil

E-mail: maria-rita.oliveira@unesp.br

Resumo

O manuscrito versa sobre os efeitos do Ciclone Idai sobre a diversidade dietética, no distrito de Sussundenga em Moçambique. Considerando que tem sido apontado como o celeiro da província, supõe-se que exista diversidade dietética. Questiona-se por que é que há desnutrição infantil quando supostamente existe diversidade de alimentos, e de forma particular, como é que o ciclone Idai pode ter contribuído para o agravamento. Objetivou-se analisar os efeitos do Ciclone na diversidade dietética, com recurso à observação não participante e anotação em diário de campo, Questionário de Diversidade Dietética e um roteiro de entrevistas. Envolveu 131 mães de escolares, quatro líderes comunitários e um representante do setor de Agricultura. Decorreu entre setembro de 2018 e outubro de 2019. Constatou-se que, seus efeitos sobre a produção, disponibilidade e acesso ao alimento, pois as diferenças das médias foram significativas, podendo ter contribuído para a ampliação das dificuldades para uma dieta diversificada, o que pode ter resultado na elevação das taxas de desnutrição infantil. O ciclone afetou a dieta das famílias. É importante que se priorize a agricultura e criação de animais pecuários para o consumo alimentar, melhorando a diversidade de alimentos, em especial a fonte proteica, para a prevenção da desnutrição infantil.

Palavras-chave: Ciclone Idai; Diversidade alimentar; Moçambique.

Abstract

The text is about effects of Cyclone Idai on the dietary diversity, in the district of Sussundenga in Mozambique. Considering that it has been appointed as the breadbasket of the province, if it's has been assumed that there is dietary diversity. The question is why there are malnourished children when supposedly there is diversity of food, and in particular, how Cyclone Idai may have contributed for its aggravation. The objective was to analyze the effects of the Cyclone on dietary diversity, using non-participant observation and annotation in a field diary, a Dietary Diversity Questionnaire and an interview guide. The study involved 131 mother's schoolchildren, four community leaders and a representative from the Agriculture sector. It took place between September 2018 and October 2019. It was found that the effects of cyclone was on production, availability and access to food, since the differences in the averages were significant, and may have contributed to the expansion of difficulties for a diversified diet, which may have resulted in rising rates of child malnutrition. The cyclone affected the diet of the families. It's

important to prioritize agriculture and livestock breeding for food consumption, improving food diversity, especially the protein source, to prevent child malnutrition

Keywords: Cyclone Idai; Food diversity; Mozambique.

Resumen

El texto discurre sobre los efectos del ciclón Idai sobre la diversidad dietética, en el distrito de Sussundenga en Mozambique. Considerando que han sido apuntado como el granero de la provincia, se supone que hay diversidad dietética, se cuestiona el porqué es que hay desnutrición infantil si supuestamente existe diversidad de alimentos, y de forma particular, cómo es que el ciclón Idai puede haber contribuido en el empeoramiento. Se buscó analizar los efectos del ciclón en la diversidad dietética, con recurso a la observación no participante y anotación en diario de campo, cuestionario de diversidad dietética y un guion de entrevistas. Involucró 131 madres de escolares, cuatro líderes comunitarios y un representante del sector de la agricultura. Transcurrió entre septiembre de 2018 y octubre de 2019. Se constataron sus efectos sobre la producción, disponibilidad y acceso al alimento, pues las diferencias de los promedios fueron significativas, pudiendo haber contribuido para la ampliación de las dificultades para una dieta diversificada, lo que puede tener resultado en la elevación de las tasas de desnutrición infantil. El ciclón afectó la dieta de las familias. Es importante que se priorice la agricultura y la pecuaria para el consumo alimentar, mejorando la diversidad de alimentos, en especial la fuente proteica, para la prevención de la desnutrición infantil.

Palabras clave: Ciclón Idai; Diversidad alimentaria; Mozambique.

1. Introdução

A alimentação é fundamental para a sobrevivência humana. Neste contexto, tem sido mostrado nos estudos que a diversidade dietética, enquanto consumo diário de alimentos de cada um dos grupos (Ruel, 2002; Martin, 2001), está relacionada à qualidade da dieta e alimentação saudável (Bernardo, et al., 2011). Para essa finalidade, tem sido usado o Escore de Diversidade Dietética (DDS), proposto pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), conforme atestam alguns trabalhos (Koppmair, et al., 2016; Keding, et al., 2012).

A análise do consumo alimentar é importante, porque permite fornecer subsídios para avaliação das necessidades nutricionais e promoção de programas de educação nutricional (Cervato & Vieira, 2003), sendo amplamente reconhecida como uma dimensão fundamental da qualidade da alimentação, pois, aumentando a variedade de alimentos e grupos alimentares presentes na dieta e, especula-se, que também aumente a ingestão de nutrientes essenciais que contribuem para uma melhor saúde (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura [FAO], 2011).

Nos países em desenvolvimento, há evidências de associação entre a diversidade alimentar e a inadequação de nutrientes (Sealey-Potts & Potts, 2014). Neste contexto, as práticas alimentares inadequadas apresentam impacto negativo nas condições de saúde e nutrição, sobretudo, nas crianças, podendo, desse modo, comprometer o seu desenvolvimento. Seus efeitos são mais intensos nesses países (Muttarak, 2017; Painel Intergovernamental em Mudanças Climáticas [IPCC], 2014), como é o caso de Moçambique (Jacobs & Almeida, 2020), que apresenta uma taxa de 43% de desnutrição crônica em crianças menores de cinco anos de idade (Ribeiro & Santos, 2015; Banco Mundial, 2011). Esse quadro pode ter sido agravado com o ciclone, que em meados de março de 2019 atingiu fortemente Moçambique, Malawi e Zimbabué. A zona central de Moçambique foi a área que mais duramente ficou afetada. O caos foi intenso em várias áreas, incluindo na agricultura (Jacobs & Almeida, 2020), maioritariamente de subsistência, praticada com base em técnicas elementares, uso de mão-de-obra familiar, com baixo nível de

aplicação de insumos e altamente dependente de ocorrência de chuvas (Haber, et al., 2015).

Contudo, são produzidas no país, culturas diversas, nomeadamente: cereais (o milho, mexoeira, sorgo e, em certa medida o arroz), e também o amendoim e leguminosas; hortícolas (cebola, couves, feijão-verde, pimento, beterraba, alho, alface, cenoura e tomate), sendo o tomate e o milho consideradas as culturas mais importantes (Abbas, 2017). Na sequência, encontram-se os tubérculos, especialmente a mandioca, inhame, batata-reno (inglesa) e batata-doce. A seguir encontram-se os vegetais não convencionais, com destaque para a cacana (momordica indica), rúcula, quiabo e amaranto (Abbas, 2017; Haber, et al., 2015; Banco Mundial, 2011). Devido a sua grande atividade agrícola, Sussundenga é considerado o celeiro da província de Manica, ajudando significativamente esta província a contribuir em aproximadamente 25% da produção nacional de cereais em Moçambique (Instituto Nacional de Gestão de Calamidades [INGC], 2019).

Neste contexto, vale destacar o papel desempenhado pelas mulheres, tanto na agricultura em toda sua cadeia produtiva, quanto nas atividades de subsistência e nos cuidados dos agregados familiares, especialmente das crianças (Banco Mundial, 2011). As tarefas das mulheres podem ter aumentado após o ciclone e, por consequência, podem ter afetado a sua dedicação na produção agrícola (INGC, 2019).

Considerando que o distrito de Sussundenga tem sido apontado como o celeiro da província, poderia haver diversidade de produção neste território, mas ao mesmo tempo as taxas de desnutrição infantil são tidas como elevadas. Nesta lógica, urge indagar por que é que há desnutrição infantil num local com importante potencial agrícola e como tem sido a participação das comunidades locais, especialmente das mulheres nesse processo.

Neste sentido, o objetivo do presente manuscrito foi analisar os efeitos do ciclone Idai na diversidade dietética, na perspectiva de mães de escolares, no distrito de Sussundenga, em Moçambique, considerando a sua produção, perdas de alimentos, disponibilidade de alimentos, produtos alimentares de difícil aquisição e o consumo alimentar.

2. Metodologia

Este trabalho faz parte de um estudo maior do tipo transversal, e nele são discutidos dados quantitativos referentes à diversidade alimentar. Para o efeito, recorreu-se à observação por meio de anotações nos diários de campo sobre todos os aspectos relevantes (Marconi & Lakatos, 2003), Questionário de Diversidade Dietética (DDS) da FAO (2011) e um roteiro de entrevista que continha dados sociodemográficos e econômicos, bem como informações sobre o lugar e antecedentes do consumo alimentar. O mesmo envolveu a participação de mães de escolares da primeira série e também de crianças com idade igual ou inferior a cinco anos na Escola Primária e localidade de Munhinga em Sussundenga, respectivamente. Contou com apoio operacional de uma senhora da comunidade local para efeitos de recrutamento das mães e comunicação na língua local. Entre setembro de 2018 e outubro de 2019, foi possível chegar-se às 131 mães de escolares, num universo estimado de 253. Foram ainda envolvidos como informantes da pesquisa quatro líderes comunitários da localidade e um representante do setor de Agricultura dos Serviços Distritais de Atividades Econômicas (SDAE) de Sussundenga, todos por critério de conveniência.

Sussundenga é um distrito que situa-se na província central de Manica, em Moçambique. Possui uma área

de superfície total de 7.057 km² (Ministério de Administração Estatal [MAE], 2005). Trata-se do quinto distrito mais populoso da província, com 182.013 habitantes, distribuídos pelos Postos administrativos e localidades, sendo Munhinga, uma das localidades que conta com 16.000 habitantes (Instituto Nacional de Estatísticas [INE], 2017), onde estão disponíveis três escolas, das quais, duas lecionam o ensino primário e outra o ensino secundário, além de uma Unidade Sanitária para os cuidados primários da saúde. Todos esses equipamentos sociais situam-se nas imediações da sede desta localidade.

Percorre pelo território o rio que dá o nome à localidade, Munhinga (MAE, 2005), que segundo relato dos líderes locais, especula-se que seja proveniente de Shona, uma das línguas bantu falada na República do Zimbabué, onde encontra-se a nascente do rio, cujas margens eram povoadas pela cultura do gergelim, conhecida por Unhinga.

O clima da região é predominantemente tropical, com duas estações, a chuvosa e a seca (MAE, 2005). A época chuvosa vai de outubro a março, e a estação seca entre os meses de abril e setembro (Viagem, 2013).

Para chegar-se às participantes, foi determinante o papel de uma senhora da comunidade que conhece muito bem o local e a língua bantu, chitewe. Além de auxiliar na tradução da língua, era ela quem também indicava os domicílios das participantes que preenchiam os critérios definidos. Para se chegar aos líderes comunitários, foi o chefe da Secretaria da Localidade quem teve o papel de contactá-los e também de indicar o local para as entrevistas, na própria Sede. Enquanto, para o representante do setor de Agricultura foi necessária indicação do Diretor do SDAE de Sussundenga, tendo a respetiva entrevista decorrido nas instalações do SDAE. Neste contexto, o Questionário de Diversidade Dietética (DDS) da FAO continha questões fechadas, onde através de uma relação de alimentos localmente disponíveis (construída por meio de observação do ambiente alimentar no mercado local e domicílios durante o estudo piloto), fez-se perguntas sobre a presença ou ausência do item alimentar tendo em conta os alimentos produzidos no quintal ou na machamba, as perdas ocasionadas pelo ciclone, a disponibilidade no domicílio o ano todo, alimentos de difícil aquisição, bem como os itens alimentares presentes na dieta das famílias. Por seu turno, as entrevistas às mulheres visavam a obtenção de dados como a idade, nível de escolaridade, número de filhos, espaçamento entre nascimento de filhos, moradia, tipo de casa, ocupação da mulher e marido, e recebimento do subsídio social do governo. Para os líderes comunitários, a entrevista foi conduzida considerando a origem do nome do lugar e os antecedentes do consumo alimentar pelas comunidades, incluindo o passado e presente. Todas as entrevistas tiveram início após à Assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Em setembro de 2018 foi efetuada visita ao local, que culminou com encontros junto das autoridades. Foi com base nos resultados dessa visita, que em maio de 2019, realizou-se um estudo piloto, onde foi possível retomar e alargar os contatos, abrangendo as comunidades. Neste contexto, foram envolvidos 22 agregados familiares, tendo resultado na incorporação de questões como espaçamento de tempo entre nascimento de um filho para outro, ocupação do marido e permitiu relacionar os alimentos localmente disponíveis. Foi também nesse período que foram estabelecidos os horários mais adequados para se chegar ao encontro dos participantes.

A tabulação do DDS foi feita com base na proposta da Organização das Nações Unidas (Food and Nutrition Technical Assistance [FANTA], 2006), e para a análise de dados e tratamento estatístico, os mesmos foram gravados, transcritos e lançados em planilha de Excel. Os dados foram sistematizados por meio de Tabelas. Para comprovação da significância das diferenças entre as médias, recorreu-se ao Teste t pareado.

3. Resultados e Discussão

As principais características sociodemográficas e económicas de mães de escolares nas comunidades de Munhinga são apresentadas na Tabela 1.

Tabela 1. Características sociodemográficas e económicas de mães de escolares nas comunidades de Munhinga, Sussundenga, Província de Manica, Moçambique, 2019.

Variáveis		n	%
Idade	15-24 anos	18	14
	25-34 anos	62	47
	35-44 anos	32	24
	45-54 anos	13	10
	≥55 anos	6	5
Nível de escolaridade	Analfabeta	24	18
	Fundamental incompleto	65	50
	Fundamental II incompleto	33	25
	Ensino médio incompleto	6	5
	Ensino médio completo	3	2
Número de filhos	≤ 4	66	50
	≥5; ≤8	60	46
	≥9; ≤12	5	4
Moradia própria	Sim	128	98
	Não	3	2
Tipo de casa	Cimento	2	1.5
	Argila	127	96.9
	Capim	1	0.8
	Plástico	1	0.8
Trabalho remunerado	Sim	2	1.5
	Não	129	98.5
Recebe benefício do Programa Social	Sim	2	1.5
	Não	129	98.5

Fonte: autores (2021)

A Tabela 1 sumariza o resultado de dados sociodemográficos e económicos de mães de escolares e de pelo menos uma criança com idade igual ou inferior a cinco anos. Quarenta e sete por cento têm idades compreendidas

entre 25 e 34 anos. Na proporção de 24% encontram-se as mães com idades entre 35 e 44 anos. Na sequência, estão as que têm idades entre 15 e 24 anos. Esse grupo representa maior preocupação, tendo em conta que, se uma menina de 15 anos tem pelo menos dois filhos, estando um deles na primeira série, então, considerando que normalmente a idade para o início da escola em Moçambique é de seis anos, pode-se inferir que há meninas que podem ter engravidado ainda em tenra idade, antes dos 10 anos, o que torna pertinente uma reflexão em torno dos aspectos relacionados às relações de género.

Ainda relativamente a Tabela 1, quanto ao número de filhos, 50% têm até quatro; 46% possuem entre cinco e oito; e 4% possuem entre 9 e 12 filhos. A média de quatro filhos por cada mulher, considerando a possibilidade de procriação, tendo em conta as idades da maior parte (Lemos, 2017), é provável que se atinja a média nacional moçambicana, de cinco filhos por mulher (INE, 2017).

No que tange à moradia, 98% possuem habitação própria, porém, destas, 96,9% são feitas de argila. Especula-se que esse tipo de moradia represente riscos para a segurança das famílias, sobretudo, diante de eventos como ciclones. Também dá origem a problemas ambientais, motivados pelas alterações profundas no solo onde é retirada a argila, provocando assim erosão e modificação da paisagem natural (Portela & Gomes, 2005). Vale ressaltar que, para a queima da argila normalmente utilizam-se enormes quantidades de lenha, dado o seu elevado consumo energético, onde são emitidos gases durante esse processo, que se agrava dada a intensificação do desmatamento (Portela & Gomes, 2005). Devido a essa vulnerabilidade preexistente, o ciclone provocou prejuízos nas infraestruturas habitacionais e não só, e em decorrência dessa situação, houve perdas de vidas humanas, além da interrupção dos serviços essenciais, como mercado e meios de subsistência. Os efeitos secundários incluem a deslocação de pessoas, os surtos de doenças infecciosas como o HIV (vírus de imunodeficiência), diarreias, cólera e a malária (INGC, 2019; Raimundo, 2011), bem como problemas relacionados aos direitos das pessoas às terras produtivas, tanto nas áreas diretamente afetadas, como nos locais onde as pessoas deslocadas procuravam abrigo (Jacobs & Almeida, 2020; McEvoy, et al., 2019). Vale lembrar que a malária e a cólera são endémicas em Moçambique, onde a prevalência em crianças menores é alta. Vários são os fatores que podem contribuir para essa endemicidade, desde as condições climáticas e ambientais, até questões de saneamento básico, que propiciam a reprodução do vetor transmissor (Arroz, 2016; Gujral, et al., 2016). Após à ocorrência do ciclone, casos dessas doenças eclodiram (Veja, 2019).

Um dos dados também em destaque na Tabela 2 tem a ver com a escolaridade, sendo que 2% das mulheres possuem o nível médio completo. Nenhuma mãe frequentou o ensino superior, 18% são analfabetas, 50% têm o ensino primário (fundamental I) incompleto, 25% têm o secundário (fundamental II) incompleto, e 5% não possuem o ensino médio completo. Além da escolaridade baixa, de um modo geral, a condição da mulher é precária em vários domínios, devido a diversos fatores (Costa & Guedes, 2010).

Os eventos como o ciclone Idai e outros fatores sócio-ambientais, como os efeitos catastróficos das guerras e desastres naturais podem agravar a situação de desigualdade de género, ao contribuir para o enfraquecimento das infraestruturas educativas e não só. A par disso, somam-se as longas distâncias percorridas de casa para a escola, sem acesso ao transporte, que podem representar uma dificuldade acrescida para as crianças, em particular as meninas; e a escola nas zonas rurais, geralmente termina até a quinta série, e depois disso, só em locais mais

distantes (Federação Internacional dos Direitos Humanos [FIDH], 2007), Embora estejam presentes questões estruturais e socioeconômicos, de modo geral, em África, e em Moçambique em especial, o acesso à educação da mulher e a sua condição também podem ser influenciados e, em algumas situações, determinados por questões culturais e de tradição, onde as desigualdades de género e normas de relacionamento entre mulheres e homens promovem apenas os homens (Maúngue, 2020).

Já nas sociedades patrilineares, a descendência é feita através da linhagem paterna e concebe o casamento como sendo vinculativo e o divórcio é mais complicado para as mulheres, pois os filhos e os bens tendem a ficar com o marido e, em caso de morte deste, ficam sob a responsabilidade da família do marido. Portanto, não é reconhecido nenhum direito à mulher sobre os bens e/ou filhos (Bergh-Collier, 2007), e ela pode ser simplesmente expulsa de casa, sobretudo, quando do casamento não tiver resultado filhos (Maúngue, 2020), e em certos casos, quando ela é acusada de ter usado da feitiçaria para causar a morte do marido (Maúngue, 2020; Monteiro, 2011).

Assim, não só os aspectos culturais, como também os de tradição, de certa forma, traçam, o destino das mulheres. As tradições como o lobolo, a poligamia, os casamentos prematuros, a par dos ritos de iniciação são práticas que podem contribuir para fragilizar ainda mais o papel social da mulher nas comunidades. O lobolo é uma espécie de “compra” da mulher pelo homem envolvendo dinheiro, gados e bens materiais, enquanto os ritos de iniciação visam ensinar a mulher sobre como agradar aos seus maridos ou homens (Maúngue, 2020). Nesta lógica, algumas comunidades adotam o levirato, uma prática que estabelece o casamento da viúva com seu cunhado, para supostamente continuar a pertencer à família do marido. Nalgumas regiões do país, os rituais de purificação das viúvas ou simplesmente *Kutchinga*, na zona sul e *pitakufa*, na região centro do país, obrigam o envolvimento sexual da mulher com o irmão do falecido marido, após a sua morte, para supostamente purificar a viúva e a casa, pretensamente, para evitar com que o “mal” caia na família. Em suma, não obstante os esforços de sensibilização para o abandono dessas práticas, elas são bastante comuns nas zonas rurais, onde as mulheres não têm muita escolarização e, por conseguinte, têm fraco acesso à justiça (Maúngue, 2020; Monteiro, 2011), como ficou evidente, no presente estudo, na Tabela 1, o baixo nível de instrução das mulheres, que pode ser usado como uma tentativa de exercício do controle social (Maúngue, 2020). Ou seja, a autonomia e emancipação das mulheres podem ser interpretadas pelos homens como sendo atentatórias e passíveis de representar ameaça à estrutura tradicional (Bergh-Collier, 2007).

As autoridades nacionais têm tentado combater essa tendência que gera desigualdades, através de várias iniciativas e programas, como campanhas de conscientização por meio de órgãos de comunicação social, com envolvimento de celebridades nacionais e regionais, bem como líderes religiosos de diferentes crenças, com vista ao encorajamento do acesso da mulher à escola. Várias outras ações têm sido levadas a cabo, como por exemplo, o favorecimento do acesso das meninas mais novas, no processo seletivo para a instrução secundária (FIDH, 2007); a introdução do ensino bilingue no ensino básico (Silva, 2007), que parte do reconhecimento das desvantagens do ponto de vista linguístico que o papel socialmente atribuído à mulher pode propiciar, normalmente associado ao lar e à família, em detrimento do papel social do homem que implica o trabalho fora de casa, conforme indica a Tabela 1, onde a interação social é maior e o permite desenvolver o universo linguístico diferente do da mulher (Silva, 2007; Benson, 2004).

Em complemento a essas ações, diversas Organizações Não Governamentais (ONG`s) têm tentado apoiar as mulheres a saírem dessa situação desfavorável, através da criação de atividades de geração de receitas/renda. Porém, o impacto dessas ações não é amplo, pois, restringe-se a trabalhos que exigem poucas qualificações, como o plantio de vegetais, costura, crochê, cerâmica, entre outras. E nessas atividades é onde há pequeno potencial econômico (FIDH, 2007). Somando-se a essas limitações econômicas, o recurso aos microcréditos não parece estimulador, na medida em que apresentam condições restritivas e as taxas de juros muito elevadas (FIDH, 2007). Cientes dessas limitações, as instituições de apoio às iniciativas empreendedoras têm capacitado às comunidades, sobretudo, mulheres, para que, localmente se organizem em associações, e funcionem como Agentes rotativos de poupança em dinheiro. Nalgumas comunidades a poupança rotativa, além de dinheiro, também envolve gêneros alimentícios.

Tradicionalmente, no que a divisão de trabalho diz respeito, a responsabilidade sobre as tarefas é definida de acordo com o gênero, onde a mulher é sobrecarregada por várias tarefas, sobretudo, as domésticas, socialmente construídas (INGC, 2019). Desde cedo, as meninas são ensinadas a engomar (passar), lavar, cozinhar, arrumar a casa e cuidar de todos, além de serem preparadas para passar por privações de vária ordem, para suprir as necessidades dos homens (Actionaid, 2017). Entretanto, suas tarefas vão além do papel doméstico, sobretudo, no meio rural, onde elas praticam intensamente a agricultura e, nalguns casos, a pesca, e cuidam as crianças e a família, além de fazerem o artesanato. Por isso, a jornada de trabalho da mulher é maior comparativamente ao homem, pois ela é a primeira a acordar para preparar o dia dos membros da sua família, e normalmente, a última a dormir (deitar), na medida em que precisa organizar os afazeres do dia seguinte. Neste contexto, os homens são vistos como meros ajudantes nesses trabalhos e nunca como responsáveis por eles. Por essa razão, não são cobrados pela sociedade pelas tarefas domésticas e de cuidado de pessoas, enquanto se naturaliza a sobrecarga de tarefas para as mulheres (Actionaid, 2017).

Relativamente ao trabalho, na Tabela 1 comprova-se essa tendência de atribuição de tarefas domésticas e não só, baseadas no gênero, num contexto em que o subsídio social básico atribuído pelo governo, somente beneficia a 1,5% de famílias; 2,3% de mulheres possuem trabalho remunerado, sendo a agricultura, com 30,5%, uma das principais fontes alternativas de renda dessas mulheres, enquanto somente 6,1% de homens participam nas tarefas de agricultura; 49, 6% assumiram que a fonte de renda da família é unicamente o marido. No entanto, considerando esse fato, e olhando para os dados da Tabela 1, percebe-se que são poucos os homens que têm trabalhos remunerados, dos quais 9,9% estão na função pública e 5,3% no setor privado, em fazendas de capitais estrangeiros. Esse fato pode sugerir por um lado, que nem todas as mulheres sabem ou têm informações relativas ao trabalho dos maridos e, por um lado, pode ser que elas não informaram, numa mera tentativa de encobrir a atividade ilícita praticada pelos seus maridos, o garimpo artesanal bastante comum na região, receando possíveis consequências para a família.

A Tabela 2 apresenta dados sobre a produção, perdas de alimentos no quintal/ machamba, disponibilidade de alimentos durante o ano, alimentos que eram difíceis de adquirir antes e depois do ciclone, bem como a consumo alimentar. Os mesmos encontram-se dispostos de acordo com o DDS da FAO.

Tabela 2. Produção e perdas de alimentos, disponibilidade e acesso após à passagem do Ciclone, nas Comunidades de Munhinga, em Moçambique, 2019.

Grupo alimentar	Produto	Consumo diário	
		Antes do Idai f (%)	Depois do Idai f (%)
A. Cereais	Arroz	27 (20.6)	26 (19.8)
	Milho	126 (96.2)	131(100)
	Trigo	0	17 (12.2)
B. Raízes brancas e tubérculos	Mandioca	66 (50)	17 (13.0)
	Batata doce	106 (82.1)	18 (13.7)
	Inhame	103 (78.3)	12 (9.2)
	Batata-reno	86 (65.2)	1 (0.8)
C. Vegetais e tubérculos ricos em Vitamina A	Cenoura	-	
D. Vegetais verdes e escuros	Folhas de mandioca	112 (85.2)	2 (1.5)
	Folhas de abóbora	131 (100)	4 (3.1)
	Folhas de batata-doce	73 (55.6)	4 (3.1)
E. Outros legumes	Tomate	99 (75)	119 (90.8)
	Cebola	73 (55.6)	99 (75.6)
	Alho	0	1 (0.8)
	Couve	66 (50)	95 (72.5)
	Repolho	75 (57.1)	6 (4.6)
	Alface	73 (55.6)	1 (0.8)
F. Frutas ricas em vitamina A	Tangerina	73 (55.6)	19 (14.5)
	Laranja	72 (55)	18 (13.7)
G. Outras frutas	Banana	88 (67.4)	7 (5.3)
	Abacate	1 (0.8)	3 (2.3)
H. Carne (miudeza)	Miudeza	0	0
I. Carne	Bovina	1 (0.8)	3 (2.3)
	Cabrito	0	1 (0.8)
	Galinha	2 (1.5)	1 (0.8)
	rato	0	2 (1.5)
J. Ovos	Ovo	0	2 (1.5)
K. Peixe e marisco	Peixe	70 (53.5)	31 (23.7)
L. Leguminosas, Nozes e sementes	Feijão	14 (10.7)	44 (35.6)
	Gergelim	0	0

	Amendoim	0	2 (1.5)
	Soja	0	0
M. Leite e produtos lácteos	Leite		12 (9.2)
N. óleo/ gordura	Óleo	-	97 (74.1)
O. Doces	Cana-de-açúcar	104 (79.5)	7 (5.3)
	Refrigerante	-	1 (0.8)
	Suco em po	-	1 (0.8)
	Açúcar	-	18 (13.7)
P. Especiaria, condimento e bebidas	Sal	131 (100)	131 (100)
<i>Escore de Diversidade Dietética (média ± desvio padrão)</i>		5.64±1.05	4.63±1.53
		<i>p</i> < 0.001*	

* *Teste t pareado*

Fonte: Autores (2021)

A Tabela 2 apresenta dados referentes aos itens alimentares produzidos nas machambas (roças) e nos quintais das famílias; o que ficou perdido depois do ciclone, como por exemplo, os alimentos que ficaram soterrados ou foram arrastados do solo pela fúria das águas e dos ventos, onde estavam fixados ou que tenham ficado submersos, interrompendo assim seu ciclo produtivo. Na mesma lógica, são também apresentados os dados referentes à disponibilidade de alimentos ao longo do ano todo e o consumo alimentar, considerando os períodos anterior e posterior ao ciclone Idai.

Segundo relato dos líderes locais, houve tempos em que as possibilidades para melhor diversidade alimentar nas famílias eram maiores. No entanto, em razão de vários fatores ambientais, incluindo a ação humana, a disponibilidade tem estado a reduzir significativamente. O ciclone Idai é disso um exemplo, após a sua ocorrência ampliou a restrição dos alimentos e tornou mais pobre a dieta das famílias.

Relativamente à produção, os grupos de cereais e frutas são os que mais se destacaram, especialmente o milho, que além de ser a cultura mais produzida, foi a que mais perda registou. A disponibilidade ao nível domiciliar sofreu redução significativa, considerando $p < 0.001$, e a mesma tendência foi verificada entre os alimentos localmente disponíveis, cuja aquisição, pelas famílias, passou a ser significativamente mais difícil, considerando $p < 0.001$. Assim, acredita-se que essa situação seja motivada, em parte, pelos custos de compra que inflacionaram diante da redução da disponibilidade de alimentos. Sabe-se que o aumento significativo de preços de produtos alimentares e, conseqüente, aumento do custo de vida, podem dificultar o acesso aos produtos alimentares no mercado (Campos, 2016). Tratando-se de zona rural, o acesso a alimentos é também influenciado pela sazonalidade da produção agrícola (Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional [SETSAN], 2015). Em meio a esse contexto, o consumo alimentar das famílias ficou afetado, tendo reduzido significativamente a diversidade dietética alimentar, conforme $p < 0.001$.

Vale destacar que a redução na disponibilidade do milho, em particular, pode ter criado dificuldades de acesso a outros alimentos, tratando-se de cereal que as famílias, além de utilizarem para o consumo, também vendem para o seu sustento.

Essa situação é corroborada com estudos que indicam que em lugares onde registam-se eventos climáticos na África, a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) fica prejudicada e, por consequência, as taxas de desnutrição tendem a aumentar significativamente (Campos, 2016; IPCC, 2014).

Além do impacto de eventos climáticos, a ação humana tem estado a influenciar negativamente nos hábitos e nas práticas alimentares e, em consequência, na diversidade dietética alimentar das famílias. Segundo relato dos líderes locais, os hábitos alimentares vêm sofrendo mudanças e continuidade, pois há anos atrás, a carne era dos alimentos que mais se fazia presente na dieta das famílias, porquanto abundavam as espécies para a caça, como a gazela, javali, búfalos, coelhos entre outras. No entanto, com o tempo, esses animais foram desaparecendo, e acredita-se que seja por conta da prática de queimadas para o cultivo, construção e caça, que hoje em dia ficou reduzida ao rato que serve para o consumo.

Em substituição da carne, ainda segundo relato e pelo que se constata na Tabela 2, atualmente recorre-se ao consumo de vegetais, como a couve, folhas de abóbora e de mandioca produzidas localmente, e peixe-seco que vem da província costeira de Sofala, que dista aproximadamente 300km do distrito. Os resultados apontam para uma dieta com baixa variedade, mas por trás de cada um desses alimentos ou dos que já não estão disponíveis para o consumo encontram muitos significados e história.

Embora especule-se que o milho seja originário de terras americanas (Gazeta do povo, 2020), acredita-se, que tenha chegado à Moçambique durante a colonização, pelos portugueses, e pode ter-se massificado o consumo depois da independência nacional, eventualmente após à guerra civil, no âmbito da intervenção em ajuda alimentar da Organização das Nações Unidas, bem como devido a presença de grandes fazendeiros zimbabueanos a esta parcela de Moçambique. Conforme aponta o responsável pelo sector da Agricultura, além do milho, o gergelim, girassol, algodão também começaram a ser produzidos por influência dos mesmos fazendeiros também conhecidos localmente por *Bôeres*.

Neste contexto, conforme elucida a Tabela 2, pode-se dizer que o milho tem resistido ao tempo, pois continua sendo preferência na dieta das famílias, sobretudo, na forma de xima, cujo preparo é baseado no cozimento de farinha de milho em água. O modo de preparo pode ter sido influenciado pelos cidadãos oriundos de países vizinhos, limítrofes de Moçambique, muito em particular dos Estados mais próximos de Sussundenga, com destaque para as Repúblicas do Zimbabwe e do Malawi. Para fazerem a farinha, as mulheres “pílám” o milho, para a remoção de sua parte externa, que requer bastante força física e resistência, para depois percorrer longas distâncias, a pé, com a criança nas costas e o milho na cabeça para uma moageira, onde decorre a redução em seu tamanho para a farinha. Enquanto as folhas de abóbora e de mandioca, incluindo a couve são preparadas com tomate, cebola, óleo, e as vezes usando o caldo *knorry*, no lugar do sal.

Não obstante aos esforços governamentais do setor da pecuária, conforme a Tabela 2, regista-se baixa produção de animais, em parte devido a surto de doenças. A exemplo, a doença de *Newcastle* que tem sido um dos maiores obstáculos na criação das aves. Foi também possível verificar a criação de peixes tilápia em tanques piscícolas, uma atividade fortemente incentivada pelas autoridades públicas. Porém, acredita-se que essa atividade careça de maior abrangência, pois só beneficia as pessoas que vivem ou têm terras próximas aos locais de curso de água do rio, onde é possível fazer-se pequenos desvios para os tanques. Com a comercialização de peixe, alguns

piscicultores conseguem construir suas habitações e compram instrumentos que geram renda, como a moagem e vários outros, incluindo mobiliários para casa.

Ainda que as famílias tenham acesso ao peixe, é importante que se diversifique a fonte proteica. Aliás, a partir da Tabela 2 pode-se inferir que a dieta das famílias é caracterizada pela carência de fontes proteicas, de Vitamina A e Cálcio, como por exemplo, a carne, vegetais e frutas ricas em Vitamina A, bem como e leite e seus derivados. Essa é uma realidade que pode colocar determinados grupos de pessoas em vulnerabilidade, incluindo as crianças menores de cinco anos, tendo em conta as demandas nutricionais requeridas nesta fase da vida (Pedraza, et al., 2013).

Em geral, as carências nutricionais comprometem o desenvolvimento pleno das crianças, no caso particular, a deficiência energético-proteica pode resultar no atraso ao crescimento, subdesenvolvimento físico e mental, bem como, originar a morte da criança (Pedraza, et al., 2013), sendo por isso apontada como uma das principais causas da desnutrição (Cabral, et al., 2005). Por sua vez, a Vitamina A, essencial para a otimização do processo de crescimento e desenvolvimento humano, sua deficiência pode potencialmente causar a cegueira em crianças e aumentar o risco de mortalidade devido às infecções. Vale ressaltar que, a carência deste nutriente também pode afetar as gestantes, que além de causar a cegueira noturna, também pode elevar o risco de mortalidade materna (Pedraza, et al., 2013). Igualmente, nas populações que se apresentam com deficiência de Vitamina A, tem-se observado alta prevalência de anemia (Santos, et al., 2016). Estado nutricional, sinais clínicos de carências nutricionais e vulnerabilidade social entre crianças do semiárido Paraibano. Demetra: alimentação2016; Pedraza, et al., 2013). Enquanto o cálcio, dadas as suas funções estrutural e reguladora, está intimamente associado ao desenvolvimento e à formação óssea, de tal forma que sua ausência ou carência também compromete o desenvolvimento (Martins, et al., 2009).

Deste modo, fica clara a importância de uma alimentação equilibrada, com fonte proteica diversificada, rica em Vitamina A e Cálcio, entre outros nutrientes e minerais, para o desenvolvimento das crianças, com vista a prevenção da desnutrição infantil nas comunidades (Santos, et al., 2016; Pedraza, et al., 2013; Martins, et al., 2009).

Diferentemente do milho, o sorgo, localmente conhecido por mapira vem perdendo preferência por parte das famílias, conforme elucida a Tabela 2, provavelmente devido a dificuldades relacionadas ao seu cultivo. Acredita-se, também, que pode ter a ver com a sua reduzida procura para fins comerciais, ou seja, o sorgo não faz parte do grupo de cereais destacados para a compra massiva pelos cidadãos nacionais e estrangeiros, em particular os de origem bangladesh, que dedicam-se ao comércio e compra do milho e gergelim para exportação para o mercado asiático. No entanto, os preços praticados, nem sempre beneficiam os agricultores, sobretudo, os que residem em locais mais distantes da sede da localidade podem ser os mais prejudicados, dada a dificuldade de transporte de mercadorias e pessoas, aliado ao fraco acesso à informação. Assim, os compradores se dirigem aos domicílios dos agricultores para a compra, e nessa condição pode-se oferecer poucas possibilidades de negociação, acabando por ser os compradores a definirem o preço da compra.

Na mesma tendência que o sorgo encontra-se o marquês, cereal utilizado pelas mulheres para o preparo de bebida alcoólica tradicional, localmente designada dhoró. Este cereal, apesar de ser cada vez mais difícil o seu cultivo nos tempos presentes, o mesmo, segundo relato de líderes locais, já foi amplamente valorizado no passado

pelas mesmas comunidades, pois acreditavam que dando a papa (polenta) de farinha desse cereal às crianças recém-nascidas, especialmente, os meninos, conferia-lhes forças e quando adultos seriam, por isso, homens mais fortes. A razão para a aparente mudança nessa crença, acredita-se que seja, em parte, devido aos trabalhos que têm sido desenvolvidos pelas autoridades da saúde que contam com envolvimento comunitário de líderes locais, na sensibilização para o cumprimento do aleitamento materno exclusivo nos primeiros seis meses de vida.

Ainda sobre a produção, apesar de o tomate ser um alimento bastante presente na dieta das famílias, conforme se vê na Tabela 2, ele é pouco produzido pelas comunidades. A par do sorgo, uma das razões apontada está relacionada às dificuldades no seu cultivo. Considerando que o tomate seja uma cultura intolerante a temperaturas extremas (Castro, 2014), conforme se verifica na região, pode-se especular que sua baixa produção pode estar relacionada ao clima.

Com os baixos níveis de produção alimentar, emerge risco de diminuição da disponibilidade de alimentos agrícolas, muitas vezes, completamente dependentes do clima, tornando mais difícil o acesso aos alimentos. Os efeitos também abrangem o setor da pecuária, porquanto representam potencial risco na redução de produção de leite, incremento das taxas de aborto nos animais e redução de prenhes, afetando a oferta de animais para a reprodução e abate, dificultando assim o seu acesso (Leandro, 2007).

Além da redução na produção de alimentos, há evidências de que a composição de nutrientes de algumas culturas altera com a mudança climática (Scheelbeek, et al., 2018), o que acrescenta outra dimensão de complexidade à segurança nutricional, representando desafios profundos e generalizados, particularmente para a segurança alimentar e nutricional (SAN) que, por sua vez, afetam severamente o acesso e as práticas alimentares das famílias (Macdiarmid & Whybrow, 2019).

De modo geral, as famílias de mães de escolares produzem mais o milho, a batata-doce, inhame e cana-de-açúcar. Nos quintais, na sua maioria existem árvores de frutas e não só, algumas das quais não muito comuns na região, como por exemplo a ata (fruta de conde), lichia, salsa e pimenta, encontradas geralmente em quintais cujos proprietários são oriundos de outros lugares do país ou da vizinha República do Zimbábue ou que possuem escolaridade superior à média da região.

Apesar de haver produção, ela é pouco diversificada, contrariando os dados fornecidos pelo representante do setor de Agricultura que apontam que neste território existe diversidade de alimentos, entre cereais (milho, mexoeira, mapira e trigo); leguminosas (amendoim, feijão vulgar, também chamado feijão boer, feijão verde, soja, e ervilha); tubérculos (batata-reno, batata-doce, mandioca, e inhame); hortícolas (cebolas, tomates, repolho, couves, cenouras, pepinos, alface e alho); Citrinos (laranja, limão, tangerina), outras frutas (manga, banana, abacate, lichia e abacaxi), outras culturas do grupo das cucurbitáceas e culturas não alimentares como o tabaco. Por sua vez, os cereais são os principais contribuintes para que a província seja a maior produtora desta cultura no país.

Historicamente, a população produzia a paprica, pimenta, milho-miúdo (babycorn), gengibre, trigo, cevada e a castanha de caju para a exportação para países como a China e África do Sul. Muitas dessas culturas, com a retirada das empresas que trouxeram esses produtos alimentares no distrito, foram desaparecendo da região e as terras passaram a ser ociosas. Presentemente, a *Macs in Moz Lda*, empresa de capitais estrangeiros tem produzido a

macadamia (fruta rica em gorduras saudáveis), lichia, abacate exportados para mercados europeus e em breve poderá chegar aos Estados Unidos da América, conforme aponta o representante da Agricultura.

Mesmo com a atuação dessa empresa no local, através da produção, as famílias não estão cultivando em suas propriedades a macadamia, pensando por exemplo em possíveis ganhos econômicos, elas mantêm-se fieis e firmes ao cultivo de culturas alimentares que fazem parte de sua identidade cultural (Marangon, 2009), conforme se apresenta na Tabela 2. Esse fato pode estar a se verificar, em parte, também porque a empresa não se predispôs ainda em comprar essa cultura individualmente, pois tem espaço suficiente para o cultivo.

Apesar de a *Macs in Moz, Lda* empregar também cidadãos moçambicanos, essa empresa tem um número reduzido de trabalhadores locais, e dos poucos que são absorvidos pela empresa, são colocados em funções consideradas menos importantes e com pouco potencial econômico. E a responsabilidade social dessa empresa parece ser ainda pouco significativa e incipiente, atendendo a dimensão da empresa e dos campos de cultivo.

Vale lembrar que a *Macs in Moz, Lda*, para alastrar os seus campos de cultivo, tem incentivado a retirada das populações de suas zonas de origem, deixando para trás suas terras produtivas para serem reassentadas em outros locais onde não têm a mesma possibilidade de continuar a produzir. A empresa construiu apenas uma escola que leciona o ensino primário, num dos Bairros locais, conforme foi constatado. Em fase de estudo de viabilidade, encontra-se uma empresa de capitais portugueses que pretende dedicar-se ao cultivo de uvas.

Além do nível empresarial, a nível individual, os grandes produtores de alimentos são cidadãos estrangeiros, de raça branca, provenientes de países como a África do Sul e Zimbábwe que detêm vastas extensões de terra, obtidas, na maior parte das vezes, de forma oportunista, aproveitando-se das vulnerabilidades econômica e social da população local.

Neste contexto, ainda que em número bastante reduzido, existem agricultores locais que produzem em grandes quantidades, sendo que um deles foi distinguido como melhor produtor da província, no ano 2015. Estes produtores privilegiam a mão-de-obra proveniente de outros pontos do país, contribuindo, desse modo, para a redução de possibilidades de trabalho para os cidadãos locais.

Pode-se inferir que são os poucos produtores locais e estrangeiros que fazem com que o distrito seja considerado celeiro da província, enquanto as comunidades não se beneficiam. Esse fato reforça ainda mais a ideia de que a produção e disponibilidade de alimentos são importantes mas, é fundamental que os alimentos possam ser acessados, razão pela qual se justifiquem os casos de desnutrição infantil nas comunidades. Não obstante a esse fato, os dados sugerem que a produção é a responsável pela consagração como celeiro, mas não contribui para a melhoria do acesso ao alimento.

Outra dimensão de celeiro tem a ver com o local de conservação em Moçambique, particularmente no meio rural, a maior parte dos cereais produzidos é guardada, para o consumo da família ou para a comercialização, geralmente em celeiros. Os celeiros podem assumir variadas formas, desde silos a grandes recipientes de barro (argila) ou palha, casas ou compartimentos de uma casa de habitação rural, de variados tamanhos. Podem conter os cereais na forma de espigas ou grãos, bem como legumes na forma de vagens secas. Portanto, trata-se de uma prática de conservação pós-colheita (Hugo, 2008).

Devido a perdas pós-colheita, ampliadas pela ocorrência de eventos climáticos, as autoridades têm estado a promover a conservação do milho em celeiros melhorados (feitos na base de barro/argila), com destaque para o *Celeiro Tipo Gorongosa*, tido como resiliente aos eventos ambientais, com a capacidade de armazenamento de aproximadamente uma tonelada deste cereal, por longos anos, dependendo de sua construção e manutenção, prevendo-se que chegue a ultrapassar 10 anos. Essa prática de conservação pode ser vantajosa aos produtores, porquanto podem comercializar o milho a preços mais robustos em tempos de pouca oferta, em finais de cada ano ou princípios do outro ano. Por essa razão, o lugar que consegue abastecer outros mercados, também adquire o *status* de celeiro (Hugo, 2008), como é o caso de Sussundenga, que pode estar condicionado a vários aspectos, incluindo a produção, disponibilidade e conservação de alimentos.

Na Tabela 2, também destacam-se os sucos artificiais e o caldo *knorry* em pó, comercializados a preços relativamente baixos. São comprados em Chimoio, maior cidade da província de Manica, que dista aproximadamente 80km, e são revendidos no distrito.

Segundo relato dos mesmos líderes locais, em ocasiões comemorativas, como nas festas tradicionais e de evocação dos espíritos dos antepassados, fazem parte do cardápio a *xima*, o *maheu* (bebida caseira preparada na base de farinha de milho e açúcar), carne de cabrito e feijão, considerados os principais alimentos que não devem faltar. E, mais recentemente, também tem-se introduzido nessas ocasiões o arroz, esparguete, biscoitos, peixe e suco artificial em pó e, por vezes, refrigerantes, que são adquiridos nas pequenas lojas locais, abastecidas também pelo mercado de Chimoio, onde encontra-se instalada uma fábrica de Coca-Cola.

Em suma, o evento climático trata-se de um dos grandes desafios humanitários do século XXI, tanto ao nível local quanto internacional, e evidencia-se como uma das maiores crises que a humanidade está enfrentando hoje, sendo que aproximadamente 700mil pessoas morreram em todo o mundo como resultado de desastres naturais relacionados ao clima nos anos 90, dos quais, 95% ocorreram em países em desenvolvimento (IPCC, 2014; Myers, et al., 2017). Para o fortalecimento de ações em curso, acredita-se que a educação desempenhe um papel fundamental, como também o incremento de programas com vista ao empoderamento das comunidades no geral, e das mulheres em especial. Para a elevação de níveis de produção e produtividade, bem como a disponibilidade de alimentos, sugere-se a priorização da agricultura e criação de animais de pequeno-porte, através de ações concretas e mecanismos ou políticas específicas que beneficiem diretamente os pequenos produtores, reforçando os resultados esperados pelo “SUSTENTA”, programa governamental moçambicano que visa a integração da agricultura familiar e cadeias de valor produtivas para a melhoria da qualidade de vida dos agregados familiares através da promoção da agricultura sustentável (Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural, 2020), bem como ações com efeitos multiplicadores na produção agropecuária, geração de rendimento e emprego; e criação de programas concretos de educação nutricional nas escolas, reforçando as ações já desenvolvidas, na promoção da alimentação e nutrição. Neste contexto, relativamente à produção de peixe, a criação de condições de conservação, transporte, melhorias das vias de acesso, maior acesso à energia e locais de produção ou comercialização de ração podem ser aspectos que podem aumentar a disponibilidade e estabilidade do peixe fresco nos domicílios e nos mercados locais.

4. Conclusão

As mulheres são as que mais se dedicam à prática de agricultura, e eventos climáticos, associados a algumas práticas culturais e de tradição podem representar dos desafios mais importantes para a produção, disponibilidade e acesso aos alimentos.

Os efeitos do ciclone Idai se fizeram sentir significativamente na disponibilidade de alimentos, na sua aquisição e na diversidade dietética alimentar das famílias de escolares de Munhinga, no distrito de Sussundenga em Moçambique. Por sua vez, as perdas de alimentos foram igualmente significativas, com destaque para o milho, o que terá dificultado o acesso a outros alimentos.

O ciclone impôs dificuldades para as famílias que já apresentavam uma dieta pobre e monótona, podendo ter contribuído para a elevação de taxas de desnutrição infantil, fragilizando, desse modo, os esforços empreendidos em prol de sua prevenção e redução.

Para trabalhos futuros, sugere-se a abrangência de mais comunidades, localidades e Postos Administrativos, para permitir que em mais espaços, pesquisadores possam evidenciar e denunciar os riscos aos quais a população desses lugares está submetida, sobretudo, após à ocorrência de eventos climáticos, despertando, deste modo, ao executivo, a necessidade de implementação de políticas públicas mais atuantes, que permitam a garantia do direito humano fundamental, a alimentação, em todos os momentos, com especial atenção para tempos de pós-desastres naturais.

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – código de financiamento 001 agradecimento.

5. Referências

- Abbas, M. (2017). (In) segurança alimentar e território em Moçambique: discursos políticos e práticas. *Revista NERA*, 38(20), 106-131. <https://doi.org/10.47946/rnera.v0i38.5297>.
- Actionaid. (2017). *Por uma Divisão Justa do Trabalho Doméstico*. <http://actionaid.org.br/noticia/por-uma-divisao-justa-do-trabalho-domestico>.
- Arroz, J.A.H. (2016). Aumento dos casos de malária em Moçambique, 2014: Epidemia ou novo padrão de endemicidade? *Revista de Saúde Pública*, 50 (5), 1-5. <https://doi.org/10.1590/S1518-8787.2016050006105>.
- Banco Mundial. (2011). *Mozambique: Analysis of Public Expenditure in Agriculture: Core Analysis*. Washington D.C, USA. <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/2750>.
- Gazeta do povo. (2020). *As origens do milho*. <https://www.gazetadopovo.com.br/mundo/as-origens-do-milho-0r5nwjs03cz6mffkjvbie08y6/>.
- Benson, C. (2004). *The importance of mother tongue-based schooling for educational quality*. Paris, France: United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000146632>.
- Bergh-Collier, E.V. (2007). *Um perfil das relações de género, Edição atualizada de 2006: Para a igualdade de género em Moçambique*. Estocolmo, Suíça: Agência Sueca de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento.
- Bernardo, G.L., Proença, R.P. de C., Fontes, G.M.R., & Calvo, M.C.M. (2011) Índices de diversidade alimentar para avaliação da dieta. *Ceres: nutrição & saúde*, 6 (2), 105-120.
- Cabral, P.C., Diniz, A. da S., & Arruda, I.K.G. de. (2005). Avaliação nutricional de pacientes em hemodiálise. Campinas. *Rev. Nutr.* 18 (1), 29-40.
- Campos, A.L. de. (2016). *Enlaces e entaves para a soberania Alimentar e Nutricional: Movimentos sociais no contexto das relações Brasil-Moçambique nas áreas de alimentação e agricultura*. [Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo].

- Castro, N.R. (2014). *O impacto de variáveis climáticas sobre o valor da produção agrícola – análise para alguns estados brasileiros* [Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo].
- Cervato, A.M., & Vieira, V.L. (2003). Índices dietéticos na avaliação da qualidade global da dieta. *Revista de Nutrição*, 16 (3), 347-355.
- Costa, L.C., & Guedes, J.C.L. (2010). As cicatrizes do amor: a representação da mulher na sociedade moçambicana em Paulina Chiziane. *Cadernos Imbondeiro*, 1(1), 1-5.
- Federação Internacional dos Direitos Humanos. (2007). *Direitos das mulheres em Moçambique. Pôr fim às práticas ilegais*. Paris, França.
- Food and Nutrition Technical Assistance. (2006). *Developing and Validating Simple Indicators of Dietary Quality and Energy Intake of Infants and Young Children in Developing Countries: Summary of findings from analysis of 10 data sets*. Washington, DC, USA: Fhi 360.
- Gujral, L., Matsinhe, M.B., Luís, M.E., Gonçalves, B., Salomão., Langa, J.P., & Baloi, L. (2016.). *Manual de prevenção e controlo da cólera e de outras diarreias agudas*. Maputo, Moçambique: Ministério da Saúde.
- Haber, L.L., Ecole, C.C., Bowen, W., & Resende, F.V. (2015). *Horticultura em Moçambique Características, Tecnologias de Produção e de Pós-Colheita.*, Brasília, Brasil: Embrapa.
- Hugo, L. (2008). *Colecção de Habilidades para a Vida. Celeiros e comercialização*. Porto, Portugal: Plural Editores.
- Instituto Nacional de Estatística. (2017). *Censo Geral da População*. Maputo, Moçambique: Governo da República.
- Instituto Nacional de Gestão de Calamidades. (2019). *Avaliação rápida multisectorial pós-ciclone Idai: 14 distritos das províncias de Sofala e Manica Moçambique*. https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/Mozambique_ARM_20190425_final_PT.pdf.
- Intergovernmental Panel em Mudanças Climáticas. (2014). *Climate Change 2014: Impacts, Adaptation, and Vulnerability. Part A: Global and Sectoral Aspects*. Contribution of Working Group II to the Fifth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. New York, USA: Cambridge University.
- Jacobs, C., & Almeida, B. (2020). *Relatório de pesquisa, propriedades e alterações climáticas: direitos e deslocados ambientais em Moçambique*. Suíça: Editora Van Vollenhoven Institute for Law, Governance and Society.
- Keding, G. B., Msuya, J. M., Maass, B. M., & Krawinkel, M. B. (2012). Relating dietary diversity and food variety scores to vegetable production and socio-economic status of women in rural Tanzania. *Food Security*, 4(1), 129-140. <https://doi.org/10.1007/s12571-011-0163-y>.
- Koppmair, S., Kassie, M., & Qaim, M. (2016). Farm production, market access and dietary diversity in Malawi. *Public Health Nutrition*, 20(2), 325-335. <https://doi.org/10.1017/S1368980016002135>.
- Leandro, C. R. (2007). Agricultura e aquecimento global: efeitos e soluções. *THESIS*, 4 (7), 18-38.
- Lemos, P.F.P.A. (2017). *(In)Fertilidade e representações sociais do corpo feminino* [Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa].
- Macdiarmid, J. J., & Whybrow, S. (2019). Nutrition from a climate change perspective. *Nutrition Society*, 78(3), 380-387.
- Marangon, A.C.V. (2009). *Hábitos alimentares e cultura local: desvelando discursos e marcas identitárias em Belo Jardim/ PE. Brasil* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Paraíba].
- Marconi, M. de A., & Lakatos, E. M. (2003). *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo: Atlas.
- Martins, F.F., Mendes, A.B., Cruz, W.M.S., & Boaventura, G.T. (2009). Metabolismo do cálcio na fenilcetonúria. *Revista de Nutrição*, 22 (3), 419-428.
- Martin, A. (2001). The "apports nutritionnels conseillés (ANC)" for the French population. *Reprod. Nutr. Dev.*, 41, 119–128.
- McEvoy, D., Mitchell, D., & Trundle, A. (2019). Land tenure and urban climate resilience in the South Pacific. *Climate and Development*. 12(1), 1-11. <https://doi.org/10.1080/17565529.2019.1594666>
- Maúngue, H.B. (2020). "Mulher moçambicana: cultura, tradição e questões de género na feminização do HIV/SIDA". *Revista Estudos Feministas*, 28 (1), 1-13.
- Ministério de Administração Estatal. (2005). *Perfil do distrito de Sussundenga província de Manica*. Maputo, Moçambique.
- Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural. (2020). *Lançamento oficial do programa "sustenta"*. <https://www.agricultura.gov.mz/lançamento-oficial-do-programa-sustenta/>.
- Monteiro, A.P.A. (2011). *HIV/AIDS prevention intervention in Mozambique as conflict of cultures: The case of Dondo and Maringue in Sofala province* [Tese de Doutoramento, Universidade de Witwatersrand]

- Muttarak, R. (2017). *Focusing on demographic differential vulnerability*. Panel contribution to the Population-Environment Research Network Cyberseminar, "Culture, Beliefs and the Environment". <https://www.populationenvironmentresearch.org/cyberseminars>.
- Myers, S. S., Smith, M. R., Guth, S., Golden, C. D., Vaitla, B., Mueller, N. D., Dangour, A.D., & Huybers, P. (2017). Climate Change and Global Food Systems: Potential Impacts on Food Security and Undernutrition. *Annual Review of Public Health*, 38, 259-277. <https://doi.org/10.1146/annurev-publhealth-031816-044356>.
- Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura. (2011). *Guidelines for Measuring Household and Individual Dietary Diversity*. Roma.
- Pedraza, D.F., Rocha, A.C.D., & Sales, M.C. (2013). Deficiência de micronutrientes e crescimento linear: revisão sistemática de estudos observacionais. *Ciência & Saúde Coletiva*. 18 (11), 3333-3347.
- Portela, M. O., & Gomes, J. M. (2005). *Os danos ambientais resultantes da extração de argila no Bairro Olarias em Teresina-PI*. Jornada Internacional de políticas Públicas, Universidade Federal de Maranhão, São Luís, Maranhão, Brasil.
- Raimundo, I.M. (2011). Migração e HIV/SIDA em Moçambique: Desafios da região centro de Moçambique. *GEOUSP: Espaço e Tempo*, 15(2), 43 -55. <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2011.74204>.
- Ribeiro, S. K., & Santos, A. S. (2015). *Impactos, vulnerabilidades e adaptação no sector do transportes frente às mudanças climáticas: Como a cidade do Rio de Janeiro deverá se preparar?* http://146.164.5.73:20080/ssat/interface/content/anais_2015/TrabalhosFormatados/829AC.pdf.
- Ruel, M. (2002). Is Diversity an indicator of food security or dietary quality? A review of measurement issues and research needs. Washington, DC. *Int Food Policy Research Institute, FCND Discussion paper, 140*.
- Santos, J.L.B., Palmeira, P. de A., Cardoso, V.V.B.P., & Frazão, M.F. (2016). Estado nutricional, sinais clínicos de carências nutricionais e vulnerabilidade social entre crianças do semiárido Paraibano. *Demetra: alimentação, nutrição & saúde*, 11 (4), 1031-1048.
- Scheelbeek, P. F., Birda, F. A., Tuomistob, H. L., Greena, R., Harrisa, F. B., Joya, E. J., Chalabi, Z., Haines, A., & Dangour, A.D. (2018). Effect of environmental changes on vegetable and legume yields and nutritional quality. *PNAS*, 115 (26), 6804-6809. <https://doi.org/10.1073/pnas.1800442115>.
- Sealey-Potts, C., & Potts, A. C. (2014). An Assessment of Dietary Diversity and Nutritional Status of Preschool Children. *Austin J Nutri Food Sci*, 2 (7), 1-5.
- SETSAN - Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional. (2015). *Relatório de Monitoria da Situação de Segurança Alimentar e Nutricional*. Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar. Maputo, Moçambique: SETSAN.
- Silva, G. (2007). *Educação e género em Moçambique*. Porto, Portugal: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto.
- Tvedten, I. (2011). *Mozambique country case study: Gender equality and Development*. Washington, DC, USA: World Bank.
- Veja. (2019). *Moçambique declara surto de cólera após passagem de ciclone*. <https://veja.abril.com.br/mundo/mocambique-declara-surto-de-colera-apos-passagem-de-ciclone/>.
- Viagem, S.J. (2013). *Simulação do impacto das mudanças climáticas sobre a agricultura irrigada da região de Sussundenga-Moçambique* [Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul].

Capítulo 3

ARTIGO 2

Patriarcalismo e percepções sobre os prejuízos do ciclone Idai nos agregados familiares vulneráveis à insegurança alimentar e organizações rurais: reflexões a partir de Sussundenga, Manica - Moçambique

Resumo

Os últimos anos têm sido caracterizados por ocorrência de eventos climáticos e por algumas iniciativas públicas fundamentais no contexto de desenvolvimento local em Moçambique. No entanto, a variabilidade climática e algumas barreiras históricas e ou culturais podem contribuir para a piora no acesso ao alimento nos agregados familiares vulneráveis à insegurança alimentar e inibir a participação de mulheres em processos cooperativos. Deste modo, a presente pesquisa objetiva, analisar o patriarcalismo e as conseqüentes desigualdades de gênero na estrutura das organizações associativas rurais e nos agregados familiares vulneráveis à insegurança alimentar, bem como, suas percepções em relação aos prejuízos do ciclone Idai no seu cotidiano, através de estudo de caso das comunidades rurais moçambicanas de Munhinga, Sussundenga, e de uma abordagem pautada na contextualização histórica e teórica. O ciclone pode ter comprometido a garantia do direito humano à alimentação adequada, e eventualmente piorado a situação de insegurança alimentar. É notória a fraca participação de mulheres nos processos cooperativos e no acesso ao trabalho remunerado, possivelmente em razão das desigualdades nas relações de gênero.

Palavras-chave: Agregados familiares vulneráveis à insegurança alimentar; ciclone Idai; desenvolvimento local; patriarcalismo; relações de gênero.

Patriarchy and perceptions of the damage caused by cyclone Idai in Households vulnerable to Food Insecurity and rural organizations: reflections from Sussundenga, Manica - Mozambique

Abstract

The last few years have been characterized by the occurrence of climatic events and some fundamental public initiatives in the context of local development in Mozambique. However, the climatic variability and some historical and or cultural barriers can contribute to worsening access to food in Households Vulnerable to food insecurity and inhibit the participation of women in cooperative processes. Thus, this research aims, to analyze patriarchy and the consequent gender inequalities in the structure of rural associative organizations and in households vulnerable to food insecurity, as well as their perceptions regarding the damage of cyclone Idai in their daily lives, through a case study of Mozambican rural communities. Munhinga, Sussundenga, and an approach based on historical and theoretical context. The cyclone may have compromised the guarantee of the human right to adequate food, and eventually worsened the situation of food insecurity. It is notorious the low participation of women in cooperative processes and access to paid work, possibly due to inequalities in gender relations.

Keywords: Households vulnerable to food insecurity; cyclone Idai; local development; patriarchy; gender relations.

Patriarcalismo y percepción del daño causado por el ciclón Idai a hogares vulnerables a la inseguridad alimentaria y organizaciones rurales: reflexiones desde Sussundenga, Manica – Mozambique

Resumen

Los últimos años se han caracterizado por la incidencia de eventos climáticos y por algunas iniciativas públicas fundamentales en el contexto del desarrollo local en Mozambique. Sin embargo, la inestabilidad climática y algunas barreras históricas e/o culturales pueden empeorar la condición de acceso a los alimentos en hogares vulnerables a la inseguridad alimentaria e inhibir la participación de las mujeres en los procesos cooperativos. Así, esta investigación tiene como objetivo, analizar el patriarcado y las consecuentes desigualdades de género en la estructura de las organizaciones asociativas rurales y en los hogares vulnerables a la inseguridad alimentaria, así como sus percepciones sobre los daños causados por el ciclón Idai en su vida cotidiana, a través de un estudio de caso de comunidades rurales de Mozambique, Munhinga, Sussundenga, y un enfoque basado en la contextualización histórica y teórica. El ciclón puede haber comprometido la garantía del derecho humano a una alimentación adecuada y, finalmente, haber empeorado la situación de inseguridad alimentaria. Es notoria la baja participación de las mujeres en los procesos cooperativos y el acceso al trabajo remunerado, posiblemente debido a las desigualdades en las relaciones de género.

Palabras-clave: Hogares vulnerables a la inseguridad alimentaria; ciclón Idai; desarrollo local; patriarcado; relaciones de género.

Introdução

Iniciaremos por abordar as relações de gênero, a partir de conceitos oriundos das teorias feministas sobre as relações patriarcais e divisão sexual de trabalho. Sabe-se que, o patriarcado norteia a vida das pessoas (BUENO e SILVA, 2020). Conforme destaca Lobo (1991, p. 9), “a divisão sexual do trabalho é um dos muitos *locus* das relações de gênero”.

Dessa maneira, ao falar sobre a divisão sexual do trabalho, remetemo-nos a duas grandes teorias contemporâneas, nomeadamente a Teoria de Vínculo Social, que estabelece uma conceituação da divisão sexual do trabalho, por meio da complementaridade, coordenação e parceria. Nessa perspectiva, presume-se que o *status* social entre os seres sejam iguais, havendo necessidade de complementaridade e conciliação de papéis, sendo o papel do homem, prover a família, e com isso, ele é merecedor de uma vida repleta de direitos, onde pode exercer seu trabalho remunerado, enquanto à mulher cabe o papel tradicional de responsabilidade pelo bem-estar da família, e, por isso, deve limitar-se à esfera privada, para o cuidado dos filhos e atividades domésticas (KERGOAT, 2009).

Já a teoria das relações sociais de gênero apresenta-se como uma ruptura com as explicações naturalistas e pressupostos biológicos sobre as diferenças entre as práticas sociais de homens e mulheres, indicando que elas são passíveis de serem aprendidas historicamente (QUIRINO, 2015).

Neste contexto, as teorias feministas, enquanto sistema de ideias e de amplo alcance sobre a vida social e sobre as experiências humanas compreendidas a partir de uma perspectiva centrada nas mulheres, têm destacado a influência que as práticas culturais podem desempenhar no discurso da biologia e, sobretudo, a influência que o biológico pode exercer na configuração cultural (SOUZA, 2016). A exemplo disso encontra-se a reprodução, que pelo fato de ser um feito biológico concebido para as mulheres, ela tem determinado algumas práticas culturais, como por exemplo, o fato de as mulheres serem as principais responsáveis pelos cuidados e criação dos filhos (JARAMILLO, 2000).

Nessa perspectiva, os homens são considerados como os principais trabalhadores e também chefes de agregados familiares (BUENO e SILVA, 2020). Para as mulheres restam pequenas oportunidades, como a responsabilidade pelo espaço doméstico, e os trabalhos não remunerados, ocupando, na maioria das vezes, lugares subalternos, mesmo desenvolvendo as mesmas ou ainda mais atividades do que os homens (BUENO e SILVA, 2020). Essa é uma lógica patriarcal que é fundada em concepções essencialistas biológicas e ou culturais, onde o trabalho produtivo e reprodutivo é repartido entre os sexos, a partir das relações sociais de poder, excluindo as mulheres do acesso aos recursos produtivos (BUENO e SILVA, 2020; SILVA, 2015).

Em Moçambique consideram-se grupos vulneráveis à insegurança alimentar os Agregados Familiares (AFs) que dependem do trabalho informal ocasional, assistência alimentar e da esmola. Da mesma maneira, os AFs que encontram-se envolvidos na produção e venda de produção agrícola e pecuária, constituem o segundo grupo mais vulnerável, por conta de rendimentos muito baixos e, conseqüentemente têm menor acesso ao mercado. Além disso, dada a menor diversificação na produção, o que afeta, negativamente a dieta das famílias (SETSAN, 2014).

Deste modo, as dificuldades inerentes às relações de gênero podem ser mais percebidas nos AFs, nas mulheres viúvas, sobretudo, no meio rural moçambicano, o que as torna muito mais susceptíveis a viverem na situação de vulnerabilidade social (DEERE e LÉON, 2002 apud BUENO e SILVA, 2020, p.288). Considera-se vulnerabilidade social:

Um conjunto de características, de recursos materiais ou simbólicos e de habilidades inerentes a indivíduos ou grupos que podem ser insuficientes ou

inadequados para o aproveitamento das oportunidades disponíveis na sociedade. Assim, essa relação irá determinar maior ou menor grau de deterioração de qualidade de vida dos sujeitos. (MONTEIRO, 2011, p.32).

Isso significa que, a vulnerabilidade social pode resultar de situações relacionadas à precariedade das condições de vida e acesso aos serviços sociais básicos, assim como de proteção social, incluindo o trabalho, a renda, a saúde e a educação, além de aspectos ligados à infraestrutura como habitações saudáveis e seguras (VOGTMANN e MAIER, 2013). Em síntese, a vulnerabilidade social pode resultar de estruturas socioeconômicas que produzem condições de vida precárias, com capacidade de resiliência reduzida (VOGTMANN e MAIER, 2013; NARVÁEZ, LAVELL e ORTEGA, 2009; NATENZON, 2002).

Estudos têm apontado que a pobreza e a vulnerabilidade social em Moçambique, têm fundamentalmente o rosto da mulher, sobretudo, no meio rural, que tendem a agravar-se devido a ocorrência de eventos climáticos, como o ciclone Idai (CHAMBE, 2016; MOSCA, 2012). Trata-se de um fenômeno natural (considerado o maior que Moçambique já enfrentou), ocorrido em março de 2019. O mesmo pode ter comprometido seriamente a garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada das populações envolvidas, sobretudo, os AFs vulneráveis à insegurança Alimentar, podendo, também ter afetado os empreendimentos locais (JACOBS e ALMEIDA, 2020; OBSERVADOR, 2019).

Para a diminuição de níveis de vulnerabilidade social é necessário o fortalecimento dos sujeitos, para que possam acessar bens e serviços, ampliando seu universo material e simbólico, além de suas condições de mobilidade social. Para isso, as políticas públicas são importantes (MONTEIRO, 2011), com vista a pôr fim às desigualdades de gênero e promover a participação cooperativa, através de ações mais eficientes e eficazes a nível político, econômico e social (BUENO e SILVA, 2020).

Deste modo, o artigo, que faz parte de um trabalho maior, visa estudar o patriarcalismo e as conseqüentes desigualdades de gênero na estrutura das organizações associativas rurais e nos agregados familiares vulneráveis à insegurança alimentar, bem como, suas percepções em relação aos prejuízos do ciclone Idai no seu cotidiano, através de estudo de caso, e a partir de uma abordagem pautada na contextualização histórica e teórica.

Trata-se de estudo de caso das comunidades de Munhinga - Sussundenga, de abordagem pautada na contextualização histórica e teórica, com o intuito de poder contribuir para uma melhor percepção do território estudado. Nesse contexto, nos apoiamos em Godoy (1995) e Lüdke e André (1986) que nos ensinam a importância de optar-se pelo estudo de caso, por proporcionar, essencialmente uma compreensão holística e histórica do objeto do estudo, como forma de obtenção de uma percepção mais completa das multiplicidades que

compõem o território. Os dados proporcionaram a condução de uma análise qualitativa, baseada em pesquisa bibliográfica por meio de livros, artigos científicos, dissertações e teses disponíveis em meio digital, tanto para a complementação da parte teórica, quanto para a análise dos dados, por meio da construção do quadro teórico e do confronto com as perspectivas dos demais pesquisadores (GODOY, 1995).

Para os dados empíricos baseou-se em 17 entrevistas em profundidade, realizadas nos meses de abril e outubro de 2019, que foram possíveis através de critérios de conveniência. Vale destacar que, “as entrevistas em profundidade têm um caráter subjetivo, o que torna necessário que toda a interpretação deva levar em consideração a perspectiva da pessoa analisada (...) apresentam-se como mais pertinentes se se pretende aproximar da realidade social” (VEIGA e GONDIM, 2001, p. 5). Assim, foi possível, também, através da observação, contemplar as vivências, incluindo os espaços produtivos e não só, por meio de anotações nos diários de campo sobre todos os aspectos relevantes (MARKONI e LAKATOS, 2003).

Os sujeitos da pesquisa são 10 mulheres (mães e chefes dos AFs vulneráveis à Insegurança Alimentar; cinco membros de organizações associativas agro-pecuárias (de Munhinga, Sussundenga Sede e Mohoa), bem como dois membros de autoridades administrativas (da Extensão rural nos Serviços Distritais de Atividades Econômicas - SDAE de Sussundenga). O trabalho contou com apoio operacional de uma senhora da comunidade para efeitos de comunicação na língua local, assim como de líderes locais para o recrutamento. Todos os sujeitos concordaram em participar do estudo e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, antes do início das entrevistas.

Para as mães, as entrevistas permitiram obter dados sociodemográficos, bem como informações sobre os prejuízos causados pelo ciclone; aos membros das organizações associativas, conheceu-se objetivo de cada um dos empreendimentos locais, o número de membros, as principais dificuldades, incluindo os prejuízos provocados pelo ciclone Idai. Neste contexto, as entrevistas foram feitas individualmente, e especificamente para as organizações associativas, foram coletivas, onde também estiveram presentes, um total de 30 membros, por entendermos que poderiam acrescentar na obtenção de informação adicional e pertinente ao estudo. Aos membros da autoridade administrativa, colheu-se as percepções em relação aos prejuízos provocados pelo ciclone tanto a nível dos AFs vulneráveis à insegurança alimentar, quanto nas organizações associativas, sempre na perspectiva de relacionar esses aspectos com a questão de gênero. A comunicação era feita em português, e nos casos em que os

participantes não dominavam a língua, era a senhora da comunidade quem se encarregava de fazer a tradução para a língua bantu local, denominada *Citewe*.

Para compreender um pouco mais a realidade dessas mulheres será preciso discorrer um pouco sobre a organização familiar nas comunidades tradicionais de Moçambique.

O fato de as organizações sociais em linhagens patrilineares e matrilineares enquanto mecanismos culturais exercerem influência sobre as posições das mulheres e dos homens na sociedade, elas definem quem deve ter prioridade de acesso à escola entre homens e mulheres, onde a preferência normalmente recai no menino, sobrando para a menina as menores oportunidades e, com isso, determinam a distribuição dos bens e dos recursos produtivos (BERGH-COLLIER, 2007). A exemplo nas sociedades matrilineares a descendência é através da linhagem materna, onde os bens materiais e produtivos passam de geração em geração através dos familiares da mãe. Portanto, é onde a posição da mulher é relativamente fortalecida, na medida em que, após um divórcio, por exemplo, a casa e os filhos continuam fazendo parte da família da mulher. Mesmo assim, ela não detém o poder formal, pois o poder está investido no irmão da mãe (tio materno), que está encarregue de fazer a distribuição de bens e recursos disponíveis (PINHO, 2012; TVEDTEN, 2011).

Parte da análise foi possível através do cruzamento dos dados empíricos com os conceitos oriundos de teorias feministas, nomeadamente: relações patriarcais de gênero e divisão sexual do trabalho. Nesse contexto, os discursos foram analisados considerando as peculiaridades dos sujeitos entrevistados (GRANEHEIM e LUNDMAN, 2014). E outra parte, referente aos prejuízos provocados pelo ciclone sobre as Organizações sociais, seguiram uma sistematização por meio de análise dedutiva interpretativa do conteúdo (BARDIN, 2016), alicerçada na hermenêutica-dialética (MINAYO, DESLANDES e GOMES, 2009).

O texto encontra-se dividido em três partes, sendo na primeira tecemos considerações em torno da promoção do desenvolvimento local em Moçambique, incluindo a questão da pobreza e situação de (in)segurança alimentar; na segunda, através dos achados empíricos, analisamos os prejuízos provocados pelo ciclone Idai na vida dos AFs e nos atores de empreendimentos locais em Munhinga, distrito de Sussundenga e, com base nisso, discutimos o papel das relações de gênero baseado na perspectiva feminista.

A promoção do desenvolvimento local em Moçambique

É cada vez mais crescente a preocupação pelo desenvolvimento local no mundo, e em Moçambique em particular, tendo em conta a existência de inúmeros estudos realizados por instituições das Nações Unidas, pelo Banco Mundial e por pesquisadores (MAFRA *et al.*, 2009). Promover o desenvolvimento local significa “utilizar as diversas dimensões territoriais segundo os interesses das comunidades” (MAFRA *et al.*, 2009, p. 24). O tema remete-nos sempre aos processos emancipatórios que agem e interagem num universo de uma comunidade (MAFRA *et al.*, 2009). O processo participativo é de capital importância, porquanto, permite que a população se responsabilize e se aproprie de conhecimento da sua realidade e, é também, um veículo para que ela própria fale dos seus problemas e partilhe conhecimentos (MAFRA *et al.*, 2009).

Em Moçambique, como estratégia de promoção do desenvolvimento local, foi criado em 2005, pelo governo do Presidente Armando Emílio Guebuza, o Fundo de Investimento a Iniciativas Locais (FIIL), também, designado Orçamento de Iniciativas Locais (OIL), que teve em vista, além da promoção do desenvolvimento local, a redução da pobreza absoluta, estimulando a formação de associações locais (LAGROSSE, 2012). Na lógica do associativismo, enquanto ação coletiva encontra objetivos comuns ao grupo, onde todos trabalham em prol dos mesmos objetivos, podendo ser fundamental para a superação de muitos problemas, incluindo a pobreza (ROCHA *et al.*, 2018).

Porém, os resultados de estudos realizados no contexto da implementação do FIIL, apontaram algumas deficiências que podem ter contribuído para que a iniciativa não tivesse continuidade. Entre outras, a falta de experiência na gestão dos fundos por parte dos mutuários (muitos deles não tinham experiência na gestão de grandes somas de dinheiro colocadas à sua disposição), o que pode ter estado na origem de conflitos e fracos reembolsos ao Estado (MOSCA, 2017). E, nalgumas situações, os associados se desentenderam por conflitos de interesses, como desonestidade, supostos atos de feitiçaria ou simplesmente desapareciam depois de terem recebido os fundos. Adicionalmente, a falta de infraestrutura para o escoamento de produtos aos locais onde estão os mercados pode também ter originado dificuldades de comercialização rural. Apesar dos constrangimentos verificados, contrariamente a vários outros programas para o desenvolvimento da agricultura que fracassaram, incluindo o tripartido entre Brasil, Japão, e Moçambique, denominado Programa para Cooperação Triangulada para o Desenvolvimento Agrícola das Savanas Tropicais de Moçambique (ProSAVANA) e que foi criticado pelo fato de alegadamente beneficiar, apenas, a Elite político-econômica moçambicana, ao não considerar a comunidade local e o pequenos produtores (KOBASHIKAWA, 2020), o FIIL era um recurso bastante importante para as comunidades

rurais (LAGROSSE, 2012). Com a sua extinção pode-se ter comprometido o acesso ao alimento de muitos agregados familiares (LAGROSSE, 2012).

Embora no quinquénio 2020-2024 esteja em curso o programa governamental “SUSTENTA”, que incentiva a prática de agricultura sustentável e transferência de tecnologia aos pequenos agricultores (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL, 2020), eventualmente, fosse importante o resgate das principais linhas que nortearam a criação do FIIL. Para tal, acredita-se que seja necessário um levantamento pormenorizado dos problemas que mais afligem a população e as Associações, como por exemplo, a disponibilidade de meios humanos para esboçar projetos (condição primordial para ter acesso a qualquer financiamento) e fraca participação feminina nos processos cooperativos (LAGROSSE, 2012). Nisso, a academia pode ser chamada a desempenhar um papel importante, sobretudo, no que diz respeito à formação.

Somando-se aos desafios para o desenvolvimento local, devido à sua localização geográfica, Moçambique é atingido ciclicamente por desastres naturais, afetando o seu crescimento e desenvolvimento económico, além da SAN (GOVERNO DE MOÇAMBIQUE, 2017). Porém, o país tem um potencial de desenvolvimento agrícola capaz de promover o crescimento sustentável, sendo por isso importante investir não só em tecnologias, como também no fortalecimento das comunidades, com base no associativismo e inclusão das mulheres, pois são considerados veículos fundamentais para a resolução de constrangimentos de várias ordens (OLIVEIRA, 2016), incluindo o acesso ao crédito, aos insumos agrícolas, meios de transporte e construção de infraestruturas resilientes (JÚNIOR, DADÁ e MOSCA, 2020).

Cabe destacar que, a questão da desigualdade nas relações de género é generalizada, o que pode influenciar a participação de mulheres nos empreendimentos locais. Nesse contexto, as mulheres são completamente desfavorecidas, sendo-lhes permitido, apenas, os direitos secundários, assegurados por intermédio de um parente que seja homem (HARTLIEF *et al.*, 2018). Igualmente as mulheres têm pouca autonomia para tomar decisões sobre qualquer assunto, incluindo decisões sobre o seu corpo e sua sexualidade, em parte fruto do patriarcalismo e falta de informação sobre seus direitos, tornando-as vulneráveis a vários tipos de risco (SANTOS, 2016).

A questão da pobreza e (in)segurança alimentar

A pobreza em Moçambique pode estar distribuída de forma desigual entre as regiões do país, sendo o centro e norte as regiões que apresentam índices mais elevados, com maior incidência nas áreas rurais, situação que é agravada pelos históricos de violência armada e de eventos climáticos (BANCO MUNDIAL, 2016). Em poucos anos o número de pobres aumentou exponencialmente (EGGER, SALVUCCI e TARP, 2020). Daí a necessidade de priorização de políticas públicas e investimentos focados para a inclusão social e económica, como a melhoria do acesso à escolaridade, assim como a liberdade de se juntar a iniciativas de desenvolvimento local, independente do seu estrato social ou proveniência (BANCO MUNDIAL, 2016).

Ao falar sobre pobreza, não se pode deixar de lado os antecedentes históricos, que podem ter contribuído de forma significativa para essa realidade. A exemplo, para garantir a continuidade na implementação de políticas públicas voltadas aos serviços sociais básicos afetados pela conjuntura social, política e económica, o Estado moçambicano contraiu dívidas junto das instituições internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial. Devido a dificuldades no pagamento dessas dívidas contraídas, o Estado viu-se obrigado a fazer Reformas Económicas Estruturais, que culminaram com a abertura do mercado, podendo, deste modo, ter contribuído para a intensificação das assimetrias regionais e desigualdades sociais no país, também refletidas no acesso à educação (a maioria das mulheres são analfabetas) e no acesso ao emprego (SANTOS, 2016).

No contexto apresentado, falar sobre SAN não é uma tarefa fácil, no entanto, cada vez mais essa temática vem ganhando maior relevância em debates nacionais e internacionais (ABBAS, 2017). E uma importante via para o alcance da SAN é a agricultura, um setor que em Moçambique é constituído, maioritariamente, por pequenos produtores e, quase na sua totalidade são mulheres (ABBAS, 2015).

Grande parte da terra em Moçambique é administrada com base em normas costumeiras, dando espaço para que o sistema patriarcal exerça sua influência sobre o processo de aquisição e exploração da mesma. A produção de alimentos é, largamente, realizada em pequenas parcelas de terra, onde cultivam-se predominantemente raízes e tubérculos, com destaque para a mandioca e batata-doce, cereais (milho, mexoeira, sorgo e, em certa medida, o arroz), amendoim, feijão e outras leguminosas (CARRILHO, 2016). No entanto, a maior parte dos produtos básicos são destinados ao consumo familiar, ou seja, cultiva-se para a alimentação da família, e só os pequenos excedentes é que são vendidos em mercados locais (BANCO MUNDIAL, 2011).

Deste modo, porque a produtividade é fraca, ela destina-se essencialmente para a subsistência, sobrando muito pouco para o comércio. E, devido a isso, os agricultores tendem a migrar para as cidades, supostamente, em busca de melhores condições de vida, onde, muitas vezes, acabam se tornando vendedores ambulantes ou comerciantes em pequenas barracas ou nas ruas. A implicação dessa migração faz-se sentir no aumento da economia informal e no desemprego, elevando também, a pobreza, as desigualdades sociais e a insegurança alimentar no país (ABBAS, 2015).

Em Moçambique, sobretudo, nas zonas rurais, onde a principal fonte de renda é a agricultura, o acesso ao alimento é influenciado sobremaneira pela sazonalidade da produção, baseada essencialmente na agricultura de sequeiro, com a dependência das chuvas, tornando-se assim bastante vulnerável às mudanças climáticas. Os eventos climáticos têm causado a perda de vidas humanas, culturas alimentares, bens e infraestruturas públicas e privadas, além de contribuir para o aumento da desnutrição infantil no país (SETSAN, 2015). Cabe lembrar que, a desnutrição crônica em crianças menores de cinco anos constitui um dos grandes problemas de saúde pública no país, com maior prevalência nas zonas Norte e Centro, variando de 41% a 52% (SETSAN, 2014).

Em suma, porque variabilidade do clima está entre os fatores que podem afetar a disponibilidade de alimentos, o acesso, e a estabilidade, é expectável que, a taxa de desnutrição e insegurança alimentar piorem após à ocorrência de um ciclone (ABBAS, 2017).

Patriarcalismo e percepções sobre os prejuízos do ciclone Idai nos agregados familiares vulneráveis à Insegurança alimentar e nas organizações rurais nas comunidades de Munhinga, Sussundenga

A partir desse momento, discutiremos os prejuízos causados pelo ciclone Idai, procurando, também, mostrar a partir disso, como as relações de gênero se estabelecem nas comunidades de Munhinga, no distrito de Sussundenga na província de Manica.

Sussundenga é um distrito localizado na província central de Manica, em Moçambique, onde a maioria da população dedica-se essencialmente à atividade agrícola (MAE, 2015). Conta com 182.013 habitantes, sendo Munhinga, uma das localidades (INE, 2017). Possui três escolas, das quais duas lecionam o ensino fundamental I e outra, o fundamental II. Possui, também, uma Unidade Sanitária para atendimento de cuidados primários da saúde.

Por meio de entrevistas em profundidade, buscou-se identificar as principais características sociodemográficas (idade, grau de escolaridade, número de dependentes, trabalho, estado civil, benefício de programa de assistência social, acesso à água e energia elétrica) e entender as percepções sobre os prejuízos causados pelo ciclone Idai nos AFs vulneráveis à insegurança alimentar, buscando também, compreender os aspectos inerentes às relações de gênero.

Passemos para ao primeiro e segundo relatos, que nos elucidam um pouco sobre a situação de vulnerabilidade ampliada pelo ciclone Idai nos AFs. Os relatos se assemelham, com o diferencial de a situação ser muito mais preocupante no segundo, na medida em que, além de comida, foi também mencionada a falta de acesso de cobertores para proteção contra o frio, o que pode propiciar danos para a saúde, sobretudo, nas crianças.

Tenho 36 anos, nunca fui à escola, vivemos seis pessoas nesta casa. Não trabalho, faço biscates¹ nas machambas². Meu marido faleceu devido à doença do século³. Estou doente, não tenho forças para trabalhar, e também tenho uma filha doente (a mais velha de 14 anos), que está também infetada há seis anos, não sabemos como se infetou, talvez foi por algum descuido. Não recebemos nenhum benefício do governo. A água para beber, temos buscado no riacho. Não temos energia. O ciclone estragou a nossa casa. Precisamos outra casa porque essa casa o teto caiu, mas não temos dinheiro para construir (Entrevistada 1).

Tenho 40 anos. Nunca estudei. Vivemos sete pessoas na casa, incluindo a minha mãe. Não trabalho. Faço trabalho nas machambas. Não tenho marido, faleceu. Eu também fiquei com a mesma doença⁴. Não recebemos nenhum tipo de apoio. A água é tirada do riacho. Não temos energia. Com o ciclone perdemos a nossa casa na totalidade e matou meu marido. Já estamos a dormir por baixo de celeiro⁵, sem condições nenhuma. Passamos frio, porque não temos nenhuma manta⁶. Falta-nos a comida (Entrevistada 2).

Passemos aos relatos das Entrevistadas 3 e 4, onde se destacam a precariedade de habitação, susceptível de vários riscos, além da questão referente ao acesso ao alimento. No relato da Entrevistada 4, ressalta-se a faixa etária, terceira idade, e falta de perspectivas para o acesso ao alimento.

¹ Também designado por *traquita* na língua local, é o mesmo que falar de uma forma de trabalho eventual “bico”.

² Trata-se de um lugar para o cultivo, equiparado à roça

³ Como é também tratado o vírus da AIDS.

⁴ Refere-se à AIDS.

⁵ Lugar destinado à conservação de alimentos, fundamentalmente cereais provenientes da produção agrícola familiar.

⁶ Refere-se a cobertores, equiparados a edredom.

Tenho 30 anos. Frequentei a escola até à quarta classe⁷. Nesse momento somos sete pessoas nessa casa. Não trabalho. Estou separada. Buscamos água no riacho. O ciclone destruiu a nossa casa. A minha mãe faleceu, a parede caiu por cima dela. Com sacos plásticos e ramos de árvores improvisamos um lugar para dormirmos. Temos falta de comida. (Entrevistada 3).

Tenho 65 anos. Nunca estudei. Vivemos quatro pessoas nessa casa, eu, minha filha e seus dois filhos. Não trabalho e já não consigo ir para machamba. Minha filha também não trabalha. A água que bebemos, buscamos no riacho. Não tenho energia e nunca espero ter. O ciclone destruiu a nossa casa e revirou toda a comida que estava no celeiro. Agora dormimos todos nesse celeiro improvisado. Já não temos comida nem para esse mês. (Entrevistada 4).

Passemos aos relatos das Entrevistadas 5 a 7 que, também apresentam muita semelhança aos relatos anteriores, onde evidencia-se o desespero pelos danos causados, tanto nas infraestruturas, quanto no acesso ao alimento.

Tenho 42 anos. Só frequentei até à terceira classe. Somos sete nessa casa. Duas crianças vão à escola. Não trabalho. Não tenho espaço próprio para cultivar. A machamba alugo de outras pessoas. Não tenho marido. Estou separada desde o ano 2015. A água para beber buscamos no poço e para tomar banho no riacho. Não temos energia. O ciclone destruiu as portas da casa, ficamos sem as portas. O milho que tinha estragou-se. Nesse momento não temos muita comida, o que temos só é para um mês. (Entrevistada 5).

Tenho 36 anos. Nunca fui para escola. Vivemos em seis pessoas na casa. Não trabalho. Faço biscates nas machambas. Não está fácil encontrar biscates nesses tempos depois do ciclone. Meu marido faleceu. Buscamos a água no poço. Não temos energia. O ciclone deitou abaixo todo o milho que estava no celeiro. Consegui ficar com pouco milho que estou a tentar debulhar⁸ para colocar nos sacos. Mas essa comida não é suficiente para mais dois meses. Depois disso, não sabemos o que vamos fazer, vamos sofrer de fome. (Entrevistada 6).

Tenho 58 anos. Nunca fui para escola. Somos 10 pessoas nessa casa. Não trabalho, só vou à machamba. Meu marido faleceu. Buscamos água no riacho. Não temos energia. O ciclone destruiu totalmente a casa e a comida. Com as chapas⁹ que saíram, improvisamos para fazer um lugar para dormirmos. Já não temos comida. Não está sendo fácil, sem nenhum apoio. (Entrevistada 7).

A seguir, passemos para relato da entrevistada 8. Destaca-se a idade, mas mesmo assim é a única integrante do agregado familiar que vai à machamba para o sustento familiar. O marido é deficiente visual, e o casal tem filhos crescidos que moram na mesma casa que os pais, sem trabalho, que poderiam ajudá-la na machamba, mas não o fazem.

⁷ Equiparado à quarta série do ensino fundamental I.

⁸ Consiste na remoção do milho da espiga

⁹ Material usado para cobertura de teto

Tenho 70 anos. Nunca fui para escola. Somos cinco pessoas, três filhos e meu marido. Não trabalho, meus filhos também não. Meu marido está cego. Só eu é que vou à machamba, mas já estou sem muita força para continuar. Nunca recebemos nenhum apoio ou subsídio. Buscamos a água no riacho. Não temos energia O ciclone destruiu as plantações que tinham comida. Já estamos sem comida nenhuma. Estamos a viver à maneira¹⁰. (Entrevistada 8).

A seguir apresentam-se os relatos das entrevistadas 9 e 10, onde vislumbram-se os mesmos aspectos, a diferença é que a entrevistada 10, de forma explícita, apresenta a sua visão de o que é que deve ser feito para melhorar a situação ou evitar cenários mais complicados perante a falta de acesso ao alimento.

Tenho 29 anos. Parei na quinta classe. Somos em três pessoas na casa. Não trabalho. Só faço biscates nas machambas. Sou viúva há cinco anos. Nunca recebemos nenhum apoio. Busco a água no poço. Nunca tivemos energia. O ciclone destruiu a nossa casa. Estamos a viver de qualquer maneira. Já não temos comida. (Entrevistada 9).

Tenho 48 anos. Nunca fui para escola. Vivemos aqui seis pessoas. Meu marido morreu. Nunca recebemos apoio. A água para beber vamos tirar no poço e para outras necessidades vamos até ao riacho. Não temos energia. O ciclone destruiu o celeiro. O que sobrou não vai ficar dois meses. A partir de outubro não teremos comida. Se não tivermos ajuda pelo menos em sementes para lançarmos o milho nas terras baixas, vamos sofrer de fome até fevereiro do ano que vem (...) Precisamos de ajuda em dinheiro ou em materiais de construção para fortificarmos as nossas casas. (Entrevistada 10).

As mulheres entrevistadas, de uma forma geral, relataram trabalhar na lavoura. Porém, parece que nenhuma delas enxerga a lavoura como um tipo de trabalho, provavelmente porque na sua perspectiva o homem é que de fato trabalha. Essa situação de aparente desvalorização do contributo da mulher pode ser fruto de uma construção social, o que pode facilitar o seguimento desse sistema sem questioná-lo. Trata-se de uma concepção também vivenciada noutras sociedades, onde as mulheres que trabalham a terra, com enxada de cabo curto, mesmo apresentando resultados significativos no âmbito de sua produção, assumem-se como seres inferiores aos homens (SAFFIOTI, 1987).

Pode-se, também, depreender a partir dos relatos que, a pouca de disponibilidade de alimento afetou de forma intensa o acesso e estabilidade alimentar. Essa situação complicou mais ainda a vida das pessoas, particularmente as que padecem de doença crónica, como a AIDS, pois, sabe-se que, na fase de medicação, a alimentação adequada é fundamental (CAPURCHANDE *et al.*, 2016; MEDEIROS *et al.*, 2017).

¹⁰ Expressão que localmente pode significar de forma precária, suportando o sofrimento, sem perspectiva nenhuma

Considerando os conceitos já apresentados anteriormente, pode-se dizer, a partir dos relatos que, tratam-se se efetivamente de AFs vulneráveis à insegurança alimentar, dada a fonte de renda, maioritariamente proveniente da agricultura familiar, bem como também pode-se concluir que os AFs encontram-se em vulnerabilidade social, pois além da fonte de renda, estão comprometidas a disponibilidade de alimentos, acesso e estabilidade, assim como deficiência de acesso à habitação e educação que é baixa e, nalgumas vezes, as mulheres não têm nenhuma escolaridade (não permitindo o seu acesso a outras fontes de renda).

Na perspectiva de buscar-se entendimento sobre a percepção em relação aos prejuízos causados pelo ciclone, questionamos aos membros da autoridade administrativa a respeito dos agregados familiares, particularmente sobre o que é que os extensionistas reportam em relação ao acesso ao alimento, se falam sobre a presença de fome, e que apoios foram destinados às comunidades após o ciclone. Neste sentido, notou-se, a existência de percepções diferentes entre os dois membros sobre o mesmo território. Deste modo, o extensionista rural (Entrevistado 12) mostrou-se mais próximo da realidade vivenciada nas comunidades, enquanto o responsável Distrital pelo Setor de Extensão rural (Entrevistado 11), hierarquicamente superior, optou por generalizar a resposta, que a nosso ver pode ter sido intencional na tentativa de querer se livrar de uma situação incômoda. Passemos para o relato que nos esclarece a situação:

Há previsão de desnutrição aguda por falta de alimentos. Mas, de uma forma geral, a situação não é alarmante. O lugar que sofreu tanto é Dombe¹¹. Noutros lados a situação é promissora. Os extensionistas dizem que a situação de Segurança Alimentar (acesso ao alimento) nas comunidades é promissora. Só em Dombe que teve agravante de cair areia nos lugares onde por tradição produz-se a segunda época (agrícola), os solos ficaram cobertos de areia de aproximadamente 1,5 metros. Mesmo nos lugares onde não entrou areia, o solo ganhou outra estrutura, ficou com rachas, principalmente nas zonas próximas aos rios (...) É nova essa informação para mim (de presença de fome nas comunidades). Nunca ouvi falar. E para o nosso Setor, a perspectiva no âmbito de Segurança Alimentar é a seguinte: se 60% de agregados familiares em cada 100 agregados disserem que têm comida, então podemos dizer que não há problema de fome nesse lugar (...) No âmbito de emergência (pós-ciclone), os donativos eram feitos através de um programa da FAO¹². Em todas as Associações foram fornecidos insumos agrícolas. Pode não ter abrangido a todas pessoas das comunidades porque elas não estão organizadas. (Entrevistado 11).

¹¹ Trata-se de um Posto Administrativo do mesmo Distrito, mas diferente do local de estudo.

¹² Programa que consistiu na compra de insumos agrícolas a partir de uma cartão (voucher) recarregável. O detentor do cartão deveria residir num local com sistema de regadio. Deveria recarregar entre 2.000,00 MT a 2.500,00 MT para depois receber os insumos no valor de 3.000,00 MT, aproximadamente 200,00 Reais.

Do relato do Entrevistado 11, nota-se, também, eventual contradição, particularmente quando aponta simultaneamente a possibilidade de existência de desnutrição aguda, e considera a situação de acesso ao alimento como sendo promissora. Ao mesmo tempo representa um contraste com os relatos feitos pelas entrevistadas 1 a 10. Além disso, do relato do Entrevistado 11 são apontados alguns critérios para a determinação da chegada da fome nas comunidades, por meio de porcentagem. No entanto, sendo esse critério o que realmente é adotado, então, a situação revela-se preocupante, porquanto, entendemos que a fome não pode ser medida simplesmente pelo número de pessoas atingidas, é preciso olhar-se, também, para os contextos e as particularidades dos sujeitos, pois a fome individual é igualmente negativa quanto a fome colectiva (CASTRO, 1959 apud CASARIL e CASARII, 2011, p.155). Assim, pode-se especular que houve falta de empatia pela fome do outro, pois, além de não terem sido destinados quaisquer tipos de apoios às comunidades, percebe-se uma tentativa de responsabilização das comunidades por essa situação, por alegada falta de organização e pouca disponibilidade em participar nos processos cooperativos. No entanto, é interessante o fato de ter existido uma percepção diferente.

Passemos para o próximo relato, referente ao segundo membro da autoridade administrativa, cuja percepção parece apresentar-se mais próxima à realidade vivenciada nos cotidianos de famílias nas comunidades e, de certa forma, mais solidária.

Sim, sei sobre o sofrimento de falta de comida nas famílias da localidade (...) Infelizmente os extensionistas não podem falar sobre existência de fome nas comunidades. Somos proibidos e ameaçados. Eu próprio já sofri ameaças de prisão por ter confirmado a umas pessoas a existência de fome numas comunidades do Distrito onde eu trabalhava (...) (Entrevistado 12).

Pelo relato do Entrevistado 12, pode-se compreender o reconhecimento pela existência da fome, e ao mesmo tempo uma manifestação de impotência. Cabe destacar que, Josué de Castro, um dos intelectuais brasileiros de maior relevo, mundialmente conhecido por trabalhar com a questão da fome e entendê-la nos seus pormenores, argumenta que a alimentação insuficiente, carencial, e desarmónica contribui para o elevado índice de mortalidade e classifica a fome como individual/ parcial ou coletiva (CASTRO, 1959 apud CASARIL e CASARII, 2011, p.155). E, esclarece mais ainda sobre a questão:

A fome parcial é alarmante e radical, pois além de ser muito frequente, ela acomete milhares de pessoas, que até se alimentam diariamente, mas continuam com fome, fundamentalmente devido a ausência permanente de determinados nutrientes em suas refeições (...) as carências alimentares (proteicas, minerais, vitamínicas), ou seja, a fome, conduz as pessoas a

transtornos como a depressão, apatia, perda do anseio de viver, entre outros (CASTRO, 1959 apud CASARIL e CASARIL, 2011, p.155).

Deste modo, para que se evite a chegada da fome, é importante que sejam adotadas políticas públicas constantes que busquem equilíbrio entre a oferta, a demanda de alimentos e a distribuição de renda, com vista a assegurar que todas as pessoas, incluindo os grupos de pessoas em situação de alguma vulnerabilidade possam ter acesso ao alimento, sobretudo, após à ocorrência de um desastre natural da dimensão de ciclone Idai (CASTRO, 1959 apud CASARIL e CASARIL, 2011, p.155). E a aceitação da inevitabilidade de ocorrência de eventos climáticos é parte integrante da construção coletiva de resiliência (ARNALL, 2015).

Vale ressaltar que, além da família, como espaço de reprodução das desigualdades do gênero e da opressão das mulheres, seus impactos também podem se fazer sentir nos espaços extrafamiliares (BIROLI, 2016). E a participação em processos cooperativos é disso um exemplo. Considerando esse fato, são apresentados no quadro 1, dados relativos às percepções sobre os prejuízos do ciclone Idai a nível dos empreendimentos locais e, ao mesmo tempo buscamos explorar como tem sido a participação das mulheres nesses processos cooperativos.

Quadro 01: Prejuízos causados pelo ciclone nas organizações associativas, Sussundenga, Manica, Moçambique, 2019.

Organização Associativa	Ano de fundação	Número de membros		Objetivo	Dificuldades pré-existentes	Prejuízos pós-ciclone
		Homem	Mulher			
Associação Agrícola de Murórué	1987	47	16	Produzir culturas alimentares agrícolas e criar peixes (tilápia) em cativeiro	Falta de transporte para o escoamento da produção, e ração adequada para o peixe; Perdas pós-colheita; dificuldades na produção de tomate	Escassez de alimentos e sementes; Falta de apoios; Presença de fome; perda de instrumentos de trabalho; e terras cobertas de areia

<i>Associação Ishi Wanessu</i>	2010	4	6	Processar a cultura da soja, para fazer leite, café, biscoitos e bolos.	Falta de recursos financeiros para expandir a iniciativa	Não tem instalação
<i>Cooperativa Moyo úmue</i>	1997	2453	47	Garantir o estoque alimentar ao nível do distrito	Falta de transporte para escoamento de produtos; dificuldades de acesso à terra	Campos de cultivo destruídos
<i>Mudzimae Nebudirio</i>	2013	1	16	Produzir frangos para a comercialização	Aviário precário; Insuficiência de meios financeiros; elevados custos de produção; doenças de aves.	Destruição do aviário; Redução na produção.
<i>Grupo de Extensão Rural</i>	2017	30	5	Discutir e socializar as melhores práticas produtivas	Deficiente acesso aos serviços sociais básicos, incluindo a água; Insuficiência de meios de produção e falta de transportes para o escoamento	Destruição de culturas alimentares

Fonte: Os autores (2021).

Com base no quadro 1, constata-se que, nas comunidades de Munhinga, Sussundenga, identificamos apenas uma organização associativa feminina, e, mesmo nessa existente, a participação das mulheres e a qualidade de suas infraestruturas são deficitárias.

Para a inversão desse cenário, torna-se necessário que os órgãos públicos promovam palestras, grupos de conversas com vista à disseminação de informações para que mais mulheres tenham conhecimentos sobre seus direitos (BUENO e SILVA, 2020).

No quadro 1, também podemos constatar que, com o ciclone Idai, houve danos materiais que podem ter influenciado na escassez de alimentos, bem como na redução de meios de renda e de produção, propiciando assim, a chegada da fome. A principal preocupação recaiu sobre os empreendimentos locais, incluindo campos de produção, além da redução na disponibilidade de alimentos nos mercados locais. Assim sendo, passemos a apresentar as informações sistematizadas referentes às organizações associativas, refletindo sempre em torno das relações de gênero.

Começando pela Associação Agrícola de Murórue, ela dedica-se à criação de peixes e produção agrícola para o consumo e comercialização. Conta com 63 membros, dos quais 16 são mulheres. Apesar de terem passado mais de 30 anos após sua fundação, somente há dois anos que, pela primeira vez, a organização tem uma mulher dirigindo os seus destinos. Não foi fácil sua aceitação pelos membros, sobretudo, pelos homens, porque as mulheres são vistas como meras ajudantes dos homens. Acredita-se que, esse feito só foi alcançado por conta da influência do seu marido, que também é membro da Associação e ocupa a Vice-presidência.

São apontados como prejuízos provocados pelo ciclone nessa organização (perdas de instrumentos produtivos, assim como na produção, danos nas terras produtivas que passaram a ter rachas/ fissuras e cobertas pelo solo arenoso) somam-se a outros desafios recorrentes, nomeadamente: perdas pós-colheita, em decorrência da falta de condições para a conservação e transporte dos produtos, sendo que, para suprir essa necessidade, os membros são sujeitos a deslocar para outros distritos que distam acima de 200 km. Com isso, parte significativa do lucro da produção acaba sendo direcionada para o transporte, ou os compradores que têm meios de transporte dirigem-se à Associação e, neste caso, são os compradores que acabam determinando os preços dos produtos, o que tem resultado em enormes prejuízos para os produtores, particularmente em relação ao peixe. Além disso, a Associação também depara com dificuldades de produção de hortaliças. O conjunto desses constrangimentos e dessas dificuldades pode ter contribuído para a escassez de alimentos, o que não acontecia desde o ano 1992, segundo relato. E, com a escassez de alimentos pode-se, também, reduzir o consumo de calorias necessárias, podendo propiciar o surgimento de doenças graves, incluindo a desnutrição, que podem causar morte (TONIAL, 2009).

Passemos para a Associação *Ishi Wanessu*¹³. Ela não possui infraestruturas, daí que, não teve danos, com a passagem do ciclone. A sua composição chama atenção, pois, dos 10 membros, seis são mulheres. Apesar disso, nessa organização, as mulheres estão presentes durante os preparos alimentares (soja nas suas diversas formas). Deste modo, fica notório o preconceito para com as mulheres, na distribuição de tarefas, como responsáveis para preparar a comida, simplesmente devido a sua condição feminina, como tradicionalmente lhes são atribuídas as tarefas domésticas (QUIRINO, 2015). No entanto, acredita-se que a Associação *Ishi Wanessu* possa desempenhar um papel muito mais atuante se estiver melhor estruturada, sobretudo, na prevenção e redução de níveis de desnutrição infantil, tendo em conta que a soja é bastante rica em proteína (SIMÃO *et al.*, 2008), nutriente que provavelmente faça muita falta na dieta das famílias dessas comunidades.

Passemos para a Cooperativa *Moyo úmue*¹⁴. Trata-se de uma organização que propõe-se a garantir o estoque alimentar ao nível do distrito, através da compra de produtos agrícolas, essencialmente cereais, dos produtores para a posterior comercialização em tempos de pouca disponibilidade, como se verificou após o ciclone. Dispõe de um armazém enorme (que pode atingir aproximadamente 150 metros de comprimento e 75 metros de largura), uma infraestrutura pensada para ser resiliente às mudanças climáticas, que foi construída por meio de financiamentos estrangeiros. Porém, a sua utilização está ainda muito aquém da sua real capacidade, em parte, devido a falta de transporte, aliada a fraca informação das comunidades sobre as atividades desenvolvidas pela Cooperativa. Outro constrangimento prende-se com o acesso às terras produtivas, pois as que foram concedidas pelas autoridades administrativas, segundo relato, além de ficarem muito distantes, para a sua utilização é necessário bastante investimento em recursos materiais e humanos, para cortar as enormes árvores, bem como para fazer abertura das vias de acesso. Ao mesmo tempo, existem muitos espaços considerados ociosos em redor (deixados pelos grandes fazendeiros em tempo de guerra civil) que poderiam ser aproveitados para a produção, ainda que fosse a título de empréstimo, bastando, para o efeito, a autorização por parte das estruturas administrativas. O ciclone Idai causou destruição nos campos de cultivo que abastecem a cooperativa. A participação de mulheres é muito baixa, tanto na direção, que só tem uma mulher como Secretária, na sua composição, assim como em número de membros.

¹³ Em língua local significa “essas são as nossas crianças”.

¹⁴ Significa, em língua local, “um só coração”. Trata-se de uma expressão simbólica que representa a unidade.

Passemos para a única organização associativa feminina. Trata-se Associação *Mudzimae Nebudiriro*¹⁵, que depara com sérias dificuldades, como a precariedade do aviário (feito de argila), insuficiência de meios financeiros, fraca produção, elevados custos associados à produção (disponível somente fora do distrito) e doenças de aves (*Newcastle*) que comprometem o desenvolvimento pleno de suas atividades. Deste modo, pensa-se que seja necessário o fortalecimento da cadeia produtiva, para compensar os custos de produção, com vista ao aumento da produção e da produtividade. O ciclone Idai agudizou essas dificuldades, tendo destruído parte significativa do aviário e dizimando mais de metade das aves que achavam-se presentes. Foi constituída em 2013, período em que a questão de gênero e empoderamento da mulher passaram a constar como uma das áreas prioritárias nas agendas sociais e políticas do país. Mas, são necessários mais investimentos para uma melhor efetividade dos resultados.

Passemos para a última organização associativa. Trata-se do Grupo de Extensão Rural, criada pelo extensionista que trabalha na localidade de Munhinga, dado o reconhecimento pelas limitações em assistir cerca de 8 mil famílias, sozinho, na sua área de circunscrição. O grupo contempla cinco mulheres, de um total de 30 membros. A insuficiência de meios de produção e a falta de transportes para o escoamento dos produtos são algumas das dificuldades que afetam esse grupo. Se potenciado, o grupo pode ser um importante aliado nas ações públicas de promoção de práticas alimentares sustentáveis nas comunidades. O ciclone Idai destruiu seus campos de cultivo, e provocou a escassez de alimentos nos agregados familiares dos membros deste grupo e das comunidades que se beneficiam de sua produção. Em resultado disso, houve redução no número de refeições diárias (passando a se alimentar apenas uma única vez ao dia).

De um modo geral, também evidenciou-se a questão da divisão sexual de trabalho na questão de acesso a água. Ou seja, para suprir a dificuldade de abastecimento da água, as comunidades recorrem aos poços e riachos, onde vêm-se obrigadas a percorrer a pé, por longas distâncias, debaixo de sol escaldante, carregando baldes de água sobre a cabeça, para o uso da família. Nisso, estão envolvidas mulheres e crianças. Os homens, mesmo tendo algum meio de transporte, como a bicicleta, que poderia facilitar o carregamento da água, simplesmente não colaboram com as mulheres nesse sentido (já sobrecarregadas com tarefas domésticas e cultivo), eventualmente, devido a questões culturais, ligadas ao patriarcalismo, que concebem essa atividade como sendo de responsabilidade exclusiva da mulher.

¹⁵ Na língua local significa “As Mulheres em Desenvolvimento”.

Ao falar sobre a água, vale destacar que, a qualidade e a aceitabilidade da mesma são bastante preocupantes para a saúde humana, pois apresenta-se com cor, cheiro e resíduos, alguns dos quais bem visíveis. Aliás, os animais também bebem da mesma água que acaba se misturando com as suas excreções. Alguns poços estão situados em locais próximos aos cemitérios, com aproximadamente 100 metros de raios de distância, num contexto em que tanto os cemitérios quanto os poços são de construção precária.

Nesse sentido, especula-se que a presença de cemitérios nas imediações dos locais habitacionais, especialmente de fontes de água, representa um potencial de contaminação por *necrochorume* (líquido liberado durante a decomposição do corpo por microorganismos como o vírus e bactérias). A situação é particularmente mais preocupante, sobretudo, pelo fato de as comunidades não recorrerem ao tratamento da água, constituindo-se em atentado à saúde humana, sobretudo de crianças, podendo originar patologias graves como a febre tifóide, hepatite A, tétano, tuberculose e outras (CARNEIRO, 2009). Afinal, o *necrochorume* apresenta toxicidade em altas concentrações, podendo se proliferar em um raio superior a 400 metros de distância do cemitério, a depender da geologia da região (ALMEIDA *et al.*, 2006).

Deste modo, acreditamos que estudos são necessários para evidenciar e denunciar os riscos aos quais essa população está submetida, relativo à qualidade de água, para alertar aos fazedores de políticas públicas sobre a necessidade de ações com vista a melhorar a qualidade e acesso ao líquido precioso, considerado pela Organização das Nações Unidas, como um dos direitos humanos fundamentais (BOS *et al.*, 2017). De igual forma, são necessárias ações para a garantia do direito humano à alimentação adequada, por meio de melhoria das condições de acesso ao alimento, independente das circunstâncias, mas com maior atenção aos períodos após a ocorrência de fenômenos naturais, assim como incentivo e inclusão de grupos excluídos, como de mulheres, nos processos cooperativos e de desenvolvimento local.

De um modo geral, os relatos apresentados pelas organizações associativas são consistentes com os de outros estudos realizados no contexto rural em Moçambique, que apontam constrangimentos no funcionamento da maior parte das associações de nível local, fundamentalmente devido a falta de sustentabilidade, dependência climática, falta de transporte e vias de difícil acesso, para o escoamento da produção para os mercados locais, e gestores de políticas públicas pouco atuantes (LIBOMBO *et al.*, 2017). No entanto, se confrontamos as preocupações geradas pelo Idai, as mulheres excluídas dos processos produtivos mostraram preocupações de quem vive a experiência cotidiana da fome, já nas cooperativas, embora se

tenham verificado prejuízos e as condições de funcionamento sejam precárias, a fome e a falta de perspectivas já não se fazem tão presentes.

A nosso ver, o relato apresentado pelos diferentes atores no cenário local, além de evidenciar fragilidades nas relações de género, assim como prejuízos consideráveis devido ao ciclone, o conjunto de situações pode ter comprometido a situação de segurança alimentar das comunidades de Munhinga e coloca em evidência a necessidade de políticas públicas que impulsionem mecanismos de organização comunitária.

Considerações finais

A discussão feita neste texto, não tem a pretensão de sanar o debate sobre a temática, antes pelo contrário, ressalta a presença das relações patriarcais de género na estrutura das comunidades e organizações associativas rurais moçambicanas, assim como evidencia os efeitos de fenómenos naturais nos cotidianos dos atores que atuam no contexto local. O distrito de Sussundenga é apenas um recorte destes cenários, pois no restante do país, pode ser que essas relações estejam presentes e estabelecidas, e os impactos de eventos climáticos também sejam sentidos com maior ou menor intensidade.

As desigualdades de género na estrutura familiar no contexto rural são, muitas das vezes, alimentadas por uma cultura considerada patrilinear, porém, machista que, de certa forma, legitima o homem como chefe de agregados familiares, estabelecendo as atividades domésticas como de exclusiva responsabilidade da mulher, que é sempre colocada em situação de inferioridade, mesmo sendo uma figura fundamental na produção de alimentos e cuidados da família. O sistema patriarcal tem-se sustentado de geração em geração, e parece ser muito forte nas comunidades rurais, apesar de alguns esforços empreendidos individual e coletivamente para a mudança da situação, com vista a buscar-se por espaços e direitos da mulher nas estruturas sociais locais.

Para que o sistema patriarcal não se perpetue, para que tenhamos um futuro igualitário entre mulheres e homens, além de discussões sobre a temática, é também necessário visibilizar através de pesquisas os discursos das principais personagens, as mulheres, que nem sempre podem ser ouvidas ou podem se manifestar. Daí que, o nosso estudo tenha dado algum passo nesse sentido.

O estudo mostrou que, os AFs vulneráveis à insegurança alimentar, também encontram-se em situação de vulnerabilidade social, e diante do ciclone, ampliaram-se as suas

dificuldades, entre outras, de acesso ao alimento, dada a escassez de alimentos, permitindo assim a ocorrência da fome, podendo piorar sua situação de insegurança alimentar. Além disso, também registram-se danos materiais e humanos. Quando não há mesma sensibilidade no seio das autoridades administrativas sobre a situação de vulnerabilidade, agravada pelo uso de indicadores de fome de forma errônea, podem constituir uma ameaça à avaliação da InSAN, subestimando-a. A par disso, a falta de água encanada e tratada e a sazonalidade das chuvas são fatores que precisam ser enfrentados para a garantia da SAN.

Os constrangimentos provocados pelo ciclone Idai podem ter representado um recuo nos esforços empreendidos para o combate à pobreza e desnutrição infantil no Distrito de Sussundenga. Sendo assim, para fazer face ao conjunto de situações desfavoráveis, são necessárias políticas públicas de proteção social inclusivas e ações resilientes nas famílias, nas comunidades e nas iniciativas locais, possibilitando a melhoria do acesso ao alimento para um melhor crescimento endógeno e sustentável. Igualmente destaca-se a necessidade de adoção de ações enquadradas na lógica da economia solidária, com vista à emancipação da mulher, ao bem-estar e a SAN.

No geral, percebe-se uma falta de compreensão sobre as reais necessidades em termos de projetos e políticas públicas. A fragilidade da organização das comunidades e das organizações existentes. Nesse contexto a academia pode desempenhar um papel importante.

Referências

ABBAS, Máriam. (In) segurança alimentar e território em Moçambique: discursos políticos e práticas. **Revista NERA**, n.38, dossiê, p. 106-131, 2017.

_____. A Macroeconomia e a Produção Agrícola em Moçambique. **Observador Rural**, Maputo: Observatório do Meio Rural (OMR), 26, Abr. 2015.

ALMEIDA, R. et al. Avaliação da ocorrência de contaminação microbiológica no aquífero freático localizado sob o Cemitério da Várzea em Recife-PE. **Revista Águas Subterrâneas**, v.20, n.2, p.19-26, 2006.

ARNALL, Alex. Resilience as transformative capacity: Exploring the quadripartite cycle of structuration in a Mozambican resettlement programme. **Geoforum**, v.66, p.26–36, 2015.

BANCO MUNDIAL. **Moçambique: Relatório Analisa Pobreza e Suas Causas e Avança Recomendações**. 2016. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/news/press-release/2016/12/21/mozambique-report-discusses-poverty-trends-and-recommends-way-forward>. Acesso em: 10 jan.2021.

BANCO MUNDIAL. Mozambique: Analysis of Public Expenditure in Agriculture. Report Nº 59918-MZ, v. I. Washington D.C., 2011.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BERGH-COLLIER, E.V. Um perfil das relações de género, Edição atualizada de 2006: Para a igualdade de género em Moçambique. Estocolmo, Suíça: Agência Sueca de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, 2007.

BIROLI, Flávia. Divisão Sexual do Trabalho e Democracia. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 59, n. 3, 2016.

BOS, R. et al. **Manual sobre os Direitos Humanos à água potável e saneamento para profissionais**. London, Reino Unido: IWA- International Water Association, 2017.

BUENO, Caroline Tapia; SILVA, Susana Maria Veleda da. O patriarcado na agricultura familiar brasileira: reflexões a partir do município de São Lourenço do Sul – RS. **Revista NERA**, v. 23, n. 51, p. 279-299, jan.-abr., 2020.

CARNEIRO, Victor Santos. Impactos causados por necrochorume de cemitérios: meio ambiente e saúde pública. São Paulo. **Revista àguas subterrâneas**, p.1-18, 2009.

CAPURCHANDE, R. et al. “It is challenging... oh, nobody likes it!”: a qualitative study exploring Mozambican adolescents and young adults’ experiences with contraception. **BMC Women's Health**. v.16, n.48, p.1-17, 2016.

CASARIL, Kérley Braga Pereira Bento; CASARIL, Carlos Casemiro. A fome para Josué de Castro e a discussão sobre a segurança alimentar. **Revista UniOeste**, v.13, n.18, p. 145-171, 2011.

CHAMBE, Maria Albertina Gomes Chale. O acesso, posse e controle da terra das mulheres Rurais nas comunidades do distrito de Inharrime. **Tese de doutorado**. Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, 2016.

EGGER, Eva-Maria; SALVUCCI, Vincenzo; TARP, Finn. Evolution of multidimensional poverty in crisisridden Mozambique. WIDER Working Paper 2020/69, **UNITED Nations University World Institute for Development Economics Research**, p.1-24, jun. 2020.

GRANEHEIM, U.H.; LUNDMAN, B. qualitative content analysis in nursing research: concepts, procedures and measures to achieve trustworthiness. **Nurse Educ Today**. v.24, n.2, p.105–12, 2014.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à Pesquisa Qualitativa e suas Possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, mar./abr. 1995.

GOVERNO DE MOÇAMBIQUE. **Plano director para a redução do risco de desastres 2017-2030**. Maputo: Conselho de Ministros, 2017.

HARTLIEF, V. et al. Assegurar os direitos da mulher à terra Para o impacto real em Moçambique. Documento de Trabalho 2: Assegurar os direitos da mulher à terra no continente africano. **Land Governance for Equitable and Sustainable Development**, Julho 2018.

INE. Instituto Nacional de Estatística. **Censo Geral da População**. Maputo: Governo da República de Moçambique, 2017.

JACOBS, Carolien; ALMEIDA, Bernardo. **Relatório de pesquisa, propriedades e alterações climáticas: direitos e deslocados ambientais em Moçambique**. Suíça: Editora Van Vollenhoven Institute for Law, Governance and Society, 2020.

JARAMILLO, Isabel Cristina. **La critica feminista al derecho**. In.: WEST, R. Gênero y teoría del derecho. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, Facultad de Derecho de la Universidad de los Andes, Ediciones Uniandes, Instituto Pensar, 2000.

JÚNIOR, António; DADÁ, Yasser Arafat; MOSCA, João. **Associações dos pequenos produtores do Sul de Moçambique - desafios e constrangimentos**. Maputo: Observatório do Meio Rural, dez. 2020.

KERGOAT, Danièle. **Divisão Sexual do Trabalho e Relações Sociais de Sexo**. In: HIRATA, Helena (Org.). Dicionário Crítico do Feminismo. São Paulo: UNESP, 2009.

KOBASHIKAWA, Tamy Yukie. Brazilian agribusiness in Mozambique: the ProSAVANA Programme case study. **Revista NERA**, v. 23, n. 51, p. 345-365, jan.-abr., 2020.

LAGROSSE, Dalila Chacá Ferreira. O Fundo de Investimento a Iniciativas Locais (FIIL) em Moçambique: uma estratégia de promoção do desenvolvimento local para o enfrentamento à pobreza?. **Dissertação de Mestrado**. Porto Alegre, Pontífice Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2012.

LIBOMBO, S. et al. Associações agrícolas e desenvolvimento local em Moçambique: perspectivas e desafios da Associação Livre de Mahubo. **Revista NERA**, n.38, mai.-ago, 2017.

LOBO, Elizabeth Souza. O trabalho como linguagem: o gênero do trabalho. **BIB**, Rio de Janeiro, n. 31, p. 7-16, 1991.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. Pesquisa em Educação: Abordagem Qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MAE. Ministério de Administração Estatal. **Perfil do distrito de Sussundenga província de Manica**. Maputo, 2015.

MAFRA, J. et al. **Globalização, Educação e Movimentos Sociais 40 anos da Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire: Editora Esfera, 2009.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MEDEIROS, C. et al. Insegurança alimentar moderada e grave em famílias integradas por pessoas vivendo com HIV/Aids: validação da escala e fatores associados. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, n.10, p. 3353-3364, 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Sousa; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa Social: Teoria Método e Criatividade**. Edição digital. Petrópolis, RJ: Editora Vozes; 2009.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL. 2020. **Lançamento oficial do programa “sustenta”**. 2020. Moçambique. Disponível em: <https://www.agricultura.gov.mz/lancamento-oficial-do-programa-sustenta/>. Acesso em: 24/11/2020.

MONTEIRO, Simone Rocha da Rocha Pires. O marco conceitual da vulnerabilidade social. **Sociedade em Debate**, Pelotas, v.17, n.2, p. 29-40, jul.-dez, 2011

MOSCA, João. Agricultura familiar em Moçambique: ideologias e políticas. **Revista NERA**, n.38, p. 68-105, Dossiê , 2017.

_____ **Porque é que a produção alimentar não é prioritária?** Maputo: Observatório de Desenvolvimento Rural, n.1, set. 2012.

NARVÁEZ, Lizardo; LAVELL, Allan; ORTEGA, Gustavo Pérez. **La gestión del riesgo de desastres: un enfoque basado en procesos**. San Isidro: Secretaría General de la Comunidad Andina; 2009.

NATENZON, Cláudia Elenor. Vulnerabilidad, incertidumbre y planificación participativa de desastres: el caso de las inundaciones catastróficas en Argentina. *In*: Porto MFS, Freitas C.M (org). **Problemas ambientais e vulnerabilidade: abordagens integradoras para o campo da saúde pública**. Rio de Janeiro: Cesteh, Ensp, Fiocruz; 2002. p. 57-78.

NOBRE, Miriam. **Diálogos entre Economia Solidária e Economia Feminista**. In: FARIA, N; NOBRE, M. (Orgs). *A produção do Viver*. (Coleção Cadernos Sempreviva. Serie Gênero e Políticas Públicas e Cidadania, 7). São Paulo: SOF, 2003.

OBSERVADOR. Desastres Naturais. **"Este é o maior desastre natural que Moçambique já enfrentou". Mais de 1,5 milhões de pessoas afetadas pela passagem do ciclone Idai**". 2019. Disponível em: <https://observador.pt/2019/03/18/este-e-o-maior-desastre-natural-que-mocambique-ja-enfrentou-mais-de-15-milhoes-de-pessoas-afetadas-pela-passagem-do-ciclone-idai/amp/>. Acesso em: 19 nov. 2020.

OLIVEIRA, Jaqueline Pereira de. Mulheres na economia solidária: possibilidade de reconhecimento e emancipação social Jaqueline Pereira de Oliveira. **Sociedade e Cultura**, v.11, n.2, p. 325 -332, jul. -dez. 2008.

OLIVEIRA, Patrícia Neves de. Agricultura familiar, cultura e economia em Moçambique. Amazônia. **Cadernos CERU**. v.27, n. 2, p. 156-170, 2016.

PINHO, O. Descolonizando o feminismo em Moçambique. **Estudos Feministas**, v.20, n.3, p. 970-972, 2012.

QUIRINO, Raquel. Divisão sexual do trabalho, gênero, relações de gênero e relações sociais de sexo: aproximações teórico-conceituais e numa perspectiva marxista. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 24, n.2, p.229-246, mai-ago, 2015.

ROCHA, R. et al. A importância do associativismo rural para a agricultura familiar: oportunidade de renda para pequenos produtores da Comunidade Santa Luzia do município de Jesuítas (PR). **Revista de Extensão e Estudos Rurais (UFV)**. v. 7, n.1, p.7-28, jan.-jun 2018.

SAFFIOTI, Heleieth. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, Coleção polemica, 1987.

_____. **Gênero, patriarcado, violência**. Fundação Perseu Abramo, São Paulo, Coleção Brasil Urgente, 2004.

SANTOS, Aldenir Dias dos. Mulheres Moçambicanas: Resistência, Associativismo, Feminismo. **Tese de Doutorado**. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

SETSAN. Relatório de Monitoria da Situação de Segurança Alimentar e Nutricional. Maputo: Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar, 2015.

SETSAN. Relatório de estudo base de segurança alimentar e nutricional em 2013. Maputo: Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar, 2014.

SILVA, Suzana Valeda da. Na perspectiva da geografia feminista do século XXI, os estudos teóricos e empíricos sobre trabalho remunerado estão fora de moda? 6^{tas} **Jornadas Uruguayas de Historia Económica**, Simposio Equidad de Género, estructuras familiares y desarrollo, p. 1-13, 2015.

SINGER, P. **A recente ressurreição da economia solidária no Brasil 2005**. In: SANTOS, Boaventura. (Org.). Produzir para viver: Os caminhos da produção não capitalista, 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2005.

SIMÃO, C. et al. importância da ingestão de soja nos sintomas do climatério, osteoporose e doenças cardiovasculares. **Arq. Ciênc. Saúde Unipar**, Umuarama, v. 12, n. 1, p. 67-75, jan.-abr. 2008.

SOUZA, Márcio Ferreira de. Teoria feminista de gênero no Brasil: apontamentos sobre um debate. **Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – UFJF**. v. 11, n. 1, p.1-8, jan.-jun. 2016.

TONIAL, Juliana Chilanti. Falta de alimentos no mundo: Problema de escassez ou de distribuição? **JURIS**, v.14, p. 69-80, 2009.

TVEDTEN, I. Mozambique country case study: Gender equality and Development. Washington, DC, USA: World Bank, 2011.

VEIGA, Luciana Veiga; GONDIM, Sônia Maria Guedes. A Utilização de Métodos Qualitativos na Ciência Política e no Marketing Político. **OPINIÃO PÚBLICA**, Campinas. Vol. 7, n.1, p. 1-15, 2001.

VOGTMANN, Hartmut; MAIER, Jürgen. United Nations Conferences on Sustainable Development (UNCSD) – Rio+20: What an effort for such a meager result. **Future of Food: Journal on Food, Agriculture and Society**, v. 1, n. 1, p.65-68, 2013.

Capítulo 4

ARTIGO 3

Publicado na Revista Research Society and Development, Health and sciences, v.10, n.6 (2021)

O sistema alimentar e ambientes alimentares na segurança alimentar e nutricional: um olhar para a realidade moçambicana, distrito de Sussundenga

The food system and food environments in food nutritional and security: a look at the Mozambican reality, Sussundenga district

El sistema alimentario y los entornos alimentarios en la seguridad alimentaria: una mirada a la realidad de Mozambique, distrito de Sussundenga

Maitu Abibo Buanango

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3828-7866>

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Brasil

E-mail: maytuabybo@gmail.com

Pedro Fernando Chimela Chume

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3116-9274>

Universidade Zambeze, Moçambique

E-mail: chumep@gmail.com

Maria Rita Marques de Oliveira

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3828-7866>

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Brasil

E-mail: maria-rita.oliveira@unesp.br

Resumo

O estudo do sistema alimentar não encontra explicação somente na lógica da produção ou de necessidades nutricionais. Neste contexto, este artigo objetivou, descrever os sistemas alimentares, incluindo os ambientes alimentares, buscando compreender suas possíveis influências na segurança alimentar e nutricional (SAN). Trata-se de estudo de caso, de caráter descritivo, de abordagem qualitativa, realizado no distrito de Sussundenga em Moçambique. O delineamento do trabalho foi realizado por meio da observação sistemática com diário de campo e mapa-falante, envolvendo as comunidades de Sussundenga-sede, Munhinga e Chidowa, como base para um modelo explicativo das interações e influências entre as diversas variáveis. Os resultados mostram que o sistema alimentar, nos componentes geofísicos e ambientais, com destaque para as mudanças climáticas, pode ser dos componentes que mais pode afetar a SAN das comunidades, incluindo os ambientes alimentares. Por sua vez, a análise dos ambientes alimentares permitiu constatar que o ambiente nas vias públicas pode apresentar maiores riscos à saúde humana, sobretudo, às crianças, em parte devido a questões ligadas à exposição de alimentos em condições higiênicas sanitárias deficientes, suscetíveis de originar doenças que podem causar a desidratação devido a vômitos e diarreias, quando consumidos os alimentos nas condições em que são comercializados. Assim, são necessárias estratégias e ações para a melhoria dos sistemas alimentares, enfatizando a conscientização e a resiliência da população, na melhoria das escolhas alimentares com vista a promoção da saúde e prevenção de doenças, por meio da qualidade nutricional e segurança dos alimentos.

Palavras-chave: Sistemas alimentares; ambientes alimentares; segurança alimentar e nutricional.

Abstract

The study of the food system does not find only the logic of production or nutritional needs. In this context, this article aimed to describe food systems, including food environments, seeking to understand their possible influences on food and nutrition security (FSN). This is a case study, of a descriptive character, with a qualitative approach, carried out in the district of Sussundenga in Mozambique. The outline of the work was carried out through systematic observation with a field diary and a talking map, involving the communities of Sussundenga-headquarters, Munhinga and Chidowa, as a basis for an explanatory model of the interactions and influences between the variable variables. The results presented that the food system, in geophysical and environmental components, with emphasis on climate change, may be one of the components that can most affect the FSN of communities, including food environments. In turn, an analysis

of food environments finds that the environment on public roads may present greater risks to human health, especially to children, partly due to issues related to the exposure of food in poor hygienic sanitary conditions, susceptible to originating diseases that they can cause dehydration due to vomiting and diarrhea when food is consumed under the conditions in which it is marketed. Thus, strategies and actions are needed to improve food systems, emphasizing the population's awareness and resilience, in improving food choices with a view to promoting health and preventing diseases, through nutritional quality and food safety.

Keywords: Food systems; food environments; food and nutrition security.

Resumen

El estudio del sistema alimentario no encuentra solo la lógica de producción o necesidades nutricionales. En este contexto, el artículo tuvo como objetivo describir los sistemas alimentarios, incluidos los entornos alimentarios, buscando comprender sus posibles influencia en la seguridad alimentaria y nutricional (SAN). Se trata de un estudio de caso, de carácter descriptivo, con enfoque cualitativo, realizado en el distrito de Sussundenga en Mozambique. Para ello se utilizó la observación sistemática, la anotación en el diario de campo y el mapa parlante, involucrando a las comunidades de Sussundenga-sedes, Munhinga y Chidowa, a partir de modelos que abordan las interacciones e influencias entre las distintas variables. Los resultados demuestran que el sistema alimentario, en componentes geofísicos y ambientales, con énfasis en el cambio climático, puede ser uno de los componentes que más puede afectar la RAS de las comunidades, incluidos los ambientes alimentarios. A su vez, un análisis de los entornos alimentarios encuentra que el medio ambiente en la vía pública puede presentar mayores riesgos para la salud humana, especialmente para los niños, en parte debido a problemas relacionados con la exposición de alimentos en condiciones higiénicas y sanitarias deficientes, que probablemente causen diarrea, enfermedades, cuando los alimentos se consumen en las condiciones en las que se comercializan. Así, se necesitan estrategias y acciones para mejorar los sistemas alimentarios, enfatizando la conciencia y resiliencia de la población, en la mejora de las opciones alimentarias con miras a promover la salud y prevenir enfermedades, a través de la calidad nutricional y la seguridad alimentaria.

Palabras clave: Sistemas alimentarios; entornos alimentarios; seguridad alimentaria y nutricional.

1. Introdução

O sistema alimentar pode ser caracterizado como todos elementos e atividades de alguma forma associados aos alimentos, como a produção, distribuição e consumo dos alimentos, além dos seus resultados ambientais e socioeconômicos (Meybeck & Gitz, 2017). Por essa razão, tem sido cada vez mais recomendada, por organismos internacionais, a adoção e transformação de sistemas alimentares, como uma das medidas importantes para a materialização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), fundamentalmente em relação ao segundo ODS que visa o combate à fome e a desnutrição em todas as suas formas, assim como a promoção da agricultura sustentável (Painel de Especialistas de Alto Nível [HLPE], 2020).

Neste contexto, após anos de progresso na luta contra a fome, a partir de 2015 o número de pessoas passando fome voltou a aumentar novamente no mundo, representando um enorme desafio para os sistemas alimentares (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação [FAO], 2019). Somando-se a isso, esses sistemas são frequentemente colocados à prova diante de adversidades, como a ocorrência de fenômenos naturais, conflitos armados (FAO, 2019), entre outras, decorrentes de práticas negativas, como a produção de alimentos na base de aditivos químicos ou agrotóxicos, cultivo de monocultura e a criação massiva de animais, que origina doenças que tem afetado as cadeias de abastecimento de alimentos e a segurança alimentar e nutricional (SAN) (HLPE, 2020).

Para evitar que a fome continue aumentando consideravelmente nos próximos tempos, sobretudo, nos países africanos, os sistemas alimentares podem desempenhar um papel importante. Daí a necessidade de sua adaptação, cada vez mais consistente, para lidar com as adversidades (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente [PNUMA], 2020).

Sabe-se que os sistemas alimentares abrangem não apenas atividades de cadeia alimentar, mas também os resultados dessas atividades e sua governança (Ericksen, 2008; Ingram, 2011). Na prática, todos os seres humanos participam dos sistemas alimentares, por motivos variados, como por exemplo, meios de subsistência (Vermeulen, et al., 2012; Godfray, 2010).

Estudos realizados em países africanos, envolvendo crianças residentes em lugares com maior acesso ao alimento, apontaram a existência de diferenças significativas no estado nutricional dessas crianças, quando comparadas com as que viviam em locais de menor disponibilidade de alimento e baixa diversidade alimentar, ressaltando, deste modo, a importância dos sistemas alimentares no contexto dos ambientes alimentares, no estado nutricional e na saúde dos indivíduos, em especial das crianças (Ganpule-Rao, et al., 2019),

Dessa maneira, importa destacar que, em Moçambique, embora tenha havido progresso na redução da mortalidade infantil e, apesar dos avanços tecnológicos e sociais, cresce o número de crianças sofrendo as consequências de má alimentação e de um ambiente que parece não considerar as suas necessidades (Granheim, 2013), num contexto em que a desnutrição crônica continua sendo problema nutricional mais importante do país, que afeta quase metade de crianças menores de cinco anos, colocando o país na posição dos que apresentam maiores taxas na África e nos outros continentes. Além disso, o nível de atraso no crescimento moderado a grave das crianças, se situa na ordem de 43%, no nível nacional, somando-se o fato de o país já ter notificado casos consideráveis de pelagra, uma doença relacionada à deficiência de vitamina B3, resultante da diversidade alimentar limitada (Fundo das Nações Unidas para a Infância [UNICEF], 2016; UNICEF, 2019). A situação revela-se muito mais preocupante nas áreas rurais.

É importante notar que, é nos momentos pós-crise que se oferecem maiores oportunidades para transformação dos sistemas alimentares, tornando-os resilientes a crises futuras. Para que isso aconteça, algumas mudanças têm sido sugeridas pelos organismos das Nações Unidas, algumas das quais relacionadas ao estabelecimento de cadeias de suprimentos alimentares, onde os alimentos produzidos localmente podem ser distribuídos com eficiência, no sentido de ver reduzidos os riscos de insegurança alimentar, de ocorrência da desnutrição, e de aumentos de preços nos principais produtos alimentares. Para tanto, é necessária uma transformação rural com vista à capacitação dos pequenos produtores e integrá-los na economia dos sistemas alimentares, promoção de dietas saudáveis, tornando os alimentos saudáveis mais acessíveis. Na sequência, sugere-se que se promova a agricultura sustentável e regenerativa, com vista a devolver, sobretudo, a saúde dos solos (PNUMA, 2020). Assim, com a promoção de sistemas alimentares mais sensíveis à nutrição e ações concretas visando o empoderamento da mulher (Granheim, 2013), onde questões sobre o cuidado com a família e com a alimentação são devidamente discutidas no sentido de conscientização de que tais responsabilidades não são de responsabilidade exclusiva das mulheres.

Deste modo, considerando o importante papel atribuído aos sistemas alimentares, este trabalho teve como

objetivo, descrever o sistema alimentar, buscando compreender suas interações e possíveis influências na segurança alimentar e nutricional, no distrito de Sussundenga, Moçambique.

2. Metodologia

Foi conduzido estudo de caso, de abordagem qualitativa (Pereira, et al., 2018), adotando como recurso a observação sistemática por meio de anotações nos diários de campo sobre todos os aspectos relevantes (Marconi & Lakatos, 2003), e mapa falante considerado eficaz para fazer leitura da realidade (Ferreira & Pereira, 2013). Foi realizado em três comunidades do distrito de Sussundenga, província de Manica em Moçambique: Sussundenga-Sede, Munhinga e Chidowa, entre os meses de abril e outubro de 2019.

Sussundenga é um distrito localizado na província central de Manica, em Moçambique, onde a maioria da população dedica-se essencialmente à atividade agrícola (Ministério de Administração Estatal [MAE], 2005). Conta com 182.013 habitantes. O distrito está dividido em quatro postos administrativos: Dombe, Mohoa, Rotanda e Sussundenga-sede. É um dos locais tidos como prioritários na estratégia de desenvolvimento nacional (MAE, 2005). Possui escolas que lecionam o ensino primário e secundário.

Na etapa de observação sistemática, foram realizadas visitas em todas as três comunidades, onde maior atenção foi dada à Sussundenga-Sede, tendo em conta a variedade de ambientes alimentares (doméstico, na via pública, organizacional, de restauração e abastecimento). Igualmente permitiu a sistematização de principais aspectos analisados, durante as visitas às comunidades e estabelecimentos que possibilitaram a aproximação junto das comunidades e pessoas relevantes. Especificamente para compreender as questões relacionadas ao ambiente alimentar organizacional, considerou-se a escola Primária de Munhinga.

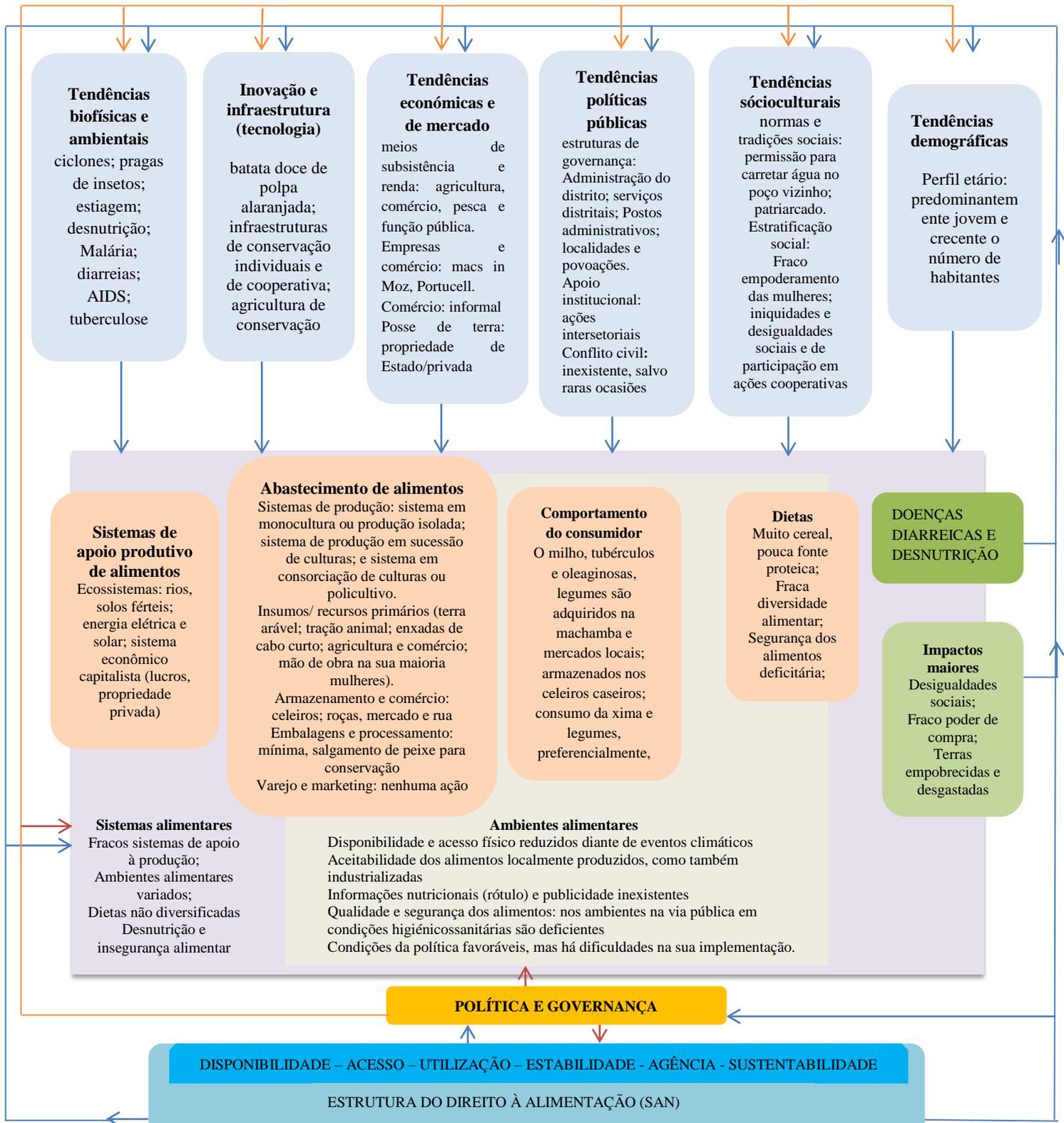
A construção do mapa-falante foi coletiva, com base nas percepções dos participantes (43 mulheres e 58 homens), selecionados por critérios de conveniência, das quais 10 participaram ativamente no processo de construção na comunidade Chidowa, por tratar-se da mais distante dos estabelecimentos comerciais e do acesso aos serviços sociais básicos. Ao construí-lo, os participantes fizeram uma representação de como vêem a situação do território. Assim, foi possível coletar, entre outros aspectos, as informações referentes à localização dos pontos de venda de produtos alimentícios (feiras-livres).

Para a análise de resultados, o estudo baseou-se em Trochim (1989), que aconselha a utilização da lógica, consoante correspondências de padrão de características que examinam as inter-relações entre vários aspectos. Para a sistematização dos dados (sistemas alimentares), utilizou-se o modelo proposto pelo Painel de Especialistas de Alto Nível (2017) e para os ambientes alimentares recorreu-se ao modelo de Gálvez Espinoza et al. (2017).

3. Resultados e Discussão

Considerando o papel central do sistema alimentar nos ambientes alimentares e na SAN, passaremos a apresentar as percepções em torno da estrutura do sistema alimentar, a partir do qual também discutem-se as ações prioritárias em Moçambique visando à nutrição e, posteriormente discorre-se em torno dos ambientes alimentares. Neste contexto, na figura 1 encontra-se apresentado a estrutura dos sistemas alimentares em Sussundenga.

Figura 1: Estrutura dos sistemas alimentares: tendências e desafios, em Sussundenga, 2019.



Fonte: Figura adaptada de HLPE (2020).

Na figura 1 apresenta-se a percepção da estrutura do sistema alimentar do distrito de Sussundenga, baseada nas dimensões propostas pelo Painel de Especialistas de Alto Nível (HLPE, 2020), de forma a facilitar a compreensão das tendências e desafios a partir das interações entre as diferentes variáveis. Dessa maneira, conforme fica evidenciado, o sistema alimentar nas suas relações apresenta-se como complexa, desde a produção, o abastecimento de alimentos, os ambientes alimentares, os comportamentos dos consumidores e a diversidade dietética, que se repercute no estado nutricional dos indivíduos. Vale lembrar que, além dessas dimensões o sistema alimentar engloba as atividades como o processamento, a distribuição, preparação e consumo de alimentos, incluindo os resultados dessas atividades num sentido mais amplo, nas esferas socioeconômica, cultural e ambiental. Por isso, há cada vez maior reconhecimento da necessidade de sua abordagem, fundamentalmente devido a sua potencial contribuição na garantia de um direito fundamental, a alimentação (Waage, et al., 2015; HLPE, 2017; Salcedo Fidalgo & Morales, 2019; Fanzo, et al., 2020; Maestre, et al., 2017).

Nesse sentido, conforme pode-se ilustrar na figura 1, existem seis grandes fatores moduladores das tendências, os desafios e potenciais oportunidades nos sistemas alimentares, nomeadamente: biofísicos e ambientais; tecnológicos, inovação e infraestruturas; econômicos e de mercado; políticos institucionais; socioculturais e demográficos.

Deste modo, passamos a discorrer em torno dos fatores moduladores, começando pelo biofísico e ambiental, destacando-se as mudanças climáticas, onde os ciclones ocupam um lugar de destaque, dada a sua frequente ocorrência em Moçambique. Na sequência estão as infestações por insetos que afetam os campos produtivos; a estiagem que torna os campos improdutivos; a Malária e diarreias, em parte decorrentes de problemas de saneamento básico que favorecem o desenvolvimento de agentes patógenos; a tuberculose, muitas vezes associada à AIDS.

Nesse contexto, as mudanças climáticas impactam significativamente na agricultura, afetando a SAN, no que tange a produção e disponibilidade de alimentos, conforme mostrado em publicação anterior no mesmo contexto e território (Buanango, et al., 2021). Efeitos idênticos também podem se fazer sentir quando surgem as pragas e doenças transmitidas por meio de alimentos (FAO, 2019). Isso pode sugerir que os fenômenos naturais podem afetar de forma importante os sistemas alimentares, situação que pode variar de região, sendo que a maior parte dos impactos negativos pode estar concentrada nas regiões tropicais e nos países subdesenvolvidos, onde já existem altas taxas de fome e pobreza. A exemplo, na África subsaariana, da qual Moçambique faz parte, a seca e os ciclones são dos principais fatores contribuintes no aumento da fome e desnutrição (HLPE, 2020).

Estudos indicam que mais da metade das pessoas vivendo em situação de insegurança alimentar crônica e na condição de desnutrição estão em países que sofrem ou são afetados por algum tipo de catástrofe ou conflito armado (FAO, 2019; Buanango, et al., 2020).

Na sequência, o segundo fator modulador do sistema alimentar trata-se da tecnologia, inovação e infraestruturas, no qual pode-se destacar a prática de agricultura sustentável (HLPE, 2020). Embora em Moçambique, particularmente em Sussundenga, tem-se incentivado a prática de agricultura de conservação, um sistema agrícola que utiliza um conjunto de técnicas visando a proteção do solo da erosão, a melhoria da fertilidade do solo, aumento da sua rentabilidade, contribuindo assim para a proteção do meio ambiente, melhorando a

sustentabilidade (Barbito & TendayiNyaruwata, 2015), foi observado que não há grandes tecnologias sob domínio dos pequenos produtores em Sussundenga. Entre outros, os insumos agrícolas, sobretudo, os cereais são conservados após à colheita pela maioria das famílias, para a sementeira da campanha agrícola seguinte, enquanto outras famílias preferem adquirir as sementes nos estabelecimentos comerciais locais.

Sabe-se que as tecnologias criam oportunidade para a eficiência, ao mesmo tempo que se levantam críticas, sobretudo, em relação ao melhoramento genético de plantas (HLPE, 2020). Em Sussundenga, pode-se destacar a batata-doce de polpa alaranjada, cujo cultivo tem sido incentivado, tanto pelas autoridades administrativas, quanto por organizações não governamentais, dado o fato de ser uma das fontes de vitamina A. Porém essa prática tem colocado em risco a sobrevivência de variedades nativas, o que deveria ser mais bem discutido

No terceiro fator modulador do sistema alimentar, que se refere ao contexto econômico e de mercado, os debates têm sido conduzidos na direção das implicações do mercado de alimentos para a SAN. Nisso, as cadeias de abastecimento agroalimentares parecem atuar em benefício das grandes corporações dentro dos sistemas alimentares. Assim, o acesso limitado à terra, recursos e mercados para os pequenos produtores têm sido indicados como elementos centrais que afetam os meios de subsistência no meio rural (HLPE, 2020). Vale lembrar que a venda da terra em Moçambique é ilegal, pois a lei determina que a terra é propriedade do Estado, sendo por isso proibida a sua venda (Moçambique, 1997). Entretanto, apesar dessa proibição, a venda de terra é um “negócio” que acontece com alguma frequência, inclusive, sob influência de determinadas estruturas administrativas de nível local. A realidade de Sussundenga mostra que as famílias estão ficando sem ou com cada vez menores porções de terra, pois sujeitam-se a vender parte dela, sobretudo para as grandes companhias agrícolas locais. É um cenário crítico e insustentável, sobretudo, no contexto rural em Moçambique, onde a agricultura é a principal atividade para a subsistência das famílias.

Na variável sociocultural como fator modulador do sistema alimentar, o empoderamento da mulher é necessário, mas ainda representa um desafio na sociedade moçambicana, sobretudo, em Sussundenga, pois a maior parte das mulheres dedica-se apenas a atividades domésticas e cuidados da família. Nesse sentido, estudos indicam que a problemática das desigualdades socioeconômicas representa ameaça à coesão social e estabilidade política (FAO, 2019). Ou seja, altas taxas de desigualdades têm sido associadas ao impacto negativo na redução da pobreza (FAO, 2017; Nações Unidas [UN], 2019).

O acesso desigual aos recursos agrícolas e distribuição desigual de renda estão relacionados à insegurança alimentar e nutricional, onde as populações rurais praticantes da agricultura familiar para a subsistência são especialmente marginalizadas, particularmente as mulheres rurais moçambicanas que enfrentam a pobreza e barreiras em relação ao acesso a ativos produtivos para a agricultura, como a terra, crédito e insumos agrícolas (FAO, 2017; HLPE, 2019). Além disso, as desigualdades sociais também podem afetar a resiliência das comunidades diante dos desastres ambientais (HLPE, 2019).

Vale destacar que, as normas e valores sociais ou culturais (religião, publicidade, gostos, costumes, modos de preparação, o modo em que as refeições têm lugar, se é preparada ou não alguma comida especial, eventualmente em dias festivos, de que forma a comida produzida localmente é valorizada, etc.) influenciam a demanda do consumidor por certos tipos de alimentos (Ericksen, 2008). No entanto, as manifestações da cultura alimentar podem

ser afetadas por um ambiente que não favoreça o acesso ao alimento. Em condições muitas vezes de consumo do alimento que se tem, quando tem, sem qualquer oportunidade de escolha.

Por sua vez, o componente demográfico também é pontuado como um dos determinantes na estrutura do sistema alimentar, na medida em que, as mudanças demográficas afetam os padrões de produção e consumo de alimentos. Em Sussundenga, as taxas de crescimento da população tem vindo a aumentar, tendo em conta que em 1997 sua população estimada era de 92.622 habitantes. Presentemente, como foi mencionado, o distrito conta com cerca de 182.013 habitantes (Instituto Nacional de Estatística [INE], 2011; INE, 2017). No entanto, não parece que a oferta de serviços essenciais tenha aumentado na mesma proporção. A questão de saneamento, por exemplo, não parece que esteja sendo tratada com a prioridade que ela merece, ou seja, na dimensão do crescimento populacional. Como resultado disso, as comunidades, sobretudo, as crianças são acometidas por diarreias, em parte devido as deficientes condições higiênico sanitárias e de acesso à água. Ainda relacionado ao componente demográfico, em estudos tem sido apontada a migração como um elemento que afeta as dietas e a nutrição, na medida em que, a emigração para os meios urbanos, supostamente em busca de melhores condições de vida enfraquece a capacidade das comunidades rurais na produção de alimentos, devido a perda de forças de trabalho (HLPE, 2017; Thow, et al., 2016). Sobre esse assunto, importa referir que, a realidade de Sussundenga não mostrou haver essa movimentação de pessoas para os centros urbanos, pelo contrário, deparamos com situações de mulheres que começavam a vida, vindas de outros lugares após separação dos seus cônjuges.

Quanto ao modulador biofísico, destacam-se o abastecimento alimentar, a utilização excessiva de agrotóxicos, queimadas do solo e invasão de animais silvestres nas terras produtivas, dificuldades para deslocamento dos alimentos de um lugar para o outro, devido ao fraco acesso ao transporte e condições para o armazenamento, que pode estar relacionado aos aspectos tecnológicos.

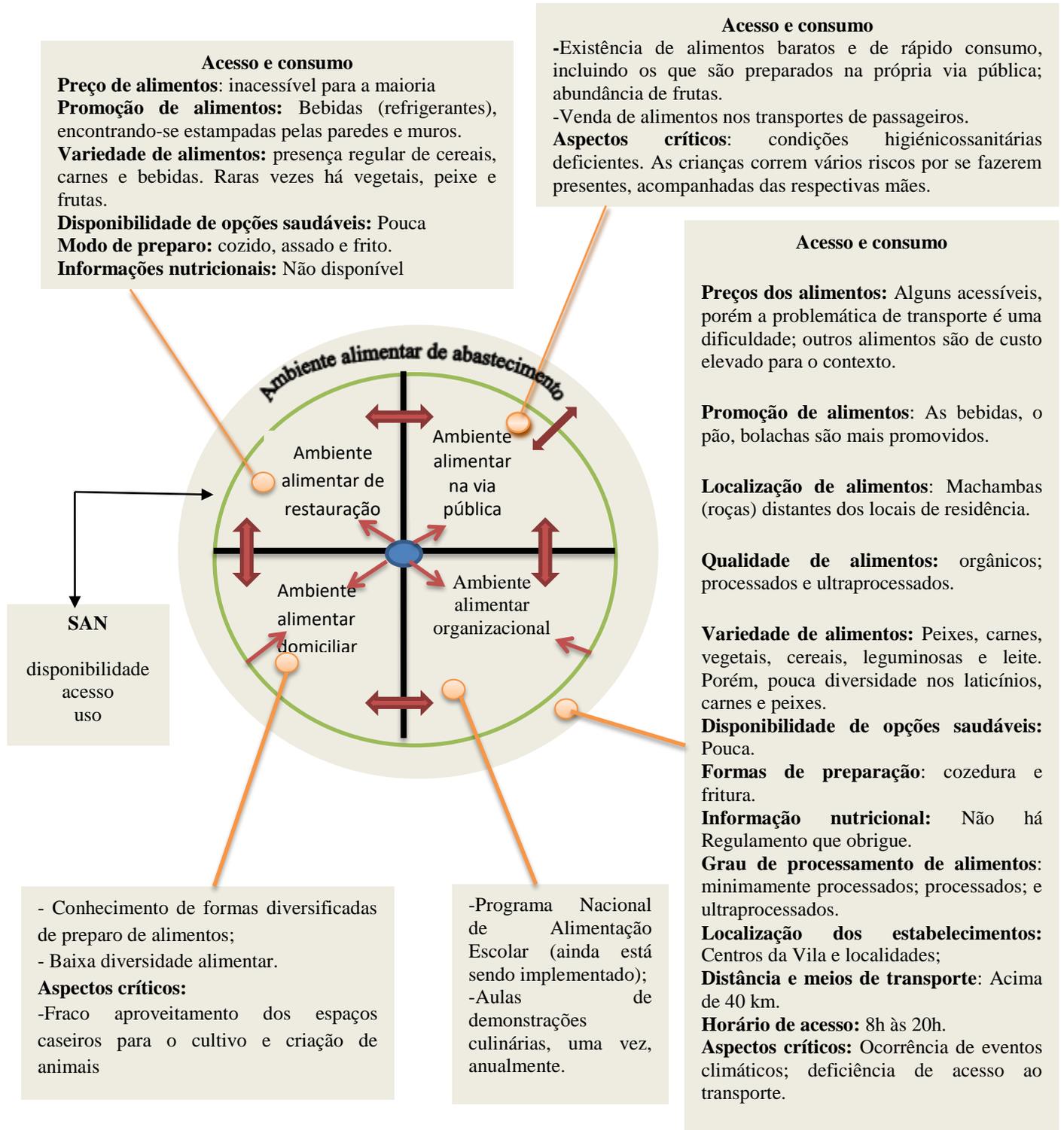
Neste contexto, em relação aos insumos/ recursos primários, em Sussundenga, podem-se destacar a terra arável disponível; tração animal; enxadas de cabo curto; agricultura e comércio, onde a mulher constitui a principal mão-de-obra.

O sistema em monocultura ou produção isolada ocorre quando, em uma determinada área, a produção vegetal ou animal se dá de forma isolada em um período específico, geralmente correspondente a um ano agrícola (Hirakuri, et al., 2012; Chiavenato, 2004). Relacionado a esse sistema, em Sussundenga, nalgumas parcelas produtivas tem havido o cultivo do milho intercalado por períodos de pousio, momentos em que as comunidades deixam as terras por algum período, para cultivar nas baixas (lugares próximos às margens de rio). Por sua vez, o sistema de produção em sucessão de culturas era possível encontrar em tempos atrás, onde por vários anos, nalguns campos produtivos predominava a repetição sazonal de uma sequência de espécies no mesmo espaço. No entanto, com o tempo, esse sistema foi sofrendo transformações, conforme foram se retirando do território, seus principais praticantes, essencialmente companhias estrangeiras. No entanto, é o sistema em consorciação de culturas ou policultivo, que pode-se dizer que é o mais adotado, sobretudo, pelos grandes produtores, através de um sistema consorciado entre o feijão e a mandioca, cultivados nas entrelinhas do milho-(Hirakuri, et al., 2012).

Como se pode depreender, vários fatores podem determinar as tendências da estrutura dos sistemas alimentares, que por sua vez incorpora o ambiente alimentar e que, a depender de suas características, favorece ou

não a segurança alimentar e nutricional (Figura 2).

Figura 2: Esquema de ambientes alimentares em Sussundenga: Chidowa, Sussundenga Sede e Munhinga, 2019.



Fonte: Figura adaptada pelos autores (2021) a partir do modelo de Gálvez Espinosa et al. (2019).

Na figura 1, apresenta-se a sistematização de ambientes alimentares, com indicação de aspectos que podem condicionar e ou influenciar a SAN.

O ambiente alimentar pode ser descrito como o contexto em que o indivíduo está inserido, onde as circunstâncias de acesso ao alimento, a disponibilidade, preço e qualidade acabam norteando suas escolhas alimentares (Costa, et al., 2015; Ahmed, 2019). A limitação do acesso aos alimentos saudáveis pode denominar uma área de deserto alimentar devido à pouca densidade de estabelecimentos de aquisição de alimentos in natura (Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional [CAISAN], 2018), ou com o predomínio de estabelecimentos que comercializam alimentos ultraprocessados em relação as opções saudáveis, os pântanos alimentares (Vandevjvere, et al., 2019). Este cenário é sugestionado pela indústria de alimentos, governo, sociedade e por fatores individuais do consumidor de alimentos (Swinburn, et al., 2013)

Vale destacar que, as últimas décadas têm sido caracterizadas pela ocorrência de vários estudos abordando os modelos teóricos conceituais para a compreensão dos ambientes alimentares, seja de forma direta ou indireta (Ahmed, 2019; McKinnon, 2009; Story, et al., 2008; Glanz, et al., 2015; Cummins, 2003). Como vários outros modelos que foram surgindo (Wyse, et al., 2015; Herforth & Ahmed, 2015), pode-se mencionar o modelo ecológico apresentado por Chan (2015), que evidencia potenciais forças que podem moldar comportamentos de saúde. Apesar disso, ainda são poucos os modelos que tentam explicar e integrar a complexidade de ambientes alimentares e seus fatores condicionantes. Neste contexto, destacamos o modelo de (Gálvez Espinoza, et al., 2017) adotado nesse estudo. Embora tenha sido elaborado num território geográfico diferente, as semelhanças entre as duas realidades e sua abrangência constituíram os principais motivos para a sua escolha. Trata-se de modelo adequado ao estudo de ambiente alimentar e seus fatores condicionantes, pois apresenta categorias e relações que interagem de forma multidirecional e complexa, especulando-se, também, que seja uma das melhores opções quando se pretende ter entendimento sobre a realidade, de forma holística, particularmente em relação à ligação entre os sistemas alimentares, ambientes alimentares e segurança alimentar e nutricional (Gálvez Espinoza, et al., 2017). Na lógica do modelo, existem cinco ambientes alimentares, entre os quais: doméstico ou domiciliar; de restauração; da via pública; de abastecimento e organizacional (Gálvez Espinoza, et al., 2017). Passamos a destacar cada um dos ambientes elencados.

Ambiente domiciliar ou doméstico é tido como um dos mais complexos, devido ao seu nível de produção ou transformação de alimentos. Aliás, sabe-se que é a partir de casa onde marcam-se os primeiros passos para a socialização primária, como também é onde começa e se desenvolve a transmissão da maioria das preferências e tradições alimentares, conforme já evidenciado nalguns estudos (Mennella & Beauchamp, 2005).

Conforme pode-se notar na figura 2, um dos aspectos que está influenciando o ambiente alimentar no nível doméstico é a falta de informação para as variadas opções de preparo de alimentos de forma saudável, pois, as mulheres que preparam as refeições, na maioria das vezes, não tendo a possibilidade de se relacionar com as outras pessoas, dada a proibição pelos respectivos parceiros, associada a fatores socioculturais, elas continuam com a mesma forma de preparo, transmitida pela família. Essa falta de informação ou de conhecimento sobre preparo de alimentos é notória, por exemplo no não preparo de suco natural de frutas, num contexto em que o distrito tem muita

disponibilidade física de frutas. Devido a isso, a situação tem contribuído para que facilmente as pessoas adiram à compra de produtos industrializados, como bebidas e refrigerantes artificiais (Hartmann & Siegris, 2013). Somando-se a isso, considerando o fato de as mulheres passarem mais tempo nas ruas ou nas machambas em busca de sustento para a família, sua ausência na casa durante essas atividades pode ter algum impacto no consumo de alimentos para a família, pois, muitas das vezes são crianças menores que acabam tomando a responsabilidade de preparar os alimentos, nessas circunstâncias. Aliás, a esse respeito, Kramer et al. (2012) acreditam que o modo de preparo de alimentos pode influenciar a qualidade e a saúde dos indivíduos, sobretudo, de crianças.

O ambiente alimentar na via pública ou simplesmente “comida de rua”, conforme sugerem Bereda et al. (2016), é dos ambientes mais abundantes em Sussundenga. Trata-se de um ambiente relacionado à venda de comida e bebidas prontas ou pré-preparadas, especialmente nas ruas, em torno de centros comerciais ou outros lugares públicos, para o consumo imediato ou sem necessidade de preparo a posterior (Bereda, et al., 2016). A característica comum desse tipo de ambiente é o preço praticado, que é considerado acessível, inclusive por alguns grupos de baixa renda, contribuindo assim para sua maior procura. Vale ressaltar que, para a maioria da população de Sussundenga, depois da agricultura, o comércio informal é uma das principais fontes de renda, como também o é para a maioria da população do país. Apesar de sua importância na economia, os alimentos vendidos nesses lugares apresentam maiores riscos de contaminações, porquanto ficam a céu aberto e, muitas vezes, não cobertos (Bereda, et al., 2016), num chão sem asfalto, sofrendo inúmera exposição, sobretudo, durante a noite, pois, enquanto vende-se, funcionários municipais fazem a limpeza, varrendo o chão. Nisso, muita poeira é levantada, tendo em conta o tipo de solo da região, representando um risco à saúde das pessoas que se encontram comercializando, bem como para as pessoas quem por aí passam para comprar os alimentos.

É importante notar que, faz parte da “estratégia” dos vendedores ambulantes nesse ambiente alimentar, levar os alimentos que estão à venda aos seus clientes. Geralmente operam em lugares como terminais de ônibus, escolas, mercado e ruas, sendo as crianças um dos grupos que buscam-se atingir. A situação é preocupante, na medida em que esses locais, também têm a particularidade de atender muito pouco aos requisitos de segurança dos alimentos, representando, deste modo, riscos à saúde, associados à contaminação microbiana (Fórum Global sobre Segurança Alimentar, 2011).

Vários estudos realizados nos países africanos reforçam essa situação sobre os alimentos da rua, devido às condições inapropriadas em que são mantidos, sendo que, além da questão da temperatura, os alimentos já prontos para o consumo são excessivamente manuseados pelas mãos, e comercializados em locais de muita imundície (Bereda et al., 2016). Nesse sentido, aconselha-se que, as Autoridades administrativas direcionem maior atenção na criação de melhores condições sanitárias, acompanhadas de estratégias para a melhoria de conhecimentos sobre o padrão de qualidade da comida.

Dados os constrangimentos apresentados, sobretudo, de ordem sanitária, a atividade de venda de comida na rua é carregada de polêmica. Vale lembrar que, em muitos desses lugares, encontram-se presentes alguns dos principais traços da cultura alimentar da região, e a cultura no geral, onde por exemplo, pode-se ver evidenciada a problemática da relação de gênero, onde além de mulheres, também encontram-se as crianças comercializando (Bereda, et al., 2016).

Passemos ao ambiente alimentar organizacional que refere-se ao local de venda e fornecimento de alimentos nos espaços da organização (Gálvez Espinoza, et al., 2017). No caso em concreto, vale ressaltar que para esse estudo, nos centramos no ambiente alimentar da escola de Munhinga, incluindo o seu entorno. Deste modo, pesquisadores têm cada vez mais reconhecido o papel da alimentação na promoção da saúde e proteção contra doenças. E a escola tem sido apontada como espaço privilegiado para a implementação de ações de promoção da saúde, esperando-se que venha desempenhar papel importante na formação de valores, hábitos, estilos de vida, entre eles, a alimentação, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde (Accioly, 2009).

Constatou-se na escola, a presença de muitos alimentos processados e açucarados. Vale ressaltar que, em Moçambique, embora tenha sido aprovado em 2013 o Programa de Alimentação Escolar (Granheim, 2013), ainda não foi implementado conforme o previsto na escala nacional. Daí que, os alunos da Escola de Munhinga vão com a merenda para à escola, muitas vezes a merenda é mesmo a comida que sobrou de refeições do dia anterior, ou quando isso não acontece, os pais dão dinheiro para que comprem os alimentos disponíveis no recinto ou entorno da escola.

Cabe destacar que, durante a coleta de dados, constituiu oportunidade o decurso de aula sobre demonstrações culinárias na escola, que tem acontecido pelo menos uma vez em cada ano letivo, envolvendo alunos da primeira à sétima séries. Trata-se de um momento em que os alunos levam à escola produtos alimentares para posterior confecionamento, em espaço aberto. A partir da observação dessa atividade, foi notória a preferência por alimentos como macarrão e peixe frito. Nessa ocasião, a professora que orientava a aula preparou um rato frito (conhecido localmente por rato da roça, bastante apreciado e consumido pelas comunidades). Refira-se que, nessa região existe muita disponibilidade de alimentos como vegetais, tubérculos, leguminosas e frutas. Eventualmente nessas ocasiões fosse importante a presença de mais alimentos localmente disponíveis, podendo assim ser um verdadeiro veículo na promoção pela alimentação saudável.

Passemos de seguida ao ambiente de restauração, que engloba, entre outros componentes, restaurantes, locais de preparo rápido de comida, bares e meios de transporte (De Rezende, 2012). As pessoas que acorrem a esses locais, geralmente são adultas e trabalhadoras e, dependendo das circunstâncias, há crianças que também se fazem presentes acompanhadas pelas pessoas adultas.

Dos locais de comercialização de refeições observados, dois deles dedicam-se ao preparo de *xima* (semelhante a polenta, porém mais endurecida), arroz, frango e carne de cabrito; o terceiro estabelecimento prepara arroz, *xima*, batata-frita, frango assado e cozido, carne bovina, peixe assado e, por vezes, salada de alface, além de *hamburguers*. O quarto e último estabelecimento, uma lanchonete dedica-se somente ao preparo de *hamburguers* e sandes de ovo. Vale lembrar que, nessa região, há muita disponibilidade de hortaliças, como couve, alface, repolho, tomate, etc, que podem ser encontrados muito facilmente. Mas o que acontece é que a alface, por exemplo é servida em apenas um dos estabelecimentos e, somente quando solicitada pelo cliente. No seu cardápio os preços de comida são considerados mais elevados quando comparado aos outros, pois chega a equiparar-se aos preços praticados nos centros urbanos.

Todavia, o aspecto comum nesses quatro estabelecimentos de preparo e venda de alimentos é a grande presença de refrigerantes e sucos artificiais de vários tipos, impulsionados pela influência do mercado publicitário.

Sabe-se que sucos artificiais, bem como refrigerantes contém aditivos químicos, além de apresentar preocupação com alto teor de açúcar (Toloni, et al., 2011). Com a abundância de frutas na região, como a laranja, banana, abacate, tangerina, manga, e cana-de-açúcar, esperava-se encontrar estabelecimentos preparando suco natural. Além disso, nenhum dos locais apresentava informação nutricional dos pratos oferecidos. A esse respeito, Sloan & Bell (1999) acreditam que seja uma prática comum, sobretudo, nos países africanos, e aconselham que consumidores tenham acesso às informações nutricionais, porquanto aumentaria seu conhecimento sobre nutrição, para que se busca por dietas mais benéficas à saúde, no caso das pessoas que tenham condições para o efeito.

Passemos ao ambiente de abastecimento, que apresenta uma dupla dimensão, pois além de ser um ambiente alimentar por si só, também interfere nos demais ambientes alimentares, e na SAN de forma direta, sobretudo, na disponibilidade e acesso ao alimento (Pessoa, et al., 2015; Chen & Kwan, 2015). Neste contexto, nas regiões estudadas, o abastecimento tem sido influenciado por determinantes como o acesso ao transporte. A exemplo, o peixe cultivado em cativeiro pelos produtores locais, raras vezes encontra-se disponível nos mercados locais, pois os criadores têm dificuldades de fazer chegar a esses mercados, devido a dificuldades de acesso ao transporte para os centros comerciais, além de dificuldades relacionadas à conservação, tendo por isso, nalgumas vezes como alternativa, recorrido ao processamento mínimo, especificamente ao salgamento e secagem do peixe, um processo que, eventualmente altera a composição nutricional do alimento (Erickson, 2008).

Na perspectiva de compreender o funcionamento dos mercados locais, passamos a destacar a sua organização, com vista a descrever todo o contexto relacionado à venda de alimentos no ambiente na via pública, iniciando pelo maior mercado, trata-se do mercado de Sussundenga-Sede. Concentra em seu interior vários pequenos estabelecimentos comerciais, com diversificados tipos de alimentos: Segundo relato é onde existem infra-estruturas comerciais feitas ainda durante o regime colonial, localmente designadas por *bazar*. São comercializados neste mercado vários alimentos, entre eles, vegetais, legumes, frutas, leguminosas, tubérculos, cereais. O inhame, a mandioca, a batata-doce e o milho estão entre os alimentos que são preparados no local para a venda já pronto para o consumo.

Cabe ressaltar que, nem todas as pessoas que pretendem comercializar conseguem ter espaço ou recurso para construir seu estabelecimento dentro do bazar, por isso, como alternativa, muitas delas se posicionam nas laterais de estradas, arredores do mercado, para venderem seus produtos alimentares em barracas desmontáveis, feitas de madeira. O número de pessoas varia muito, dependendo dos dias, locais e horários. Nota-se maior movimentação durante os finais de semana, a partir do período da tarde, quando o sol abrandando, o número aumenta significativamente, chegando até a atingir centenas de barracas ou pequenos quiosques durante o período da noite, ocupando todos os espaços nas ruas. As crianças são atribuídas a tarefa de venda de refrigerantes, bolachas, ovos cozidos, amendoim, no terminal de transportes, por alegadamente disporem de agilidade para correr ao encontro de clientes nos transportes semi coletivos de passageiros.

Nesse mesmo mercado, especificamente, os alimentos processados ou industrializados são comercializados em pequenas lojas pertencentes, na sua maioria, aos cidadãos de origem asiática (bangladesa).

Por sua vez, o mercado de Munhinga, também caracteriza-se pela divisão em pequenos estabelecimentos particulares. Em jeito de apoio, de acordo com relato, as autoridades disponibilizaram espaços para que fossem

construídas algumas pequenas lojas, na base de material convencional, porém, a iniciativa não surtiu os efeitos desejados. À semelhança do de Sussundenga-Sede, os espaços à beira de ruas são transformados em locais de comércio informal, onde é possível verificar vários produtos alimentares colocados sobre o chão. Porém, diferentemente do mercado de Sussundenga-Sede, o comércio em Munhinga acontece essencialmente durante o dia, caracterizado por vendas de bolos fritos (bolinhos de chuva), cana-de-açúcar, batata-doce, tangerina, laranja, repolho e peixe. O comércio de produtos alimentares processados e industrializados, na sua maioria, também é feito na sua maioria por estrangeiros.

No interior dos mercados, tanto no de Munhinga quanto no de Sussundenga-Sede, vendem-se diversos tipos de hortaliças, além de peixe-seco e óleo de cozinha (utilizado e descartado). Os comerciantes têm acesso a esse óleo e disponibilizam para a venda a preços mais baixos que o óleo não utilizado. Porém, o óleo usado parece representar maiores riscos à saúde humana, até porque para a sua reutilização, os usuários costumam esquentá-lo, para derretê-lo, o que pode ser um dos indícios de possíveis malefícios que possa causar no organismo humano.

Por seu turno, em Chidowa, os pequenos espaços construídos com recurso ao material local (estacas, bambús, sacos, argila) são transformados em feiras livres. Com a passagem do ciclone Idai em março de 2019, várias barracas foram destruídas, além de ter resultado na redução da disponibilidade de alimentos, sobretudo, mandioca, batata-doce, inhame e milho. Esse fato contribuiu para o aumento dos preços praticados para esses produtos, bem como na redução no seu consumo. Nas barracas que resistiram, ficaram disponíveis apenas produtos industrializados, como o suco artificial em pó, bolachas e caldo *Knorr*. Em parte, essa pouca disponibilidade e diversidade de alimentos se devem, também, ao fato de não existirem serviços essenciais, aliado ao fraco poder de compra da população. Aliás, sobre isso, Pessoa (2013) indicou no seu estudo que, os estabelecimentos de venda de alimentos estão presentes consoante a renda das pessoas circunvizinhas, o que não é o caso das comunidades de Chidowa. Ou seja, onde há maior renda, também existe um potencial de existência de inúmeros estabelecimentos comerciais (Pessoa, 2013), o que é importante na estratégia de promoção da saúde (Costa, et al., 2015).

Face a essas dificuldades e outras como a questão do acesso à água, a comunidade de Chidowa quando necessita de alimentos como peixe, frango, leguminosas e algumas hortaliças, sujeita-se a percorrer à pé distâncias superiores à 40 km, inclusive para ter acesso aos cuidados básicos de Saúde. Essa situação pode estar na origem de altas taxas de abandono ao tratamento hospitalar e consultas pré-natais, além de interrupção no seguimento do tratamento de desnutrição aguda em crianças.

4. Considerações finais

A discussão feita neste artigo não pretendeu encerrar o debate sobre o tema, mas foi uma tentativa de evidenciar o papel importante e determinante do sistemas alimentar nos ambientes alimentares e na segurança alimentar e nutricional. O distrito de Sussundenga é somente um recorte destes cenários. Contudo, pode ser que nos diferentes distritos e províncias de Moçambique a situação seja a mesma, de condições de insegurança alimentar e nutricional, face as interações com os seus determinantes ou componentes.

De modo geral, os resultados mostram a importância do sistema alimentar nos ambientes alimentares, bem

como sua relevância na segurança alimentar e nutricional. Neste contexto, pode-se dizer que, o sistema alimentar no distrito de Sussundenga apresenta alguns desafios importantes, sobretudo, na questão geofísica e ambiental que afeta a produção, disponibilidade, acesso e consumo de alimentos, sobretudo, os ambientes alimentares. As vendas que são efetuadas na via pública, pelas condições higiênicossanitárias associadas a problemas de acesso à água, representa risco para a saúde dos consumidores, sobretudo, para as crianças menores, que ao consumirem os alimentos contaminados, têm maiores riscos de apresentarem consequências mais graves, por meio de doenças transmitidas por alimentos que causam desidratação, em consequência de vômitos e diarreia, podendo afetar a saúde e seu desenvolvimento, inclusive, seu estado nutricional. Enquanto no ambiente alimentar de restauração existe pouca diversidade de alimentos disponíveis.

Os estabelecimentos comerciais podem ser importantes promotores de alimentação saudável, sendo por isso aconselhável que os tomadores de decisões a nível de políticas públicas possam criar condições e sugerir que os proprietários desses estabelecimentos possam melhorar as condições de venda e a diversificação de dietas, contemplando sucos naturais, frutas, hortaliças, leguminosas. Sugere-se ainda que, na escola, as ações relacionadas à alimentação devam valorizar os produtos locais.

Por sua vez, o sistema alimentar e seus vários determinantes ou componentes na sua interação pode estar afetando a SAN, propiciando, assim, maiores riscos para a saúde, em particular, para a condição da desnutrição infantil. A exemplo, fenômenos naturais podem estar reduzindo a disponibilidade de alimentos, piorando a situação nos lugares que já deparam com dificuldades de abastecimento, dado acesso deficitário ao transporte, assim como as vias e limitada capacidade de renda. Somando-se a isso, estão as distâncias para obtenção de alimentos variados e saudáveis nalgumas regiões, aliado aos custos, considerados elevados para a capacidade aquisitiva da maioria nas comunidades.

Para trabalhos futuros, sugere-se a abrangência do *locus* da pesquisa e abordagem multidisciplinar, para que mais pesquisadores possam denunciar e alertar sobre os riscos relacionados à manutenção de ambientes e sistemas alimentares deficitários, para que se promovam ambientes capazes de promover a saúde no geral, bem como a SAN, e através disso, poder-se reduzir e prevenir a ocorrência da desnutrição nos territórios.

5. Referências

- Accioly, E. (2009). A escola como promotora da alimentação saudável. *Ciência em Tela*, 2(2), 1-9. <http://www.cienciaemtela.nutes.ufrj.br/artigos/0209accioly.pdf>.
- Ahmed, S., Shanks, C. B., Dupuis, V. & Pierre, M. (2019). Advancing healthy and sustainable food environments: The Flathead Reservation case study. *UNSCN Nutr*, 44, 38-45.
- Barbito, A., TendayiNyaruwata, L. (2015) A agricultura de conservação e a sua sustentabilidade social. *Revista Electrónica de Investigación e Desenvolvimento*, 4, 1-15. <http://reid.ucm.ac.mz/index.php/reid/article/view/52/67>.
- Bereda, T.W., Emerie, Y.M., Reta, M.A., & Asfaw, H.S. (2016). Microbiological safety of street vended foods in Jigjiga City, Eastern Ethiopia. *Ethiop J Health Sci*, 26, 161-70.
- Buanango, M.A., Ferreira, V.A.D.S., Oliveira, M.R.M.de. (2020). Novo coronavírus SARS-CoV-2 e o agravamento da insegurança alimentar em países africanos com histórico de eventos climáticos e de conflitos armados. *Rev. Simbio-Logias*, 12(16), 118-141.
- Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. (2018). *Estudo Técnico Mapeamento dos Desertos Alimentares no Brasil*. Secretaria-Executiva da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional Ministério do Desenvolvimento Social. https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/noticias/arquivos/files/Estudo_tecnico_mapeamento_desertos_alimentares.pdf.

- Chan, C. (2015). *Food Environment, Health and Chronic Disease. Green paper prepared for the Alberta Institute of Agrologists*. http://www.albertaagrologists.ca/document/1911/Mar30_Green%20PaperFinal.pdf.
- Chen, X. & Kwan, M-P. (2015). Contextual uncertainties, human mobility, and perceived food environment: The uncertain geographic context problem in food access research. *Am J Public Health*, 105(9), 1734–1737. doi: 10.2105/AJPH.2015.302792.
- Chiavenato, I. (2004). *Introdução à teoria geral da administração*. São Paulo: Editora Campus, 7.ed.
- Costa B.V.de L., Oliveira, C.D.L. & Lopes, A.C.S. (2015). Ambiente alimentar de frutas e hortaliças no território do Programa da Academia da Saúde. *Cadernos de Saúde Pública*, 31 (S), 1–11. <http://dx.doi.org/10.1590/0102-311X00027114>.
- Cummins, S.C.J. (2003). The local food environment and health: Some reflections from the United Kingdom. *Am J Public Health*, 93(4), 521. doi: 10.2105/ajph.93.4.521.
- De Rezende, D.C., De Avelar, A.E.S. (2012). Factors that influence the consumption of food outside the home in Brazil. *Int J Consum Stud*, 36(3), 300–306. <https://doi.org/10.1111/j.1470-6431.2011.01032>.
- Downs, S.M., Ahmed, S., Fanzo, J., & Herfort, H. (2020). Food Environment Typology: Advancing an Expanded Definition, Framework, and Methodological Approach for Improved Characterization of Wild, Cultivated, and Built Food Environments toward Sustainable Diets. *Foods*, 9 (4), 2–32. doi:10.3390/foods9040532.
- Ericksen, P.J. (2008). Conceptualizing food systems for global environmental change research. *Global Environmental Change*, 18, 234–245. doi:10.1016/j.gloenvcha.2007.09.002.
- Fanzo, J., Haddad, L., McLaren, R. Marshall, Q., Davis, C., Herforth, A., Jones, A., Beal, T., Tschirley, D., Bellows, A., Mlachon, L., Gu, Y., Bloem, M., & Kapuria, A. (2020). The Food Systems Dashboard is a new tool to inform better food policy. *Nature Food*, 1, 243–246.
- Ferreira, A.L., Pereira, M.F.W. (2013). O Mapa Falante como Instrumento do Processo Ensino-Aprendizado do Aluno de Medicina: Relato de Experiência. *Revista de Pediatria SOPERJ*, 14(1), 29-32.
- Fórum Global sobre Segurança Alimentar e Nutrição (2011). Alimentos de venta callejera: el camino a seguir para una mejor seguridad alimentaria y nutrición. http://www.fao.org/fsnforum/sites/default/files/file/73_street_foods/summary_73_street_food_sp.pdf.
- Fundo das Nações Unidas para a Infância. (2019). *A má alimentação prejudica a saúde das crianças em todo o mundo, adverte o UNICEF. A pobreza, a urbanização, as mudanças climáticas e as más escolhas alimentares resultam em dietas prejudiciais para a saúde*. <https://www.unicef.org/mozambique/comunicados-de-imprensa/m%C3%A1-alimenta%C3%A7%C3%A3o-prejudica-sa%C3%BAde-das-crian%C3%A7as-em-todo-o-mundo-adverte-o>.
- Fundo das Nações Unidas para a Infância. (2016). Nutrição. Para cada criança, nutrição. <https://www.unicef.org/mozambique/nutri%C3%A7%C3%A3o>.
- Ganpule-Rao, A.V., Roy, D., Karandikar, B.A., Yajnik, C.S., & Rush, E.C. (2019). Food Access and Nutritional Status of Rural Adolescents in India: Pune Maternal Nutrition Study. *American Journal of Preventive Medicine*, 58(5), 728-735. doi: 10.1016/j.amepre.2019.10.017.
- Gálvez Espinoza, P., Egaña, D., Masferrer, D. & Cerda, R. (2017). Propuesta de un modelo conceptual para el estudio de los ambientes alimentarios en Chile. *Rev Panam Salud Publica*, 41, 1-9. doi: 10.26633/RPSP.2017.169.
- Glanz, K., Sallis, F., Saelens, B.E., Frank, L.D. (2005). Critical Issues and Trends Healthy Nutrition Environments: Concepts and Measures. *American Journal of Health Promotion*, 19(5), 330–333. doi: 10.4278/0890-1171-19.5.330.
- Godfray, H.C.J., Beddington, J.R., Crute, I.R., Haddad, L., Lawrence D., Muir, J.F., Pretty, J., Robinson, S., Thomas, S.M., Toulmin, C. (2010). Food security: the challenge of feeding 9 billion people. *Science*, 327, 812–818.
- Granheim, C.I.O. (2013). *Análise de Políticas Nacionais Impacto dos sistemas agrícolas e alimentares na Nutrição Moçambique*. United Nation Systems, Standig committee of nutrition.
- Hartmann, C., Dohle, S., & Siegrist, M. (2013). Importance of cooking skills for balanced food choices. *Appetite*, 65, 125–131. <https://doi.org/10.1016/j.appet.2013.01.016>.
- Herforth, A., & Ahmed, S. (2015). The food environment, its effects on dietary consumption, and potential for measurement within agriculture-nutrition interventions. *Food Security*, 7(3), 505–520. doi: 10.1007/s12571-015-0455-8.
- Hirakuri, M.H., Debiasi, H., Procópio, S.de.O., Franchini, J.C., Castro, C.de. (2012). *Sistemas de Produção: conceitos e definições no contexto agrícola*. Londrina: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária Embrapa Soja, <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/69333/1/Doc-335-OL.pdf>

- Ingram J. (2011). A food systems approach to researching food security and its interactions with global environmental change. *Food Secur.* 3, 417–431
- Instituto Nacional de Estatística. (2011). *Estatística do Distrito de Sussundenga*. <http://www.ine.gov.mz/estatisticas/estatisticas-territorias-distrитайs/manica/2011/distrito-de-sussundenga.pdf/view>.
- Instituto Nacional de Estatística. (2017). *Censo 2017 Brochura dos Resultados Definitivos do IV RGPH – Nacional*. <http://www.ine.gov.mz/iv-rgph-2017/mocambique/censo-2017-brochura-dos-resultados-definitivos-do-iv-rgph-nacional.pdf/view>
- Kramer, R.F., Coutinho, A.J., Vaeth, E., Christiansen, K., Suratkar, S., & Gittelsohn, J. (2012). Healthier home food preparation methods and youth and caregiver psychosocial factors are associated with lower BMI in African American youth. *J Nutr.* 142(5), 948–954. <https://doi.org/10.3945/jn.111.156380>.
- Maestre, M., Poole, N. & Henson, S. (2017). Assessing food value chain pathways, linkages and impacts for better nutrition of vulnerable groups. *Food Policy*, 68, 31-39.
- Marconi, M. de A., & Lakatos, E. M. (2003). *Fundamentos de metodologia científica*. 5. Ed. São Paulo: Atlas
- McKinnon, R.A., Reedy, J., Morrisette, M.A., Lytle, L.A., & Yaroch, L.A. (2009). Measures of the Food Environment A Compilation of the Literature, 1990–2007. *American Journal of Preventive Medicine*, 36, 124-133. doi:10.1016/j.amepre.2009.01.012.
- Mennella, J.A., & Beauchamp, G.K. (2005). Understanding the origin of flavor preferences. *Chem Senses*, 30(S1), 242–343. doi: 10.1093/chemse/bjh204.
- Meybeck, A. & Gitz, V. (2017). Sustainable diets within sustainable food systems. *Proc Nutr Soc. England*, 76(1), 1-11.
- Ministério de Administração Estatal. (2005). Perfil do distrito de Sussundenga província de Manica. Maputo.
- Moçambique. (1997). *Lei de Terras, Lei nº 19/97 de 1 de Outubro*. https://www.sheltercluster.org/sites/default/files/docs/lei_terras_mocambique.pdf
- Nações Unidas. (2019). Special edition: progress towards the Sustainable Development Goals: Report of the Secretary-General. Rome. <https://undocs.org/E/2019/68>.
- Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação. (2019). *The State of Food and Agriculture 2019. Moving forward on food loss and waste reduction*. Rome. <http://www.fao.org/3/ca6030en/ca6030en.pdf>.
- Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação. (2017). *The Future of Food and Agriculture – Trends and Challenges*. Rome.
- Painel de Especialistas de Alto Nível. (2020). *Food security and nutrition: building a global narrative towards 2030*. A report by the High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition of the Committee on World Food Security, Rome.
- Painel de Especialistas de Alto Nível. (2019). Agroecological and other innovative approaches for sustainable agriculture and food systems that enhance food security and nutrition. A report by the High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition of the Committee on World Food Security. HLPE report 14. Rome. <http://www.fao.org/3/ca5602en/ca5602en.pdf>.
- Painel de Especialistas de Alto Nível. (2017). *Nutrition and food systems. A report by the High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition of the Committee on World Food Security*, Rome. <http://www.fao.org/3/i7846e/i7846e.pdf>.
- Painel de Especialistas de Alto Nível. (2013). *Biofuels and food security. A report by the High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition of the Committee on World Food Security*. HLPE report 5. Rome. <http://www.fao.org/3/a-i2952e.pdf>.
- Pereira, A.S., Shitsuka, D.M., Parreira, F.J., & Shitsuka, R. (2018). *Metodologia da pesquisa científica*. UFSM. https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/358/2019/02/Metodologia-da-Pesquisa-Cientifica_final.pdf.
- Pessoa, M.C. (2013). *Ambiente alimentar e consumo de frutas, legumes e verduras em adultos de Belo Horizonte - MG*. [Tese Doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais].
- Pessoa, M.C., Mendes, L.L., Gomes, C.S., Martins, P.A. & Velasquez-Melendez, G. (2015). Food environment and fruit and vegetable intake in a urban population: A multilevel analysis. *BMC Public Health*. 15(1), 1-8. doi: 10.1186/s12889-015-2277-1.
- Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. (2020). *Por que precisamos de sistemas alimentares sustentáveis no mundo pós-pandemia*. <https://www.unep.org/pt-br/noticias-e-reportagens/reportagem/por-que-precisamos-de-sistemas-alimentares-sustentaveis-no-mundo>.
- Salcedo Fidalgo, H. & Morales, J.C. (2019). Nutritional Assessment Methodologies: Challenges and Opportunities for the Full Realization of the right to food and Nutrition. *Frontiers in Nutrition*, 6, 1-4. <https://doi.org/10.3389/fnut.2019.00035>.
- Sloan, M.E., & Bell, L.N. (1999). Fat content of restaurant meals: comparison between menu and experimental values. *Journal of the American Dietetic Association*, 99(6), 731-733.

- Story, M., Kaphingst, K.M., Robinson-O'Brien, R., Glanz, K. (2008). Creating healthy food and eating environments: Policy and environmental approaches. *Annu. Rev. Public Health*, 29, 253–272.
- Swinburn, B., Sacks, G., Vandevijvere, S., Kumanyika, S., Lobstein, T., Neal, B. et al. (2013). INFORMAS (International Network for Food and Obesity/noncommunicable diseases Research, Monitoring and Action Support): overview and key principles. *Obes Rev.*, 14(Suppl 1), 1–12.
- Thow, A.M., Fanzo, J. & Negin, J. (2016). A systematic review of the effect of remittances on diet and nutrition. *Food and Nutrition Bulletin*, 37(1): 42–64.
- Toloni, M.H.De.A., Longo-Silva, G., Goulart, R.M.M., & Taddei, J.A.de.A.C. (2011). Introdução de alimentos industrializados e de alimentos de uso tradicional na dieta de crianças de creches públicas no município de São Paulo. *Revista de Nutrição*, 24(1), 61–70. <https://doi.org/10.1590/S1415-52732011000100006>.
- Trochim, W. (1989). Outcome pattern matching and program theory. *Evaluation and Program Planning*, 12(4), 355-366. [https://doi.org/10.1016/0149-7189\(89\)90052-9](https://doi.org/10.1016/0149-7189(89)90052-9).
- Vandevijvere, S., Mackay, S., D'Souza, E., Swinburn, B. (2019). The first INFORMAS national food environments and policies survey in New Zealand: A blueprint country profile for measuring progress on creating healthy food environments. *Obes Rev.*, 20(Suppl 2),141–160.
- Vermeulen, S.J., Campbell, B.M., & Ingram, J.S.I. (2012). Climate Change and Food Systems. *Annu. Rev. Environ. Resour.* 37, 195–222. 0.1146/annurev-environ-020411-130608.
- Waage, J., Yap, C., Bell, S., Levy, C. & Mace, G., Pegram, T., Unterhalter, E., Dasandi, N., Hudson, D., Kock, R., Mayhew, S., Marx, C., Poole, N. (2015). Governing the UN Sustainable Development Goals: Interactions, infrastructures, and institutions. *The Lancet Global Health*, 3(5), 251-252. DOI: 10.1016/S2214-109X(15)70112-9.
- Wyse, R., Wolfenden, L., & Bisquera, A. (2015). Characteristics of the home food environment that mediate immediate and sustained increases in child fruit and vegetable consumption: mediation analysis from the Healthy Habits cluster randomised controlled trial. *Int J Behav Nutr Phys Act*, 12(1), 2–9. <https://doi.org/10.1186/s12966-015-0281-6>.

Capítulo 5

ARTIGO 4

Publicado na Revista Research Society and Development, Health and sciences, v.10, n.6 (2021)

Programas e ações de prevenção e combate à desnutrição em Moçambique: análise do trabalho em rede, a partir da dinâmica social, em Sussundenga

Programs and actions to prevent and combat malnutrition in Mozambique: analysis of networking, based on social dynamics, in Sussundenga

Programas y acciones para prevenir y combatir la desnutrición en Mozambique: análisis del trabajo en red, basado en la dinámica social, en Sussundenga

Maitu Abibo Buanango

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3828-7866>

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Brasil

E-mail: maytuabybo@gmail.com

Pedro Fernando Chimela Chume

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3116-9274>

Universidade Zambeze, Moçambique

E-mail: chumep@gmail.com

Maria Rita Marques de Oliveira

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3828-7866>

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Brasil

E-mail: maria-rita.oliveira@unesp.br

Resumo

O presente artigo procura analisar o trabalho em rede no distrito de Sussundenga, a partir da sua dinâmica social, buscando evidenciar os principais atores e sua relação no contexto da implementação de programas e ações visando à prevenção e combate à desnutrição infantil em Moçambique. Trata-se de um estudo transversal, descritivo, de abordagem qualitativa, que empregou a observação sistemática e entrevistas semiestruturadas aplicadas aos gestores de diversas áreas, ao produtor local, assim como, às mulheres das comunidades. As organizações governamentais e não governamentais têm contribuído nos vários programas e ações, sobretudo, referentes à segurança social e segurança alimentar e nutricional. Porém, o fraco envolvimento comunitário, sobretudo, das mulheres, em parte decorrente de dificuldades de natureza logística, de articulação e de coordenação institucional, podem estar comprometendo a eficácia na sua implementação. Considerando que essas mulheres trocam diversas informações relacionadas às práticas alimentares com outras mulheres na sua rede local, essa situação poderia ser tida como oportunidade para sua maior inserção e visibilidade no trabalho em rede visando à nutrição, aliadas as suas experiências e perspectivas de intervenção adequadas para um contexto de abordagem integrada. Deste modo, acredita-se que o trabalho em rede com envolvimento comunitário efetivo e igualitário, aliado à localização preferencialmente mais próxima possível do setor responsável pela coordenação das ações e programas no território onde estes são implementados, podem ser importantes nos resultados da prevenção e combate à desnutrição infantil, como também para a ressignificação e mobilização social em relação ao papel da mulher nos processos de desenvolvimento local.

Palavras-chave: Desnutrição infantil; rede social; trabalho em rede.

Abstract

This article seeks to analyze networking in the district of Sussundenga, based on its social dynamics, seeking to highlight the main actors and their relationship in the context of the implementation of programs and actions aimed at preventing and combating child malnutrition in Mozambique. This is a cross-sectional, descriptive study, with a qualitative approach, which used systematic observation and semi-structured interviews applied to managers in different areas, to the local producer, as well as to women in the communities. Governmental and non-governmental organizations have contributed to the various programs and actions, especially regarding social security and food and nutrition security. However, the weak community involvement, above all, of women, partly due to difficulties of a logistical nature, of articulation

and institutional coordination, may be jeopardizing the effectiveness in its implementation. Considering that these women exchange a variety of information related to eating practices with other women in their local network, this situation could be seen as an opportunity for their greater insertion and visibility in networking aimed at nutrition, combined with their experiences and perspectives of intervention suitable for context of an integrated approach. Thus, it is believed that networking with effective and egalitarian community involvement, coupled with the location preferably as close as possible to the sector responsible for coordinating actions and programs in the territory where they are implemented, may be important in the results of prevention and combat child malnutrition, as well as for reframing and social mobilization in relation to the role of women in local development processes.

Palavras-chave: Child malnutrition; social network; networking.

Resumen

Este artículo busca analizar el trabajo en red en el distrito de Sussundenga, a partir de su dinámica social, buscando destacar a los principales actores y su relación en el contexto de la implementación de programas y acciones dirigidas a prevenir y combatir la desnutrición infantil en Mozambique. Se trata de un estudio descriptivo, transversal, con enfoque cualitativo, que utilizó observación sistemática y entrevistas semiestructuradas aplicadas a gestores de diferentes áreas, al productor local, así como a mujeres de las comunidades. Organizaciones gubernamentales y no gubernamentales han contribuido a los diversos programas y acciones, especialmente en materia de seguridad social y seguridad alimentaria y nutricional. Sin embargo, la escasa participación comunitaria, sobre todo de mujeres, en parte por dificultades de carácter logístico, de articulación y coordinación institucional, puede estar comprometiendo la efectividad en su implementación. Considerando que estas mujeres intercambian una variedad de información relacionada con las prácticas alimentarias con otras mujeres de su red local, esta situación podría verse como una oportunidad para su mayor inserción y visibilidad en el networking orientado a la nutrición, combinado con sus experiencias y perspectivas de intervención adecuadas. Para el contexto de un enfoque integrado. Así, se cree que el trabajo en red con una participación comunitaria efectiva e igualitaria, unido a la ubicación preferiblemente lo más cercana posible al sector responsable de coordinar las acciones y programas en el territorio donde se implementan, puede ser importante en los resultados de la prevención y el combate. desnutrición infantil, así como para el replanteamiento y la movilización social en relación al papel de la mujer en los procesos de desarrollo local.

Palavras-chave: Desnutrición infantil; red social; redes.

1. Introdução

O estudo sobre o trabalho em rede tem uma longa história. Porém, sua abordagem tem despoletado maior interesse recentemente (Newman, 2006), quando as atividades em rede passaram a ser estudadas e promovidas, tanto por acadêmicos, quanto por formuladores de políticas públicas (Georghiou & Roessner, 2000), como meios importantes para as colaborações mais estruturadas e eficazes (Chesbrough, 2006; Laursen & Salter, 2004; Campbell & Guttel, 2005; Salla, et al., 2011). Esses estudos também se prestam às análises das dinâmicas sociais, de especial interesse para as políticas públicas. Com isso, vários estudos, sobretudo na área da saúde têm proposto a sua abordagem para o tratamento e prevenção de várias doenças, incluindo a condição de desnutrição (Faquinello, et al., 2011).

A discussão em torno de trabalho em rede tem sido amplamente realizada em diversos campos de estudos, entre outros, na administração, na sociologia, na antropologia, nas políticas públicas, na saúde coletiva, na saúde comunitária, e na psicologia social (Ramírez, et al., 2019; Mângia & Muramoto, 2005; Enne, 2004). Dado esse caráter multidisciplinar, vale lembrar que, falar de redes é o mesmo que referir-se as formas de interação social definidas por uma troca dinâmica entre pessoas, grupos e instituições em determinados contextos, buscando satisfazer as necessidades de vária ordem, formando um tecido social, que nem sempre é visível e reconhecido, para

quem participa dessas redes, muito menos para atores externos (Lozano & Cadavid, 2009). Daí a importância de estudos sobre as atividades de trabalho em rede para a identificação das fragilidades, bem como de aspectos positivos das redes, enquanto espaços para o desenvolvimento de processos de produção de transformação social e desenvolvimento comunitário (De Oca Zavala, 2005).

Deste modo, pensar no trabalho em rede, sobretudo, no contexto rural, remete-nos a necessidade de compreensão de redes sociais, que passa pelo entendimento de processos e dinâmicas que envolvem determinantes de ordem macroestrutural, como a cultura, os sistemas econômicos e político, crenças religiosas, ideologias, até os discursos e práticas cotidianas, concretizados por sujeitos e instituições, tais como a família, a escola, as redes de serviços públicos, como por exemplo a saúde e a assistência social (Paiva, et al., 2012).

Neste contexto, considerando Moçambique como o *locus* do presente estudo, é importante destacar a organização do Sistema Nacional de Saúde (SNS), para onde a maioria de ações e programas têm sido direcionados. O SNS compreende o setor público, o setor privado com fins lucrativos, o setor privado sem fins lucrativos e ou comunitário. Destes, o setor público é o principal prestador de serviços de saúde no país (Martins, et al., 2013). O mesmo encontra-se organizado em quatro níveis, sendo o primeiro e segundo os mais periféricos, com a missão de prestação de cuidados primários, onde inclui o tratamento da desnutrição aguda e o encaminhamento ou referência de pacientes com condições clínicas mais graves, para os níveis seguintes. Assim, os níveis três e quatro estão essencialmente destinados à prestação de cuidados de saúde curativos especializados. Neste sentido, os cuidados primários continuam a dominar a estratégia de intervenção na saúde, tendo como objetivo a redução de altas taxas de mortalidade, devido a doenças transmissíveis e impostas por outras condições, como a desnutrição, nos primeiros anos de vida. Daí que, essas intervenções, no âmbito da estratégia estatal, são componentes tidos como relevantes nos principais instrumentos norteadores de políticas públicas, como por exemplo o Plano de Ação para Redução da Pobreza (PARP) (Moçambique, 2001; Moçambique, 2011a; Martins, et al., 2013).

Prosseguindo, a perspectiva de atividades de trabalho em rede, no âmbito da saúde, revela-se importante para a superação da visão fragmentada das políticas públicas e, por consequência para a adoção de um paradigma assentado na perspectiva de saúde comunitária, onde a comunidade desempenha um papel central, para a possibilidade de trabalho em rede, pois, parte-se de princípio que ninguém melhor para definir suas prioridades e apresentar suas demandas do que a própria comunidade (Saforcada, 2008). Neste contexto, em Moçambique, embora nas políticas públicas de saúde, em particular em relação a nutrição, esteja contemplada a questão de envolvimento comunitário como estratégia (Ministério da Saúde [MISAU], 2018; Moçambique, 2010), no caso particular de Sussundenga (distrito rural da região central de Moçambique), apesar de existência de capital humano no que se refere aos atores do cenário local para a realização de intervenções preventivas e de combate à desnutrição infantil, devido a vários desafios, a participação desses atores não parece que esteja sendo efectiva, o que pode repercutir-se de forma negativa na situação de desnutrição.

Diante do exposto, o artigo objetivou analisar o trabalho em rede no distrito de Sussundenga, a partir da sua dinâmica social, buscando evidenciar os principais atores e sua relação no contexto da implementação de programas e ações visando a prevenção e combate à desnutrição infantil em Moçambique.

2. Metodologia

Foi conduzido estudo transversal, descritivo, de abordagem qualitativa (Pereira, et al., 2018), com recurso à entrevista semiestruturada, observação sistemática por meio de anotações nos diários de campo sobre todos os aspectos relevantes (Marconi & Lakatos, 2003), sendo recorte de um trabalho maior. A pesquisa foi realizada em Sussundenga, durante o período de seis meses, entre abril e outubro de 2019, envolvendo gestores dos Serviços Distritais de Gênero, Saúde e Ação Social (SDGSAS), que incluiu dois gestores da área de nutrição e da área de Ação Social; gestores de Serviços Distritais de Atividades Económicas (SDAE), que incluiu um para cada área: agricultura, aquacultura e Pesca e Promoção de Desenvolvimento do Empresariado, assim como, atores locais, contemplando um produtor, sete mães de escolares, uma representante de mães “cuidadoras” e uma representante de mães “mentoras”.

O grupo de mães cuidadoras surge como abordagem adotada pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), a princípio composto por 12 mulheres selecionadas pelas comunidades com base em critérios como disponibilidade e capacidade para a disseminação de conhecimentos sobre a nutrição e saúde e promoção de práticas aos níveis de agregado familiar e comunitário, incluindo a educação nutricional e hortas caseiras. Nesse contexto, cada mãe deste grupo assumiu a responsabilidade de disseminar as mensagens transmitidas durante a formação para 10 a 12 mães (também chamadas de “mães beneficiárias”), bem como para outros membros influentes da família e da comunidade (FAO, n.d)

Por sua vez, as mães mentoras são mulheres da comunidade, importantes na estratégia comunitária de promoção à saúde, sobretudo, no que diz respeito à prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e promoção de alimentação saudável visando as crianças vivendo nessa condição (doente) (Moçambique, 2020).

O distrito de Sussundenga encontra-se situado na província central de Manica, em Moçambique. Possui um Centro de Saúde de referência, para onde são encaminhados todos os doentes provenientes de outras unidades sanitárias do distrito, com destaque para as crianças com desnutrição crônica e aguda. Trata-se de um dos distritos com elevadas taxas de desnutrição infantil, que contrasta com o fato de ser considerado o celeiro da província, ou seja, em teoria é um lugar de muita produção e potencialidade agrícolas.

Na etapa de observação sistemática, foram realizadas visitas às instituições públicas e comunidades, para a necessária familiarização com a realidade do local. Na etapa da entrevista semiestruturada foram formuladas questões sobre os atores que participam de programas e ações preventivas e de combate à desnutrição infantil no distrito, destinadas aos gestores do SDAE, do SDGSAS. Igualmente para mães de escolares contemplou questões sobre a sua rede social e percepções sobre como individualmente cada uma poderia contribuir, caso tivesse a oportunidade de intervenção nas comunidades. Para as responsáveis pelas mães “cuidadoras” e “mentoras” foram feitas questões relacionadas às suas atividades no âmbito da nutrição. Ao produtor local, constituiu oportunidade para colher sua experiência, no sentido de identificar os saberes locais comunitários no enfrentamento de seus próprios desafios, como é o caso da conservação pós-colheita.

O trabalho teve início a partir do contato realizado em março de 2019, quando foi efetuada visita ao local, que culminou com encontros junto das autoridades administrativas, para efeitos de autorização e desenvolvimento da pesquisa, que respeitou as características locais (horários e dias adequados). Feito isso, iniciou-se a coleta de

dados. Todas as entrevistas tiveram início após à Assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Os dados foram gravados em mídias eletrônicas e transcritos. As anotações do diário de campo foram utilizadas como forma de auxílio para melhor compreender os relatos dos sujeitos e as observações, que complementaram a análise de conteúdo (Bardin, 2009), durante a análise de dados.

3. Resultados e Discussão

Iniciaremos apresentando o relato do gestor da área da saúde, em torno da rede de serviços de saúde, sobretudo, das ações relacionadas à nutrição. Num segundo momento apresenta-se a sistematização de resultados de análise de atividades de trabalho em rede, a partir da dinâmica social, onde são evidenciados os principais atores e sua relação no contexto da implementação de programas e ações visando a prevenção e combate à desnutrição infantil. Em reconhecimento a potencialidades de saberes locais no enfrentamento de variados desafios comunitários, no terceiro momento consta o relato de experiência de um produtor local (considerado o melhor a nível da província nos anos anteriores) no uso desses saberes para a solução de um dos problemas recorrentes nas comunidades (perdas pós-colheita decorrentes de condições de conservação não resilientes), no sentido de reforçar a possibilidade e a necessidade de recorrer-se a alternativas endôgenas, para a resolução de um problema local, contrariamente a estratégia apresentada pela FAO em resposta a esse desafio, que consistiu na importação de um modelo de conservação para o território. Na mesma direção, no quarto e último momento, também na perspectiva de evidenciar-se as potencialidades locais, faz-se constar o relato de trabalho comunitário, que envolve a participação de mulheres, no qual levantam-se as suas perspectivas, desafios, bem como, a sua relação com os outros atores no âmbito de atividades em rede.

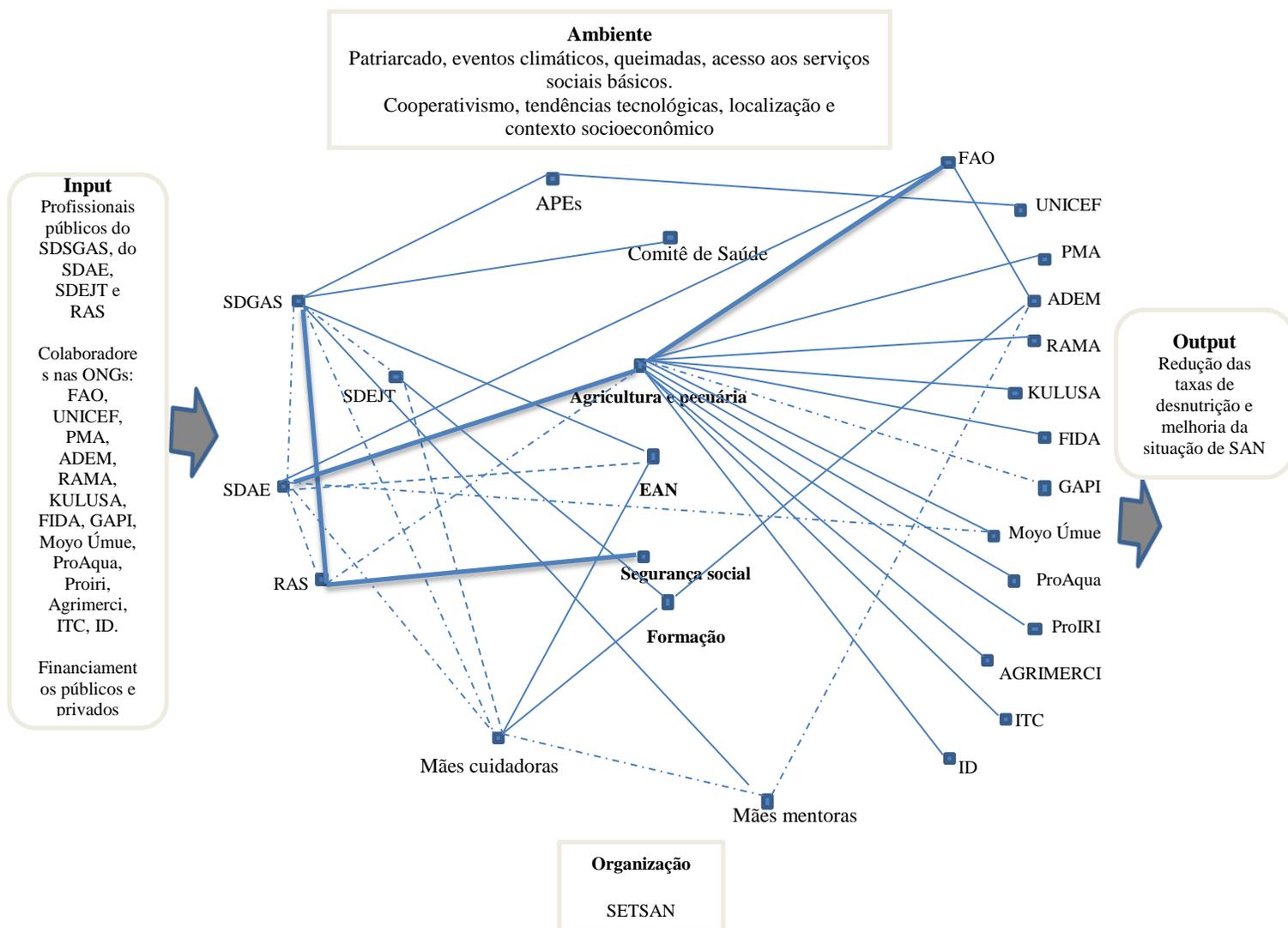
Deste modo, passemos ao primeiro relato de um dos gestores, referente a rede de serviços de saúde e sua atuação, de modo a entendermos a relação com os atores locais:

[...] Existe um total de 16 unidades sanitárias, todas públicas, sendo quatro para cada um dos quatro Postos Administrativos (Mohoa, Sussundenga-Sede, Dombe e Rotanda) [...] O Centro de Saúde de referência promove Brigadas Móveis da saúde para alcançar maior número da população [...] Essas Brigadas Móveis da Saúde se subdividem em simples e integradas, sendo que nas Brigadas Móveis Simples integram apenas técnicos de medicina preventiva e de nutrição, enquanto as Brigadas Móveis Integradas têm mais profissionais, sendo constituídas por técnicos de nutrição, de medicina preventiva, de serviços materno-infantis e enfermeiro, técnico de medicina geral ou médico [...] (Entrevistados1).

Com base no relato, constata-se um número de unidades sanitárias que pode transparecer que a situação de cobertura de serviços de saúde não é preocupante neste distrito. Porém, considerando a densidade populacional da região, onde maior parte da população vive em locais bastante distantes, pode-se ter uma mínima noção sobre as dificuldades pelas quais as comunidades passam para terem acesso aos cuidados hospitalares. Aliás, as autoridades estatais cientes dessas dificuldades adotaram a abordagem de trabalho em Brigadas Móveis. Trata-se de um momento onde as equipes da saúde se deslocam, em torno de três vezes mensalmente para as comunidades, para a realização de várias ações preventivas e de promoção à saúde, com destaque para as consultas pré-natais, a educação alimentar e nutricional, palestras sobre aleitamento materno exclusivo e planejamento familiar. Porém, o que se nota,

com preocupação é que nessas ações não há inclusão de atores do cenário local. Vale lembrar que, o envolvimento efetivo da comunidade, sobretudo de atores relevantes no cenário local, pode constituir importante estratégia para a eficácia de atividades de trabalho em rede (Júnior & Martins, 2012). Assim sendo, com base nas informações disponibilizadas pelos gestores, foi feita a análise de trabalho em rede, conforme ilustra a figura 1.

Figura 1: Resultado de análise do trabalho em rede no distrito de Sussundenga, a partir da sua dinâmica social, principais atores e sua relação na implementação de programas e ações visando a prevenção e combate à desnutrição infantil.



Fonte: Adaptado pelos autores, a partir de Sala et al. (2011)

Na figura 1 apresenta-se um esquema referente a análise do trabalho em rede no distrito de Sussundenga, a partir da sua dinâmica social, principais atores e sua relação na implementação de programas e ações visando a prevenção e combate à desnutrição infantil. Para o efeito, nos apoiamos no modelo proposto por Sala et al. (2011), o qual combina as contribuições baseadas nas teorias de rede social e de avaliação, composto por cinco elementos

principais a serem considerados no contexto de trabalho em rede, nomeadamente: outputs (saídas), inputs (entradas), organização, atividades e ambiente.

Vale notar que, os quatro primeiros elementos (output, input, organização e atividade) são considerados aspectos endógenos, na medida em que podem ser direcionados para decisões e comportamentos dos integrantes da rede. Enquanto os aspectos considerados no ambiente, apesar de serem exógenos, têm potencial para afetar o desempenho e comportamento da rede, podendo, também ser considerados variáveis de controle, no processo de avaliação (Sala, et al., 2011). De seguida, passamos a apresentar os principais aspectos referentes aos conceitos em torno de cada um dos cinco elementos da rede.

Iniciando pelos outputs, estes, essencialmente definem os resultados que se esperam alcançar pelo trabalho em rede (Sala, et al., 2011). Assim, com base nos dados do nosso estudo, correspondem aos outputs, a redução das taxas de desnutrição e melhoria da situação de SAN.

Na sequência, os inputs são considerados recursos (tangíveis ou intangíveis) que uma rede usa para alcançar suas metas. Podem ser recursos humanos, financeiros ou materiais (Kingsley, et al., 1996; Ernst & Kim, 2002). Neste contexto, destacam-se profissionais das áreas de SDSGAS, do SDAE, do SDEJT, da Repartição de Ação Social (RAS); colaboradores de diferentes Organizações Não Governamentais (ONGs) atuando no distrito, como por exemplo a FAO, UNICEF, PMA, ADEM, RAMA, KULUSA, FIDA, GAPI, Moyo Úmue, ProAqua, ProIRI, Agrimerici, ITC, ID, e membros da comunidade. E para a viabilização dos programas são usados recursos públicos, bem como recursos provenientes de iniciativas privadas.

É importante notar que, para um adequado trabalho em rede, a estrutura e o ambiente organizacional são fundamentais. A exemplo, ressalta-se a importância do número de membros ou integrantes que podem afetar os relacionamentos dentro e fora da rede, e a heterogeneidade dos atores (Gomes-Casseres, 1994; Blind & Grupp, 1999). Na mesma direção, a localização e proximidade da gestão e coordenação dos programas e ações são fatores que influenciam e impactam nas atividades do trabalho em rede, inclusive na qualidade de seus resultados (Breschi & Lissoni, 2001). Neste contexto, ao analisar as atividades do trabalho em rede, conforme consta na figura 1, constata-se que a instituição responsável pela monitoria da SAN e pela coordenação de ações de prevenção e combate à desnutrição, o Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional (SETSAN) encontra-se situado em local distante do território, cerca de 100 km, não estando ainda muito bem implantada a nível do distrito. Sua representação no distrito é feita por um único funcionário do SDAE, que tem outras responsabilidades nesse setor. Trata-se de uma situação crítica, pois, a nosso ver, para melhor coordenação, deveria existir um setor independente e melhor estruturado, com a sede no próprio distrito, para que de fato, a coordenação e as atividades dos diferentes membros atendam as necessidades do território. Essa situação pode ter a ver com as atividades da rede relacionadas às ligações entre os parceiros ou tarefas executadas para o cumprimento das metas estabelecidas (Salla, 2011). Nesse sentido, podem-se elencar atividades como agricultura e pecuária, educação alimentar e Nutricional, segurança social e formação, promovidas por instituições estatais, organizações não governamentais e pelas próprias comunidades.

Um outro elemento tido em conta na análise do trabalho em rede é o ambiente, o qual dependendo das circunstâncias, podem fazer parte as instituições, uso de tecnologias e eventos que podem contribuir positiva e

negativamente para a materialização dos objetivos definidos pela rede (Cantner & Vanuccini, 2012; Asheim & Coenen, 2004). Neste sentido destacam-se o patriarcado, eventos climáticos, queimadas, acesso aos serviços sociais básicos e contexto socioeconômico, como algumas das questões que podem estar impactando pela negativa os resultados do trabalho em rede. Ao mesmo tempo o cooperativismo e aposta nas opções tecnológicas sustentáveis, aliado à localização estratégica do distrito (situa-se no corredor que permite acesso a vários outros pontos da região), que pode possibilitar a atração de investimentos, proporcionando possibilidades de emprego às comunidades locais.

Na figura 1, pode-se notar diversos atores se relacionando, no entanto, uma das fragilidades nessas atividades tem a ver com o fraco envolvimento comunitário, na materialização dos objetivos propostos, de promoção da SAN e assistência social, sobre as quais passamos a discorrer.

Começando pela questão relacionada à promoção da SAN, no contexto de políticas públicas, o Estado moçambicano ciente do fato de a economia do país ser essencialmente agrária, e a ao mesmo tempo a agricultura ser predominantemente de subsistência, caracterizada por baixos níveis de produção e de produtividade, adotou a Estratégia de Revolução Verde (na tentativa de buscar por soluções para o problema de baixa produtividade), além de ter impulsionado a assinatura de compromissos internacionais, com destaque para o Programa Compreensivo para o Desenvolvimento da Agricultura (CAADP), a Declaração de Abuja e a Declaração de Maputo (Moçambique, 2011b). Nesse contexto, diante do quadro orientador para a agricultura, foi elaborado o Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Setor Agrário (PEDSA) como principal instrumento harmonizador, para a sistematização das orientações estratégicas para esse setor. Neste sentido, também destacam-se a Estratégia de Investigação, o Programa Nacional de Extensão, a Estratégia de Irrigação, Plano de Ação para a Produção de Alimentos, Estratégia e Plano de Ação de Segurança Alimentar e Nutricional, e Plano Estratégico da Pecuária (Moçambique, 2011b; Granheim, 2013).

Por seu turno, no contexto da assistência social, destaca-se a Repartição de Ação Social, que a nível distrital encontra-se sob tutela do setor da Saúde. Refira-se que, em Moçambique, a Ação Social é norteada pela Estratégia Nacional de Segurança Social Básica (ENSSB), que define os princípios orientadores e metas da Proteção Social Básica. Este setor é financiado pelos recursos internos, como também, pelos recursos externos, através de subvenções ou créditos (UNICEF, 2018). Além disso, tem promovido a participação de feiras de proteção social, com objetivo de providenciar serviços com enfoque para a criança. Daí que tenha sido importante colher informação do gestor da área de Ação Social, atendendo a sua potencial contribuição na SAN, sobretudo, em relação ao acesso ao alimento. Assim sendo, a seguir apresenta-se o relato do gestor, no qual aponta e caracteriza os diferentes Programas.

[...] Programa de Subsídio Social Básico (PSSB), que consiste na prestação direta aos agregados familiares, em situação de pobreza, incapacitação para o trabalho, através da atribuição de valor monetário mensal a cada agregado familiar, sendo o chefe de família o beneficiário direto [...] atende a 4.317 beneficiários, em 77 Postos de pagamento, distribuídos pelos quatro Postos Administrativos, dos quais 1357 beneficiários são do Posto de Dombe, 1864 em Sussundenga-Sede, 580 em Mohoa e 516 em Rotanda [...] Neste Programa de emergência pós-ciclone Idai, em resposta, há perspectiva de que se beneficiem por um período limitado, 2.238 pessoas, por um período de 6 meses para todo o distrito. Em Dombe irão se beneficiar 700 pessoas, Mohoa 500, Rotanda 400 e Sussundenga Sede 638 pessoas [...] O Programa Apoio Social Direto (PASD) [...] no distrito tem sido caracterizado por fornecimento de

produtos lácteos às crianças órfãs e vulneráveis no período de até dois anos, oferecemos também meios de compensação: cadeiras, moletas [...]. O Programa de Serviços Sociais da Ação Social (PSSAS) consiste em assistência e apoio a Centros de Acolhimento, infantário e apoio à velhice. Infelizmente no Distrito esse Programa não está operacional porque não tem nenhum centro e infantário de apoio a velhice ou acolhimento. O Programa de Ação Social Produtiva (PASP) [...] até ao momento, o distrito trabalha com 1614 beneficiários que começou a sua implementação no distrito em 2018, que já se prevê o seu término para breve. O ciclo, a vigência do programa é até 2020 [...] (Entrevistado 2).

Como pode-se depreender através do relato do entrevistado 2, no leque de quatro programas do governo relacionados à segurança social básica, três deles estão em curso no distrito. Foi referido também que o local não possui unidades de acolhimento para crianças órfãs e vulneráveis, muito menos instituições para apoio às pessoas idosas necessitando de acolhimento. Portanto, conforme o relato está em falta o Programa de Serviços Sociais da Ação Social. Durante as visitas ao campo, foi possível depararmos com beneficiários do Programa de Ação Social Produtiva (PASP), na sua maioria mulheres, não porque elas eram as beneficiárias diretas, mas porque elas faziam a vez aos seus parceiros. Vale lembrar que, ao beneficiário desse programa obriga-se a praticar atividades que deveriam estar voltadas à produção em prol das comunidades, mas eventualmente devido a pouca articulação com o setor de agricultura, a prática mostrou que a atividade consiste na remoção de capim nas vias de acesso. Nisso, os homens inscritos como beneficiários delegam as suas esposas para realizarem essas atividades. Trata-se de uma situação que pode estar relacionada a questões culturais, onde o patriarcado sobrepõe-se, ditando que as tarefas domésticas, de cuidados da família e as que estão ligadas ao trabalho manual com a enxada de cabo curto são essencialmente destinadas às mulheres (Chambe, 2016).

Neste contexto, vale destacar que o PASP tem como alvo os agregados familiares com pelo menos um membro com capacidade para o trabalho, enfrentando altos níveis de vulnerabilidade, priorizando, deste modo, os agregados chefiados por mulheres, por pessoas com deficiências e com crianças com problemas de desnutrição, envolvendo estes em trabalhos públicos como principal pressuposto para a disponibilização de transferências sociais monetárias, na tentativa de estabilizar o seu rendimento e consumo (Moçambique, 2012).

Na mesma direção, o Programa de Apoio Social Direto (PASD) integra pessoas temporariamente incapacitadas para o trabalho. Pelas características, este programa pode ser uma importante estratégia de resposta a situações inesperadas que afetem os agregados familiares, incluindo os que se beneficiam do PASP, caso necessitem de apoio pontual, como por exemplo em decorrência da perda de habitação devido a eventos climáticos, situações fortuitas como incêndios, entre outras situações de incapacidade temporária para o trabalho, incluindo nos casos da mulher grávida que pode se beneficiar, sem necessidade de envolver-se em atividades comunitárias, pelo menos por um período de até um ano e seis meses, assim como nas circunstâncias em que a pessoa beneficiária se encontra doente. Neste sentido, o PASD pode servir também para atender os agregados familiares, especialmente as famílias de acolhimento das crianças órfãs, que possam encontrar-se numa situação de falta de elementos com capacidade para o trabalho, fato que lhes pode impossibilitar de continuar a ser integrados no PASP (Moçambique, 2012). Vale ressaltar que, ao longo da pesquisa, não deparamos e nem tivemos conhecimento de existência de beneficiários desse programa.

Na sequência, destaca-se o Programa de Subsídio Social Básico (PSSB) destinado a providenciar apoio e proteção social aos agregados familiares que tenham pessoas idosas, pessoas com deficiências ou pessoas com

doenças crônicas e degenerativas, assim como as pessoas que se tornam chefes de agregados familiares devido a perda de um elemento do seu agregado que tinha capacidade para o trabalho, sendo por isso necessário garantir que este agregado familiar possa se beneficiar do PSSB (Moçambique, 2012). A ideia que norteou a elaboração desse programa é bastante plausível, porém, a sua implementação e abrangência podem ser alguns dos aspectos prioritários a serem melhorados, na medida em que, observamos situações de vários agregados nas condições descritas e necessitando, mas por alguma razão, não se beneficiaram. Uma das justificativas pode estar relacionada a questões de logística, ou seja, existe um membro da comunidade, designado “permanente”, que ao mesmo tempo é o Presidente da Comitê de Saúde, responsável pela indicação de pessoas e agregados familiares elegíveis aos programas. No entanto, ele enfrenta as mesmas dificuldades que as comunidades enfrentam, particularmente relacionadas ao acesso ao transporte para se deslocar para as comunidades para aferir a situação de vulnerabilidade, daí que acredita-se ser importante o envolvimento de mais pessoas da comunidade para o desenvolvimento dessa atividade.

Vale lembrar que, além dos programas de segurança social básica tutelados pela RAS, outros setores a nível governamental têm feito intervenções de forma direta ou indireta, como por exemplo os SDSGAS, institucionalmente vocacionados para a realização de ações de prevenção e tratamento da desnutrição infantil. Neste sentido, também destacam-se os setores de recursos hídricos e infraestruturas, a rádio comunitária, o Instituto de Investigação Agrária de Moçambique, Polícia da República, entre outros, cujas atuações, indirectamente podem estar promovendo a saúde e a SAN.

Relativamente às organizações não governamentais, que constituem parceiros estratégicos do governo moçambicano na implementação de ações preventivas e de combate à desnutrição infantil, destacam-se: a FAO, UNICEF, Programa Mundial para Alimentação (PMA), Agência de Desenvolvimento de Manica (ADEM), RAMA, KULUSA, Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), Gabinete de Apoio a Pequenos Investimentos (GAPI), Projeto de Promoção de Aquacultura de Pequena Escala (ProAqua), Projeto de Desenvolvimento de Irrigação Sustentável (PROIRI), Máquinas e Acessórios Agrícola (AGRIMERCI), Iniciativas para Terras Comunitárias (ITC), ID e Cooperativa Moyo Úmue. Esses dados encontram-se descritos no relato do gestor do SDAE.

A FAO faz-nos programa de conservação pós-colheita, traz material de ensino completo sobre Escola na Machamba do camponês, fornece-nos sementes, os produtores (camponeses que não têm condições) para elevar um bocadinho [...] são identificados e fornecidos cartão via eletrónico, recebem adubos, fertilizantes, vacinação de aves contra doença Newcastle [...] também apoia na Nutrição para produção de hortas caseiras [...] forma os extensionistas e alguns produtores [...] Temos a PROIRI que é um projeto sustentável de irrigação a nível nacional, já acabou o projeto, fez a construção e reabilitação de canais de irrigação nos Postos Administrativos de Mohoa e Rotanda. São 12 canais que eles fizeram, o ciclone Idai destruiu [...]. A GAPI é uma organização que faz agroprocessamento (financia moagens) e apicultura em Sussundenga Sede, Mohoa e Rotanda [...]. A ADEM faz educação alimentar e nutricional para as mães cuidadoras e hortas caseiras em todos os quatro Postos Administrativos. É financiado pela FAO. O projecto está no fim [...] A RAMA é uma organização que introduziu a agricultura de conservação, em Sussundenga-Sede e Mohoa [...]. O PMA faz a fortificação e estabelecimento de mercados de cereais em Dombe, compra milho, trabalha com produtores inseridos em cooperativas Guta Chambe, mas Idai trouxe destruição [...] O ID Moçambique vem reduzir a pobreza e facilita o aumento das oportunidades de mercados nas zonas rurais e urbanas, motivando o aumento e investimento de agroprodutores [...] nos

Postos Administrativos de Sussundenga sede e Mohoa [...] O ITC apoia as Associações na sua legalização e obtenção de DUATs (Direito de Uso e Aproveitamento de Terras) em todo o distrito, é de âmbito nacional [...]. KULUSA faz a agricultura de conservação e montagem de CDRs (campo demonstrativo de resultados) [...]. AGRIMERCI faz montagem de campos de demonstração de resultados e introdução de agricultura de conservação, atua em Sussundenga-Sede e Mohoa [...]. A MOZBIO tem financiamento estrangeiro, promove a conservação de recursos naturais nas zonas fronteiriças de ximaniani, capacitando os produtores emergentes na agricultura de conservação, beneficiando sementes melhoradas, incluindo instrumentos agrícolas (enxadas, catanas e machados), abrange Ximaniani e Rotanda [...]. A Cooperativa Moyo Úmue é onde está o centro de prestação de serviços, fazendo operações agro técnicas com tratores (lavagem, sementeira, adubação) [...]. Opera em todo o distrito (Entrevistado 3).

Conforme pode-se constatar, do relato do entrevistado 4, são várias as organizações não governamentais que têm colaborado nas ações e programas visando a nutrição e bem estar, com destaque para a FAO, que, de modo geral, tem sido a que mais ações tem vindo a realizar. A Escola na Machamba do Camponês (EMC) é uma dessas iniciativas, que tem por objetivo prestar assistência aos produtores no sentido de aumentarem a produção e a produtividade, por meio de adoção de tecnologias melhoradas orientadas para a intensificação e diversificação dos sistemas de produção, assim como a melhoria da situação de SAN das famílias (FAO, 2009).

Dessa maneira, considerando as relações existentes entre essas organizações e as instituições governamentais, os gestores estatais de áreas que se relacionam foram convidados a falar dos programas. Nisso, ficou-se sabendo, por exemplo, que o PMA, além da fortificação e estabelecimento de mercados de cereais no distrito, também tem estado envolvido nas ações formativas, conforme pode-se destacar no relato da gestora da área da Saúde:

[...] O PMA trabalhou com os centros de saúde, com os líderes comunitários, matronas e secretários dos Bairros (chefes dos Bairros) na questão sobre alimentação materna. Na formação foram abordados os seguintes temas: número de mamadas; papas enriquecidas; aleitamento exclusivo e alimentação exclusiva [...]. (Entrevistada 4).

Sobre o trabalho supostamente realizados pelo PMA, quando consultamos os Secretários de Bairros (pessoas designadas como responsáveis pelos Bairros) confirmaram ter participado da formação, porém, não têm conseguido reproduzir nas comunidades devido a pouca disponibilidade de tempos livres. Igualmente algumas mães relataram que tiveram informação sobre os temas elencados no relato da entrevistada 4, no Centro de Saúde. Porém, não foi possível identificarmos o período, a frequência e o material utilizado nessa formação.

Prosseguindo, em relação ao ProAqua, o gestor do SDAE entrevistado relatou o seguinte:

[...] O ProAqua fornecia os alvinos, kit de abertura de tanques, pás, carrinhas de mão, etc., não disponibilizavam recursos financeiros. Com a retirada do projeto, a produção e os rendimentos baixaram. Tentamos localmente povoar um tanque do SDAE para depois distribuir aos produtores, mas a quantidade não é suficiente, se tivéssemos input seria melhor [...] Agora que as pessoas viram a vantagem de tanques, há muita procura. Não vamos ter a capacidade para distribuir para todos [...] Quando o projeto estava presente, nós trabalhávamos com tanques de 300 metros quadrados, agora já estamos a fazer tanques de 200 metros e isso também tem impactos com na produção (entrevistado 5).

Pelo relato do entrevistado 5, pode-se constatar a problemática relativa a descontinuidade de ações e políticas públicas após à retirada dos financiadores, que também é abordada no estudo de De Araújo e De Souza (2019). No caso em concreto, pelo relato do entrevistado nota-se um aspecto positivo, ou seja, apesar da redução na produção, não houve paralisação da atividade.

Como ficou dito, a FAO tem conduzido vários programas, nisso, para fazer face ao problema de perdas pós-colheita decorrentes da conservação, ela tem estado a incentivar o uso de “celeiros melhorados do tipo gorongosa”, com potencial para conservação de cereais em condições resilientes. Trata-se de um espaço de conservação construído na sua maioria, na base de material local, onde suas paredes hermenêuticas são feitas de barro, sendo por isso capazes de absorver a humidade do cereal e conduzir este para o exterior sem produção da condensação no interior do celeiro, que é a prova de fogo. Isso significa que o produto armazenado, simultaneamente é protegido do fogo, como também de insetos e roedores (Filimone, 2015). Além dos materiais locais usados na construção desse celeiro, também é utilizado o cimento, sobretudo, para formar a base. Porque a adesão a essa iniciativa por parte das comunidades mostrou-se ser muito baixa, a exemplo, no Posto Administrativo de Sussudenga-Sede, somente sete pessoas aderiram, especula-se que, o preço do cimento comercializado, o fraco fluxo de informação, aliado ao fato de ser um modelo importado para as comunidades de Sussudenga, podem ser alguns dos elementos que contribuem para a sua fraca adesão

Devido a isso, sabendo da importância dos saberes locais para a resolução de problemas que afligem as comunidades, buscamos experiências de quem produz e conseguiu ultrapassar essas dificuldades, com base nos conhecimentos e iniciativas locais. Neste contexto, ficou-se sabendo que localmente existe uma experiência que poderia ajudar na resolução de problemas relacionados a perdas de alimentos decorrentes da conservação. Sendo uma iniciativa local, eventualmente sua adesão pelas comunidades poderia ser relativamente melhor que a proposta introduzida pela FAO. Trata-se de uma experiência, onde a construção do celeiro é totalmente baseada nos materiais locais, conforme atesta o relato de um dos maiores produtores do distrito:

[...] Para não entrar gorgulhos (insetos ou vermes), para fazer a conserva de milho em celeiro tradicional, eu fiz mistura de cinza de caroça de milho com folhas de eucalipto. As folhas de eucaliptos devem ser verdes e frescas, e daí pilei (amassar) essas folhas de eucalipto, depois de ficar em pó a cinza de caroça misturada com as folhas de eucalipto eu lancei por cima do milho de espiga. Depois de arrumar o milho em três filas (milho camisado, com cascas de cobertura, espalhei a mistura. Daí, sucessivamente, arrumei mais três filas por cima, e aí por diante fazendo o mesmo. É bem eficaz, até agora, mais de seis meses, não entrou nenhum gorgulho. Mas no ano passado em que eu usei um produto químico denominado copa-chumba/ Atellick, que comprei na loja, em menos de três meses o gorgulho entrou no milho [...] (entrevistado 6).

Do relato do entrevistado 6 nota-se uma experiência local para o problema local, que se for partilhada, pode ser um importante contributo para as comunidades, particularmente no que concerne à melhoria da disponibilidade e estabilidade de alimentos. Refira-se que, o celeiro proposto pelo produtor, segundo relato tem capacidade para armazenamento de 10 toneladas e 305 quilogramas. Além disso, trata-se de uma capacidade superior ao celeiro proposto pela FAO. Essa situação reforça a importância de valorização do conhecimento baseado no desenvolvimento endógeno, ou seja, que reconhece os saberes locais, que pode ser facilitado através do necessário envolvimento comunitário (Araújo, 2014).

Importa lembrar que, ao falar em envolvimento comunitário, sobretudo, na promoção da saúde em Sussundenga, inclui-se, entre outros, os grupos de “mães cuidadoras”, “mães beneficiárias”, “mães mentoras”, o Comitê de Saúde, os APEs, que nos seus diferentes contextos podem potencialmente apoiar na prevenção e combate à desnutrição infantil.

Nesse contexto, passamos a apresentar os relatos referentes aos atores do cenário local, começando pelas mães mentoras, onde buscava-se a compreensão em torno das suas vivências e atividades:

A mãe mentora deve falar sobre as práticas de alimentação infantil mais seguras Suas atividades decorrem nos Centros de Saúde, entre uma ou duas vezes ao longo da semana. [...] aprendemos de outra mãe que está no mesmo grupo conosco, trabalha aqui na unidade sanitária, a formação foi durante sete dias, em janeiro de 2018 [...] Como mãe mentora, nós andamos nas comunidades, perseguimos as mães que estão a amamentar. Perseguimos para dar conselho para não abandonar o tratamento [...] Costumamos fazer demonstrações culinárias no hospital e nas comunidades, fazemos de duas em duas semanas [...] nós as mães trazemos pouco a pouco alimentos de casa [...] trazemos madumbe (inhame), couve, farinha, um pouco de arroz e esparguete [...] as comidas depois de preparadas vamos dar as crianças malnutridas e mães grávidas no hospital, fazemos as sopas, fazemos as papas (polenta) de farinha de milho [...] éramos doze, agora só ficamos quatro. [...] Preferi aderir a essa iniciativa para me ocupar [...] (Entrevistada 7).

Durante a entrevista, notamos algum desconforto e limitação por parte da entrevistada 7 em responder com detalhes, ao que solicitamos algum material utilizado durante a sua formação. Nisso, depois de consultarmos o material, visulizou-se que as mães mentoras surgem no contexto de existência de várias mulheres seropositivas, dada a necessidade de elas próprias assumirem maior liderança, no grupo de mães gestantes na gestão da própria atividade do grupo de mães para mães que estejam na mesma condição (seropositividade). A esse grupo de mães é fornecido conhecimentos básicos sobre o HIV, o PTV (Programa de Prevenção da Transmissão Vertical do HIV da mãe para filho) o aconselhamento e apoio psicossocial, assim como a abordagem correta nas visitas domiciliares e dos seus pares, bem como a abordagem nas visitas domiciliares e dos seus pares, também seropositivos de modo a assegurar a adesão e retenção nos cuidados do PTV e bem estar da própria mulher, dos cuidados com a alimentação de seus filhos e da família (Moçambique, 2016). Porém, a falta de financiamento pode estar a perigar a continuidade das atividades propostas, pois as participantes são obrigadas a tirarem dos seus alimentos para fazerem as demonstrações culinárias, que no final, após o preparo dos alimentos, estes cumprem um papel importante, na medida em que são distribuídos entre os pacientes presentes nas unidades sanitárias. No caso do centro de Saúde de Sussundenga, a situação pode ser relativamente melhor, pois parte dos vegetais é tirado na horta hospitalar.

Por sua vez, a UNICEF tem contribuído na questão de suplementação de alimentos terapêuticos para o tratamento da desnutrição, além de disponibilizar materiais escolares aos alunos no ensino fundamental, bem como, promover a formação aos Agentes Polivalentes Elementares (APEs), considerado um dos pilares basilares da Estratégia Nacional de promoção da Saúde, reconhecido pelo governo moçambicano, como uma das formas de organização das comunidades (Ministério da Saúde [MISAU], 2012). Mas não foi possível nos encontrarmos com os APEs para as entrevistas.

Enquanto o Comitê de Saúde formalmente é uma estrutura comunitária composta por membros escolhidos ou eleitos pela comunidade, para representá-la em todas as decisões relacionadas à saúde. A princípio, é um organismo independente que não deve subordinar-se às instituições de saúde, cujos objetivos são mobilizar os

membros da comunidade para a identificação dos problemas da saúde em geral e os que afetam as mulheres e as crianças em particular, bem como as respectivas soluções dentro e fora da comunidade; coordenar a construção e manutenção de “casas espera” (local onde as mulheres grávidas permanecem aguardando o momento para entrar para o trabalho de parto, devido as longas distâncias para a unidade sanitária). No plano formal, sua composição inclui pessoas afetadas e necessitadas, líderes religiosos, régulos, professores, secretários de Bairros, comerciantes, representantes de grupo de mulheres, APEs, parteiras tradicionais, praticantes de Medicina tradicional e voluntários de saúde (MISAU, 2012), mas na prática essa composição não parece que esteja funcionando, porque das duas reuniões que tivemos a oportunidade de presenciar, notamos fraca participação, participavam três pessoas apenas e as reuniões eram pouco estruturadas e não objetivas, denotando falta de informação sobre a real situação dos problemas de saúde das comunidades, e o que mais falava era o profissional da saúde, gestor do Centro. Aliás, a pouca efetividade do trabalho realizado por esse órgão comunitário foi também notória no relato das comunidades, que diz desconhecer o trabalho deste órgão.

Vale dizer que, os Comitês de Saúde, a princípio, deveriam ser mais interventivos, sobretudo, na concepção, de zero a dois anos, pois, depois dessa fase, especula-se que a desnutrição seja mais difícil de ser tratada. Durante a sua formação, foram arrolados alguns dos temas: alimentação materna, com os seus dobramentos (número de mamadas; papas enriquecidas; aleitamento exclusivo e alimentação exclusiva. O SDSGAS formou os agentes que integram os Comitês de Saúde. Essa situação, aliada ao fato de não haver remunerações ou incentivos pode estar contribuindo para sua fraca atuação, aliás, a questão logística é muito séria, os integrantes, conforme relato, sujeitam-se a percorrer por longas distâncias a pé, caso queiram de fato exercer suas funções. Sobre a formação dos membros do comitê de Saúde, a gestora do SDGAS teceu o seguinte:

Os membros do Comitê receberam livros contendo os seguintes tópicos: método tip-tap (uma forma caseira de colocar a água num recipiente para sair em forma de torneiras, sem precisar tocar com as mãos); e aprendizagem de como fazer o sabão caseiro. Integramos a alimentação e saneamento do meio nas formações, porque a falta de higiene pode desembocar em diarreias [...] causando a desnutrição nas crianças. É também necessário eliminar o foco dos mosquitos para evitar a malária. Essas ações só funcionam com regularidade com o apoio das ONGs. Os parceiros dão melhores perspectivas de andamento das atividades (Entrevistada 4).

Com base no relato da entrevistada 4, pelos temas abordados na formação dos membros do Comitê de Saúde, nota-se que, a informação de boas práticas existe, porém, para que realmente a informação produza os efeitos desejados, é importante, a nosso ver que se apostem nas condições adequadas para a sua implementação nas comunidades, sobretudo, com apoio das ONGs. Aliás, é importante que se compreenda que o envolvimento comunitário desempenha um papel central nas ações da saúde, sobretudo quando se almejam resultados efetivos nas ações de políticas públicas (Saforcada, 2008). Ao mesmo tempo, deve considerar-se que as políticas públicas voltadas para a saúde, em especial a nutrição, devem pautar pela intersetorialidade, envolvendo áreas estratégicas como a saúde, a educação, a ação social, agricultura, infraestruturas, pescas, entre outras, pois, trata-se de um problema multifacetado, atravessado por vários determinantes sociais, tornando plausível a proposta de adoção de estratégias coletivas para sua análise e intervenção, que também passa pela eliminação das desigualdades e iniquidades sociais (Paiva, et al., 2012).

Feito isso, passamos a destacar outro elemento que pode estar inserido na estratégia de envolvimento comunitário, no trabalho em rede. Trata-se do grupo de mães cuidadoras, cujas experiências formativas, atividades e perspectivas encontram-se evidenciadas no relato da responsável, que segue:

[...] Tivemos formação com a ADEM, uma associação financiada pela FAO. Aprendemos a preparação de papas enriquecidas, hortas caseiras, “caixa mágica” (para conservação de alimentos pré-cozidos, com o intuito de economizar o consumo de energia) e preparação de adubos naturais [...] Fazemos as demonstrações culinárias na minha casa. Preparamos comida, sumo (suco) de batata-doce, de couve e de matapa (folhas de mandioca) [...] Não temos ligação nenhuma com as mães mentoras [...] a grande dificuldade é a falta de fundos (dinheiro), não temos nenhum incentivo, queremos muito ensinar as mães para reduzir a desnutrição [...] O que nos motiva a continuar é saber que o conhecimento que temos, podemos em qualquer momento colocar em prática nas nossas casas para as nossas crianças [...]. (entrevistada 8).

Conforme pode-se constatar do relato da entrevistada 8, através da Agência de Desenvolvimento Econômico de Manica (ADEM) a FAO promoveu uma iniciativa designada “mãe-modelo” para conscientizar a forma como combinar os alimentos localmente disponíveis. Participaram da formação 12 mulheres de cada Posto Administrativo, totalizando 48, que se convencionou chamá-las de “mães cuidadoras”. Por sua vez, essas “mães cuidadoras” após sua formação, também cada uma delas deveria formar 10 mulheres (mães grávidas e com crianças de 0-5 anos), que se convencionou chamá-las de “mães beneficiárias”. Durante essas ações formativas no ano 2016, foram utilizados os álbuns seriados disponibilizados pela própria FAO. As “mães cuidadoras” foram oferecidas Kits, contendo faca, colher, prato, panela, baldes, coador, bandeja, bacia, jarros para facilitar as suas demonstrações culinárias. Não houve qualquer recurso financeiro repassado para essas mulheres. Cada uma delas tinha como missão fazer hortas em sua casa, isso na tentativa de persuadir as comunidades a seguirem o exemplo. No entanto, nem todas as mulheres conseguiram fazer as hortas. No Posto Administrativo de Sussundenga é onde é possível ver algumas mulheres cumprindo com o propósito estabelecido.

Tendo em conta que as mulheres não são remuneradas para fazerem as demonstrações culinárias nas comunidades, numa atitude de resiliência, elas criaram um grupo designado “poupança”, uma espécie de crédito rotativo, que lhes possibilita realizarem quando e como podem as suas actividades.

Apesar de o grupo possuir conhecimentos, para a sua socialização nas comunidades encontra dificuldades relacionadas à logística. Sabe-se que no contexto rural moçambicano uma das características presentes é a dispersão das comunidades, e sem recursos para poderem deslocar-se, as “mães cuidadoras” optam em fazer suas atividades em casa de uma das integrantes do grupo, o que provavelmente dificulta a participação de outras mulheres. Neste sentido, das atividades realizadas por essas mulheres que tivemos a oportunidade de presenciar, notou-se uma importante utilização de alimentos saudáveis localmente disponíveis e modo de preparado, e como a participação de mulheres nessas atividades circunscreve-se ao mesmo grupo de “mães cuidadoras”, podendo, deste modo, significar que a base de pessoas com informação sobre os temas arrolados pela entrevistada 8 continua estacionária. Além disso, pode-se, também, notar uma certa desarticulação com outros que atuam no mesmo cenário local, como exemplo, com “as mães mentoras” e os próprios profissionais da saúde, pois, num dos Centros de saúde que visitamos (Munhinga), esses profissionais, por sinal, ligados à nutrição manifestaram desconhecimento sobre a existência de mães cuidadoras nas comunidades. O que acontece é que essas “mães cuidadoras” fazem suas

atividades, conforme ficou descrito, nas comunidades, mais precisamente em casa de um dos seus membros ou de pessoas influentes, como por exemplo, os líderes tradicionais (régulos). Nisso, o Centro de Saúde não toma conhecimento. Além disso, as mães “mentoras” que têm preparado papas (polenta) e sopas variadas, nalguns Centros de Saúde mostraram pouco domínio das formas adequadas de preparo, fragilidades que se houvesse uma articulação com as mães “cuidadoras” que têm conhecimentos sobre o assunto, eventualmente a atuação das mães “mentoras” pudesse ser melhor.

Além dessas contribuições, foram convidadas as mães de escolares, na perspectiva de compreender como é que as mulheres que não estão envolvidas diretamente nas ações de prevenção e combate à desnutrição se relacionam nas suas redes sociais e partilham informações, assim como, sua disposição para intervir perante a situação de desnutrição, caso fossem solicitadas. O relato de uma das entrevistadas apresenta-se a seguir: “*Sim, troco informação com vizinhas. [...] Confio nas informações por elas transmitidas [...] Outra fonte de informação é a televisão e rádio [...] gostaria de me reunir com as pessoas e falar de bons hábitos alimentares*” (Entrevistada 9).

Pelo relato da entrevista 8, destaca-se a vizinhança e órgãos de comunicação social, como as principais fontes de contato, além de manifestação de confiança pelas informações transmitidas. Neste sentido, nota-se uma predisposição em poder intervir nas ações preventivas e de combate à desnutrição, através de encontros de sensibilização sobre os hábitos alimentares.

Deste modo, passamos ao relato na entrevistada 9: “*Sim, falo com pessoas da igreja, não as vizinhas [...]. Falamos sobre como preparar bem a comida. Um pouco acredito nas informações dessas pessoas. Não tenho outra fonte de informação [...] Não aceitaria falar nas comunidades, só na igreja eu posso aceitar em falar com outras mães sobre como preparar comida*” (Entrevistada 10).

Diferentemente da entrevistada 9, a entrevistada 10 mostrou que partilha informações, mas só com outras mulheres da sua igreja. Dentre os assunto que tem partilhado destaca-se o modo de preparo de alimentos.

Feito isso, passemos ao relato da entrevistada 11: “*Sim, com vizinhas costumamos dizer como preparar caril, pôr amendoim, só que para nós esse ano não fazemos nada. Sabemos que depois de almoçar tem que comer lanche [...] seria difícil eu aceitar fazer qualquer atividade, porque eu não ando nos vizinhos*” (entrevistada 11).

Conforme pode-se notar no relato da entrevistada 11, há positividade quando o assunto tem a ver com a partilha de informação com as vizinhas, diferentemente na entrevistada 10, mas ao mesmo tempo, há semelhanças entre os seus relatos, no quesito envolvimento da temática modo de preparação de alimentos nas suas conversas, adicionando-se a questão de valorização da oleaginosa. Igualmente denota necessidade de maior partilha de informação, sobretudo, com as mulheres, que são um pouco mais esclarecidas em relação as melhores formas e os horários para cada refeição.

Nesta mesma direção, passamos ao relato da entrevistada 12, que coloca em evidência o seguinte: “*Sim, com vizinhas sobre como produzir a batata doce e mandioca. Acredito nas informações. Outra fonte é a rádio [...] iria intervir dizendo para as pessoas para não comerem alimentos sujos, devem comer alimentos limpos, tomar banho diariamente*” (entrevistada 12).

Assim, a partir do relato da entrevistada 12, nota-se que, além de aspectos relacionados à produção, sobretudo, de tubérculos (alimentos bastante consumidos e valorizados na região), em casos necessidade de

intervenção preferirá abordar a questão higiênicossanitária com as comunidades, como parte das ações preventivas e de combate à desnutrição infantil.

Na mesma direção, sobre a mesma questão, apresenta-se o relato da entrevistada 13: “*Sim, converso com vizinhas sobre como produzir alimentos. Às vezes costumo acreditar nas boas informações que elas transmitem, outra fonte de informação é a rádio [...] Iria nos lugares onde estão as pessoas, nas bombas (poços de água), nas reuniões e falaria com as pessoas sobre como prevenir e combater a desnutrição infantil*” (entrevistada 13).

Relativamente ao relato da entrevistada 13, pode-se dizer que, também as vizinhas são as principais fontes de partilha de informação na sua rede social, e acredita nelas nalgumas vezes, além de ter a rádio também como fonte de informação. Assim, sua proposta de intervenção chamou atenção por incluir encontros com as pessoas das comunidades nos locais onde têm acesso à água, assim como nas reuniões. De fato, nos locais onde busca-se a água, estão lá presentes, geralmente muitas mulheres, pelo que parece uma estratégia muito interessante, olhando para o contexto local.

Passemos ao último relato sobre a mesma questão:.

Sim, qualquer lugar onde me encontro com outras mulheres costumamos nos ensinar como cozinhar. Outras coisas que falam acredito e outras não. Escuto também na televisão e rádio [...] Gostaria de criar grupos e procurar um lugar onde se pode explicar como se deve cozinhar ou para virem outras mães de outros lugares para explicarem as mães daqui, porque algumas cozinham mal. Mas é porque não sabem que o que estão a cozinhar faz mal às crianças [...] Criaria grupos daqui e outros de fora para termos troca de experiência (entrevistada 14).

Pode-se destacar o fato de a entrevistada 14 predispor-se a trocar informações sobre a nutrição com outras mulheres. Para ela, a grande razão para a existência da desnutrição nas comunidades tem a ver com a forma como são preparados os alimentos e, em consequência, atribui a responsabilidade pela desnutrição para as mulheres, eventualmente pelas suas responsabilidades no cuidado da criança.

De modo geral, a partir dos relatos pode-se concluir que a troca de informação no sentido de partilha nas redes sociais de mulheres acontece essencialmente com outras mulheres que moram na mesma comunidade, além da igreja. Elas conversam sobre a produção, preparo e consumo de alimentos. Poucas mulheres dispõem de acesso à rádio e ou televisão. Da mesma maneira, há expectativas na sua atuação ou intervenção, de diferentes maneiras. Daí a importância de trabalho em rede, envolvendo diversos segmentos da comunidade.

Dessa maneira, especula-se que, o fortalecimento das redes sociais possa ser uma forma importante de as comunidades se organizarem (Mângia & Muramoto, 2005; Rodrigues, et al., 2011), possibilitando ao Estado, a garantia de direitos humanos e sociais fundamentais, impulsionando, também, a reflexão para um realinhamento das suas responsabilidades, particularmente em relação ao planejamento de ações, programas e políticas públicas (Paiva, et al., 2012).

Contudo, vale reiterar a importância da participação, envolvimento e mobilização social, enquanto mecanismos permanentes de inovação e construção de sociedades que se querem democráticas, onde os programas e ações, particularmente em saúde sejam planejados e executados com a população e não para a população (Rodrigues, et al., 2011). Nesta mesma direção, Saforcada (2008) discute a necessidade de ressignificação da práxis

profissional em saúde, no sentido de olhar-se para o contexto e também para as especificidades do paradigma comunitário, o que pode representar certo afastamento das práticas desenvolvidas pela saúde pública, assim como as estratégias definidas pela saúde coletiva, que, apesar de avanços, apresentam limitações importantes, sobretudo, por não considerar-se a comunidade, sobretudo, mulheres, como o principal componente na implementação de qualquer programa no âmbito comunitário.

Em Moçambique há experiências na implementação de programas baseados no envolvimento comunitário, que culminaram com resultados positivos na prevenção de certas doenças e na melhoria do comportamento de procura de cuidados de saúde (Edward, et al., 2007; Campbell & McLean, 2002), quando capitalizadas essas experiências, podem ser importantes fontes de inspiração, para a promoção do envolvimento comunitário efectivo e a proximidade da coordenação da rede com o local e os atores da rede no processo de implementação, no contexto do trabalho em rede dos programas e ações de prevenção e combate à desnutrição infantil no país.

4. Considerações finais

A discussão proposta neste manuscrito não foi feita com intenção de esgotar o debate em relação ao assunto, pelo contrário, foi uma mera tentativa de poder evidenciar a importância do trabalho em rede na implementação de ações e programas, com envolvimento efetivo de atores do cenário local. Neste sentido, o distrito de Sussundenga é somente um recorte, podendo ser que nos diferentes distritos e províncias de Moçambique a situação seja a mesma.

Dessa maneira, a análise das atividades do trabalho em rede permitiu o reconhecimento das fragilidades e potencialidades dos atores. O envolvimento comunitário pouco efetivo, aliado à localização da instituição responsável pela coordenação de ações de prevenção e combate á desnutrição, bem como, pela melhoria da situação de SAN. Acredita-se na potencialidade dos atores do cenário local para a solução de seus problemas, assim como para a mobilização social para a eficácia de políticas públicas.

Para trabalhos futuros, sugere-se a avaliação do trabalho em rede, com a inclusão de atores do cenário local, no fortalecimento de políticas públicas voltadas para a alimentação e nutrição, com vista a prevenção e combate da desnutrição infantil nos territórios.

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – código de financiamento 001 agradecimento.

5. Referências

Araújo, R.da.C.de. (2014). Análise sobre a monocultura de soja e o desenvolvimento sustentável na amazônia com base na teoria do desenvolvimento endógeno. *Revista Economia e Desenvolvimento*, 26(1).

Asheim, B.T. and Coenen, L. (2004). 'The role of regional innovation systems in a globalizing economy; comparing knowledge bases and institutional frameworks of Nordic clusters', Paper presented at the DRUID Summer Conference 2004 on Industrial DynaElsinore, Denmark, 14–16. https://www.diw.de/documents/dokumentenarchiv/17/41804/asheim_coenen.pdf.

- Blind, K. & Grupp, H. (1999). 'Interdependencies between the science and technology infrastructure and innovation activities in German regions: empirical findings and policy consequences', *Research Policy*, 28(5), 451–468.
- Breschi, S. & Lissoni, F. (2001). 'Knowledge spillovers and local innovation systems: a critical survey'. *Industrial and Corporate Change*, 10, 975–1005.
- Campbell, C., & McLean, C. (2002). Ethnic identities, social capital and health inequalities: factors shaping African-Caribbean participation in local community networks in the UK. *Social Science & Medicine*, 55, 643–657.
- Cantner, U. & Viachini, S. (2012). A new view of general purpose technologies. In book: *Empirische Makroökonomik und mehr* 71-96. https://www.researchgate.net/publication/237047525_A_New_View_of_General_Purpose_Technologies.
- Chesbrough, H. (2006). *Open Innovation, a new paradigm for understanding industrial*, Oxford University Press. <http://www.emotools.com/media/upload/files/Openinnovationparadigm.pdf>.
- De Araújo, A.W.S. & De Souza, K.M.N. (2019). A Continuidade e a descontinuidade de Políticas Públicas na Gestão Municipal de Petrolina-PE. *Rev. Mult. Psic.* 1 (45), 282-301.
- De Oca Zavala, V.M. (2005). Redes comunitarias, genero e envejecimiento. *Cadernos de Investigación*, 2005.
- Edward, A., Ernst, P., Taylor, C., Becker, C., Mazive, E. & Perry, H. (2007). Examining the evidence of under-five mortality reduction in a community-based programme in Gaza, Mozambique. *Transactions of the Royal Society of Tropical Medicine and Hygiene*, 101, 814-822. doi:10.1016/j.trstmh.2007.02.025.
- Enne, A.L.S. (2004). Conceito de rede e as sociedades contemporâneas. *Comunicação e Informação*, 7 (2), 264 - 273.
- Faquinello, P., Marco, S.S. & Waidmann, M.A.P. (2011). A rede social como estratégia de apoio à saúde do hipertenso. *Rev Bras Enferm, Brasília*, 64(5), 849-56.
- Ernst, D. & Kim, L. (2002). 'Global production networks, knowledge diffusion, and local capability formation', *Research Policy*, 31, 1417–1429.
- Filimone, C. (2015). Celeiros melhorados de tipo Gorongosa. cfilimone.blogspot.com/2015/01/celeiros-melhorados-de-tipo-gorongosa_21.html
- Fundo das Nações Unidas para a Infância. (2018). Informe Orçamental 2018, Acção Social. <https://www.unicef.org/mozambique/sites/unicef.org.mozambique/files/2019-04/2018-Informe-Orcamental->
- Georghiou, L. & Roessner, D. (2000). 'Evaluating technology programs: tools and methods'. *Research Policy*, 29, 657–678. http://dimetic.dime-eu.org/dimetic_files/ResPolGeorghiouRoesser.pdf.
- Gomes-Casseres, B. (1994). 'Group versus group: how alliance networks compete', *Harvard Business Review*, 62–74.
- Granheim, C.I.O. (2013). *Análise de Políticas Nacionais Impacto dos sistemas agrícolas e alimentares na Nutrição Moçambique*. United Nation Systems, Standig committee of nutrition.
- Jacobs, C., & Almeida, B. (2020). *Relatório de pesquisa, propriedades e alterações climáticas: direitos e deslocados ambientais em Moçambique*. Suíça: EEditora Van Vollenhoven Institute for Law, Governance and Society.
- Júnior, J.P.B., & Martins, P.C. (2012). Envolvimento comunitário na Estratégia de Saúde da Família: dilemas entre institucionalização e efetiva participação. *Physis Revista de Saúde Coletiva*, 22 (4): 1313-1332.
- Kingsley, G., Bozeman, B. & Coker, K. (1996) 'Technology transfer and absorption: an R&D value mapping approach', *Research Policy*, 25, 967–995.
- Laursen, K., & Salter, A. (2004). Searching low and high: what types of firms use universities as a source of innovation? *Research Policy*, 33(8), 1201-1215. <https://doi.org/10.1016/j.respol.2004.07.004>.
- Lozano, L.P., & Cadavid, B.Z. (2009). Redes sociales, participación e interacción social. *Trabajo Social*, 11, 147-158. <file:///C:/Users/Acer/Downloads/Dialnet-RedesSocialesParticipacionEInteraccionSocial-4085233.pdf>.
- Marconi, M. de A., & Lakatos, E. M. (2003). *Fundamentos de metodologia científica*. 5. Ed. São Paulo: Atlas.
- Mângia, E. F., & Muramoto, M. T. (2005). O estudo de redes sociais: apontamentos teóricos e contribuições para o campo da saúde. *Rev. Ter. Ocup.*, 16 (1), 22-30. <https://doi.org/10.11606/issn.2238-6149.v16i1p22-30>.
- Martins, A., Freitas, R.P., & Ribeiro, S. (2013). Atlas de Oportunidades. http://www.healthyn.pt/Images/Documentos/Benchmarking_Mo%C3%A7ambique.pdf
- Ministério da Saúde. (2018). Manual de Tratamento e Reabilitação Nutricional Volume I: 0 aos 14 Anos. República de Moçambique. <https://www.fsnnetwork.org/sites/default/files/2020-07/PRN-I-Manual-Tratamento-Reabilitac%CC%A7a%CC%83o-Nutricional-Vol-I-Set2018.pdf>.

- Ministério da Saúde. (2012). Avaliação Conjunta Anual do Desempenho do Sector de Saúde – 2011. https://www.uhc2030.org/fileadmin/uploads/ihp/Documents/Country_Pages/Mozambique/Mozambique%20JAR%202011.pdf.
- Moçambique. (2020). *Plano Nacional de Tripla Eliminação da Transmissão Vertical do HIV, Sífilis e Hepatite B em Moçambique, 2020- 2024*.
- Moçambique. (2016). *Resposta Global à SIDA Relatório do Progresso*. https://www.unaids.org/sites/default/files/MOZ_narrative_report_2016.pdf.
- Moçambique. (2012). Programa de Acção Social Produtiva (PASP). https://www.preventionweb.net/files/30404_pasp22102012final.pdf.
- Moçambique. (2011a). Plano de Acção para Redução da Pobreza (PARP) 2011-2014. <https://www.open.ac.uk/technology/mozambique/sites/www.open.ac.uk.technology.mozambique/files/pics/d130879.pdf>.
- Moçambique. (2011b). Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Setor Agrário. <https://www.open.ac.uk/technology/mozambique/sites/www.open.ac.uk.technology.mozambique/files/pics/d130876.pdf>.
- Moçambique. (2010). Plano de Acção Multisectorial para a Redução da Desnutrição Crónica em Moçambique 2011 – 2014 (2020). https://www.who.int/nutrition/landscape_analysis/MozambiqueNationalstrategyreductionstunting_Portuguese.pdf.
- Moçambique. (2001). Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta, 2001-2005 (PARPA). https://www.mef.gov.mz/index.php/documentos/instrumentos-de-gestao-economica-e-social/estrategia-para-reducao-da-pobreza-parpa-i-2001-2005/7-parpa-i/file?force_download=1
- Newman, M.E.J. (2006). Modularity and community structure in networks. *Proc. Natl. Acad. Sci*, 103, 8577–8582.
- Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação. (2009). *Escola na Machamba do camponês*.
- Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação. (n.d). Estudo de caso, Educação nutricional e comunicação para a mudança social e de comportamento (CMSC). <http://www.fao.org/3/cb0496pt/CB0496PT.pdf>.
- Paiva, F.S.de., Costa, P.H.A.da., Ronzani, T.M. (2012). Fortalecendo redes sociais: desafios e possibilidade na prevenção ao uso de drogas na atenção primária à saúde fortalecendo redes sociais. *Aletheia*, 37, 57-72.
- Pereira, A.S., Shitsuka, D.M., Parreira, F.J., & Shitsuka, R. (2018). *Metodologia da pesquisa científica*. UFSM. https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/358/2019/02/Metodologia-da-Pesquisa-Cientifica_final.pdf.
- Ramírez, Y.P.G., Tamayo, E.M.P., Salazar, A.D.M. & De Oliveira, M.R.M. (2019). Inducción de una Red Académica como estrategia de fortalecimiento de las Políticas Públicas de Soberanía y Seguridad Alimentaria y Nutricional en Suramérica. *Revista Hispana para el Análisis de Redes Sociales*, 30(2), 167-180. <http://doi.org/10.5565/rev/redes.844>.
- Rodrigues, D. S., Carvalho, M. A. A. S., & Ximenes, V. M. (2011). A comunidade como espaço de produção de saúde mental: contribuições da Psicologia Comunitária ao processo de desinstitucionalização. *Estud. pesqui. psicol.* 11 (3), 734-754.
- Saforcada, E. T. (2008). El Concepto de Salud Comunitaria ¿Denomina solo un escenario de trabajo o también una nueva estrategia de acción en salud pública? *Psicol. pesq.* 2 (2), 3-13.
- Salla, A., Landoni, P. & Vergant, R. (2011). Inderscience Enterprises Ltd. R&D networks: an evaluation framework *Int. J. Technology Management*, 53,(1), 19-43.

Considerações gerais

O ciclone Idai constituiu oportunidade para estudarmos o sistema alimentar pós-ocorrência de um evento climático. Lembrar que na altura da passagem deste evento, o pesquisador não estava em Moçambique. Antes, tudo era baseado no que se ouvia dizer pelos diferentes meios de comunicação. Assim, ter chegado em Sussundenga e ver o estado em que ficaram as benfeitorias e campos de cultivo, foi suficiente para imaginar o quanto o ciclone Idai foi aterrorizador. Seus efeitos se fizeram sentir sobre a produção, na sua maioria proveniente da agricultura familiar e de subsistência, e em resultado disso, houve também redução na disponibilidade e no acesso aos alimentos.

Ainda olhando para os resultados desse tipo de agricultura, pode-se concordar com a ideia de que alguns dos programas que o país adotou, como a Revolução Verde, da forma como evoluiu, podem estar trazendo mais malefícios que benefícios para a agricultura, pois atendem exclusivamente a um sistema alimentar de escala industrial.

Os ambientes alimentares, devido às condições higiênicossanitárias, aliados ao acesso à água (inexistência de água encanada) contribuem para a ocorrência de doenças, incluindo a diarreia, que podem levar à desnutrição, e de forma geral, podem afetar a segurança alimentar e nutricional das famílias.

O tamanho das áreas produtivas não é uniforme. As pessoas nativas, no geral têm maiores extensões de terra. A qualidade do solo é tida como propícia para a prática de agricultura, embora devido a queimadas descontroladas e uso de fertilizantes químicos, agravadas pela ocorrência do ciclone, podem estar prejudicando o solo. Essa relação com o ecossistema (queimadas) pode estar contribuindo também para o escasseamento de animais que antes estavam disponíveis para a caça.

Os agregados familiares vivendo em vulnerabilidade à insegurança alimentar tiveram piora na sua situação de vulnerabilidade, tendo originado a presença de fome. A problemática em torno das questões de gênero, particularmente o patriarcado pode estar contribuindo para a fraca presença de mulheres nas ações cooperativas. Ademais, as organizações sociais funcionam em meio a fragilidades, a nível material e de capital humano.

Da análise de atividades de trabalho em rede, as ações e programas visando a prevenção e combate à desnutrição não estão contemplando a questão do envolvimento comunitário de forma efetiva. Igualmente há necessidade de o setor responsável pela coordenação dessas ações fazer-se mais próximo e presente junto ao território.

Referências bibliográficas

1. Rotemberg S, Vargas S. Práticas alimentares e o cuidado da saúde: da alimentação da criança à alimentação da família. **Rev. Bras. Matern. Infant.** Recife, v. 4, n.1, p- 85-94, 2004.
2. Stevens GA, Finuance MF, Paciorek CJ, Flaxman SR, White AR, Donner AJ, Ezzati M. “Trends in mild, moderate, and severe stunting and underweight, and progress towards MDG 1 in 141 developing countries: a systematic analysis of population representative data.” **Lancet**, n. 380, p. 824–834, 2012.
3. Benson, Todd. “Cross-sectoral Coordination Failure: How Significant a Constraint in National Efforts to Tackle Malnutrition in Africa?”. **Food and Nutrition Bulletin** 28, n. 2 Suppl, p. 323–330, 2007.
4. Governo da República de Moçambique. **Constituição da República**. Maputo, 2018. Disponível em: <https://www.portaldogoverno.gov.mz/por/Governo/Legislacao/Constituicao-da-Republica-de-Mocambique>. Acesso em 7 julho 2020.
5. PINTEREST. s/d. Geograph map. Disponível em: <https://br.pinterest.com/pin/542120873870970259/>.
6. Azambuja D. Teoria Geral do Estado. **Globo**, Rio de Janeiro, 2008.
7. INE (Instituto Nacional de Estatística). **Censo Geral da População**, Maputo, 2017.
8. Fox ML. Beating the Odds: Sustaining Inclusion in Mozambique’s Growing Economy (Directions in Development). Washington, D.C., **World Bank Publications**, 2008.
9. ADBG (African Development Bank Group). “Republic of Mozambique: Country Strategy Paper 2011-2015.” **African Development Bank**, 2011. Disponível em:

<http://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/PolicyDocuments/Mozambique%20-%202011-15%20CSP.pdf>. Acesso em 4 julho 2020.

10. Arndt C, Tarp F, Jensen HT, Robinson S, Heltberg. R Facing the Development Challenge in Mozambique - an economywide perspective Research Report. Washington, D.C., International Food Policy Research Institute, 2002.
11. Governo da República de Moçambique. Conselho de Ministros. **Plano director para a redução do risco de desastres 2017-2030**. Maputo, 2017.
12. Nicolau QC. Análise das transformações técnicas produtivas da avicultura de corte em Moçambique: do estado estruturante ao liberalismo econômico. Jaboticabal – UNESP/FCAV. (Dissertação de Mestrado), 2008.
13. Langa JMRC. Análise de impactos da produção de alternativas agroenergeticas em Moçambique: o caso da província de Manica. Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, Programa de Pós-Graduação em Geografia (dissertação de mestrado), 2012. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/pos/geo/dis_teses/12/ms/langa.pdf. Acesso em: 10 julho 2020.
14. Altuna RRA. **Cultura banto e cristianismo**. Luanda, editora Âncora, 1974.
15. Newit M. **História de Moçambique**. Lisboa: Europa-América, 1997.
16. UEM (Universidade Eduardo Mondlane). Departamento de História. História de Moçambique. Primeiras Sociedades Sedentárias e Impacto dos Mercadores. Cadernos TEMPO, Maputo, v.1, 1982.
17. Arndt C, Tarp F, Jensen HT, Robinson S, Heltberg. R Facing the Development Challenge in Mozambique - an economywide perspective Research Report. Washington, D.C., International Food Policy Research Institute, 2002.
18. Nicolau QC, Borges ACG, Souza JG. Cadeia produtiva avícola de corte de Moçambique: caracterização e competitividade. **Revista de ciências agrárias**, p. 180-196, 2011.
19. Silva TMC, Moçambique: um perfil. s/d. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/emancipa/gen/mozambique.html#p1>. Acesso em: 5 julho 2020.
20. Mosca J. **Economia de Moçambique**: século XX. Lisboa, Instituto PIAGET, 2005.

21. Nicolau QC. Análise das transformações técnicas produtivas da avicultura de corte em Moçambique: do estado estruturante ao liberalismo econômico. Jaboticabal – UNESP/FCAV. (Dissertação de Mestrado), 2008.
22. Hermele K. Moçambique numa encruzilhada: economia e política na era de ajustamento estrutural. Bergen: CHR Michelsen Institute, 1990.
23. Matos EAC. A nova abordagem de gestão de áreas de conservação e suas implicações socioespaciais: o caso de Chimanimani no centro de Moçambique. Porto Alegre: UFTGS/PPGEA. Dissertação (Mestrado em Geografia). 2011. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/29553/000777536.pdf>. Acesso em: 10 julho 2020.
24. Governo de Moçambique. PLANO DE ACÇÃO PARA A REDUÇÃO DA POBREZA ABSOLUTA 2006-2009 (PARPA II). Conselho de Ministros. 02 maio 2006. Disponível em: <https://www.portaldogoverno.gov.mz/por/Governo/Documentos/Planos-e-Programas-de-Governacao/Plano-Economico-e-Social>. Acesso em 2 de agosto.
25. Banco Mundial. O relatório sobre o desenvolvimento em Moçambique. Maputo, Banco Mundial, 2013.
26. Almeida SA, Roffarello LM, Filipe M. Moçambique 2014. Maputo, OECD, 2014.
27. Shenga C, Pedro C, Muendane E. Perspectiva Multidimensional da Experiência da Pobreza em Moçambique, 2002-2012. Afrobarometer, 2013.
28. Decreto-Lei n. 5/75 de 19 de agosto de 1975. Nacionalização das clínicas privadas. Boletim da República, Maputo, I Série, n. 24, 1975.
29. Mitano F, Ventura CAA, Lima MCRAA, Balegamire JB, Palha PF. Direito à saúde: (in)congruência entre o arcabouço jurídico e o sistema de saúde. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, v.24, n.2679, 2016.
30. Lei n. 2/77 de 27 de Setembro. República de Moçambique. Criação de taxas de internamento hospitalar e possibilidade de atualização das mesmas. Boletim da República. I série, n. 24, 1977.
31. Lei n. 25/91 de 31 de dezembro. República de Moçambique. Criação do Serviço Nacional de Saúde. Boletim da República, Maputo, I Série, n. 54, 1991.
32. Silva BK, Bezerra AFB, Tanaka OY. Direito à Saúde e integralidade: uma discussão sobre os desafios e caminhos para a sua efetivação. **Interface Comun Saúde Educ**, v.16, n.40, p.59-249, 2012.

33. Lei n. 40/2004 de 18 de fevereiro. Regulamento geral dos hospitais. Boletim da República, Maputo, I Série, n. 7, 2004.
34. Pacto Internacional dos Direitos Econômicos e Culturais. Assembleia Geral das Nações Unidas. 16 Dez 1996. Disponível em: <http://www.oas.org/dil/port/1966%20Pacto%20Internacional%20sobre%20os%20Direitos%20Econ%20micos,%20Sociais%20e%20Culturais.pdf>. Acesso em: 9 julho 2020.
35. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Tradução oficial, United Nations High Commissioner For Human Rights Disponível em: <https://www.oas.org/dil/port/1948%20Declara%C3%A7%C3%A3o%20Universal%20dos%20Direitos%20Humanos.pdf>. Acesso em: 10 julho 2020.
36. Pacto Internacional dos Direitos Econômicos e Culturais. Assembleia Geral das Nações Unidas. 16 Dez 1996. Disponível em: <http://www.oas.org/dil/port/1966%20Pacto%20Internacional%20sobre%20os%20Direitos%20Econ%20micos,%20Sociais%20e%20Culturais.pdf>. Acesso em: 9 julho 2020.
37. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Tradução oficial, United Nations High Commissioner For Human Rights Disponível em: <https://www.oas.org/dil/port/1948%20Declara%C3%A7%C3%A3o%20Universal%20dos%20Direitos%20Humanos.pdf>. Acesso em: 10 julho 2020.
38. OUA (Organização da Unidade Africana). Carta Africana dos Direitos Humanos e dos povos. Abuja – Gâmbia, 1981. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/africa/banjul.htm>. Acesso em: 10 julho 2020.
39. INE (Instituto Nacional de Estatística), MISAU (Ministério da Saúde). Relatório Preliminar. Inquérito Demográfico e de Saúde. Maputo, 2011. Disponível em: <https://dhsprogram.com/pubs/pdf/PR14/PR14.pdf>. Acesso em: 8 julho 2020.
40. PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). Human Development Report 2015: work for human development. New York, PNUD, 2019
41. PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). Human Development Report 2015: work for human development. New York, PNUD, 2015.
42. O'langhlin O. O desafio de saúde Rural. In: Brito L. et al. Desafios para Moçambique 2012. Maputo: IES, p. 333-370. 2012.
43. PEDSA (Plano Estratégico de Desenvolvimento do Sector Agrário 2011-2020). Governo da república de Moçambique. Maputo. 201.

44. CRM (Constituição da República de Moçambique). 1975. Disponível em: <http://cedis.fd.unl.pt/wp-content/uploads/2016/02/CONST-MOC-75.pdf>. Acesso: 1 agosto 2020.
45. Toledo AP. PROSAVANA: INSTRUMENTO DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL (NORTE)-SUL-SUL iii encontro de internacionalização do conpedi – Madrid. Conpendi: Conselho Nacional e pós-graduação em Direito. Florianópolis, 2015.
46. Shankland A, Gonçalves E, Favareto A. Social movements, agrarian change and the contestation of ProSAVANA in Mozambique and Brazil, African Agriculture (CBAA) project work stream. 2016.
47. Mário, TV. STV Jornal da noite. 31 julho 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5Yj4IRHKyeU>. Acesso em: 31 julho 2020.
48. Perin, Vanessa. O ProSavana: transferência de tecnologia agrícola para “repetir em Moçambique o que eles fizeram no Cerrado 30 anos atrás”. Disponível em: vento.ufal.br/anaisreaabanne/gts_download/Vanessa%20Parreira%20Perin%20-%201020644%20-%203956%20-%20corrigido.pdf. Acesso em: 30 nov 2020, s/d.
49. Aabo E, Kring T. The Political Economy of Large-Scale Agricultural Land Acquisitions: Implications for Food Security and Livelihoods/Employment Creation in Rural Mozambique. Working for paper, regional for Africa, PNUD, 2012.
50. Mosca, João. Agricultura familiar em Moçambique: ideologias e política. Revista Nera, Dossiê, ano 20, nº. 38, p. 68-105, 2017.
51. CRM (Constituição da República de Moçambique). Maputo, 2018.
52. República de Moçambique. LEI DE TERRAS Lei nº 19/97 De 1 de Outubro, 1997, disponível em: https://www.sheltercluster.org/sites/default/files/docs/lei_terras_mocambique.pdf acesso em 31 julho 2020.
53. HLPE, 2014 (Painel de Alto Nível de Especialistas). Food losses and waste in the context of sustainable food systems. A report by the High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition of the Committee on World Food Security, Rome 2014.
54. Ericksen, P.J. What is the vulnerability of a food system to global environmental change? Ecology and Society, v.13, n.2, 2008.

55. FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação). Influencing food environments for healthy diets. Roma, 2016.
56. HLPE, 2020 (Painel de Especialistas de Alto Nível). Food security and nutrition: building a global narrative towards 2030. A report by the High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition of the Committee on World Food Security, Rome, 2020.
57. HLPE (Painel de Especialistas de Alto Nível). Sustainable agricultural development for food security and nutrition: what roles for livestock? A report by the High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition of the Committee on World Food Security. HLPE report 10. Rome, 2016. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-i5795e.pdf>.
58. Ericksen PJ, Ingram JS, Liverman DM. Food security and global environmental change: emerging challenges. *Environmental Science & Policy*, v.12, n.4, p. 373-377, 2009.
59. Swinburn B, Kraak V, Rutter H, Vandevijvere S, Lobstein T. Strengthening of accountability systems to create healthy food environments and reduce global obesity. **The Lancet**, v. 385, n.9986, p. 2534–2545, 2015.
60. GLOPAN (Global Panel on Agriculture and Food Systems for Nutrition). Food systems and diets: Facing the challenges of the 21st century. London, GLOPAN. 2016.
61. Mead E, Gittelsohn J, Kratzmann M, Roache C, Sharma S. Impact of the changing food environment on dietary practices of an Inuit population in Arctic Canada. The British Dietetic Association Ltd. **J Hum Nutr Diet**, v. 23 Suppl., pp. 18–26, 2010.
62. Herforth A, Ahmed S. The food environment, its effects on dietary consumption, and potential for measurement within agriculture-nutrition interventions. **Food Security**, 2015.
63. Mozzafarian, D. Dietary and Policy Priorities for Cardiovascular Disease, Diabetes, and Obesity: A Comprehensive Review. **PMC**, v.133, n.2, p. 187–225 2017.
64. Caspi CE, Sorensen G, Subramanian SV, Kawachi I. The local food environment and diet: A systematic review. **Health Place**, v.18, n.5, p.1172–1187, 2012.
65. Swinburn B, Dominich CH, Vandevijvere S. Benchmarking food environments: experts' assessments of policy gaps and priorities for the New Zealand government. Auckland: University of Auckland, 2014.

66. Hawkes C, Turner R, Waage J. Current and Planned Research on Agriculture for Improved Nutrition: A Mapping and a Gap Analysis. Report for the Department for International Development (DFID). London: Leverhulme Centre for Integrative Research on Agriculture and Health, 2012.
67. Moodie R, Stuckler D, Monteiro C, Sheron N, Neal B, e Thamarangsi T. Profits and pandemics: prevention of harmful effects of tobacco, alcohol, and ultraprocessed food and drink industries. **The Lancet**, n.381, p.670–679, 2013.
68. Glanz K, Sallis JF, Saelens BE, Frank LD. Healthy nutrition environments: concepts and measures. **American Journal of Health Promotion**, v.19, n.5, p.330–333, 2005.
69. Canesqui AM, Garcia RWD. Antropologia e nutrição: um diálogo possível [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ. Antropologia e Saúde collection. 2005.
70. Menasche R, Mirasse JJ, Cruz FT. O lugar da cultura no debate sobre segurança alimentar e nutricional: um olhar a partir de Moçambique. **Vivências: Revista de Antropologia**, n. 54, p. 192-202, 2019.
71. Garcia RWD. Reflexos da globalização na cultura alimentar: considerações sobre as mudanças na alimentação urbana. **Rev. Nutr.**, Campinas, v.16, n.4, p. 483-492, 2003.
72. Montanari M. **Comida como cultura**. São Paulo: Senac, 2008.
73. Freitas MCS, Pena PGL. Segurança alimentar e nutricional: a produção do conhecimento com ênfase nos aspectos da cultura. **Rev. Nutr.**, Campinas, v. 20, n. 1, 2007.
74. Carvalho MCSVS, Luz MT, Prado SD. Comer, alimentar e nutrir: categorias analíticas instrumentais no campo da pesquisa científica. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 16, n.1, p.155-163, 2011.
75. Taddei JA, Lang RMF, Longo-Silva G, Toloni MHdeA. Nutrição em Saúde pública. Rio de Janeiro: Editora Rubio, 2011.
76. HLPE (Painel de Especialistas de Alto Nível). Food security and nutrition: building a global narrative towards 2030. A report by the High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition of the Committee on World Food Security, Rome, 2020.
77. Ferreira CAL. Pesquisa quantitativa e qualitativa: perspectivas para o campo da educação. **Revista Mosaico**, v. 8, n. 2, p. 173-182, 2015.

78. Babour RS. Mixing qualitative methods: Quality assurance or qualitative quagmire? **Qualitative Health Research**, v.8, n.3, p. 352-361, 1998.
79. Minayo MCS. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 13. ed., São Paulo: Hucitec, 2013.
80. Creswell JW, Miller D L. Determining validity in qualitative inquiry. *Theory into Practice*, v. 39, n.3, p. 124-131, 2000.
81. Manzini EJ. Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros. In: seminário Internacional sobre pesquisa e estudos qualitativos. 2004. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Instituicao/Docentes/EduardoManzini/Manzini_2004_entrevista_semi-estruturada.pdf. Acesso em: 10 julho 2020.
82. FAO (Organização das nações unidas para Agricultura e Alimentação). Guidelines for measuring household and individual dietary diversity. 2011.
83. Ferreira AL, Pereira MFW. O Mapa Falante como Instrumento do Processo Ensino-Aprendizado do Aluno de Medicina: Relato de Experiência. **Revista de Pediatria SOPERJ** - v. 14, n. 1, p. 29-32. 2013.
84. Minayo MCS. **Pesquisa social. Teoria, método e criatividade**. São Paulo: Editora Vozes, 1993.
85. Stein E. Dialética e Hermenêutica: uma controvérsia sobre método e filosofia. In: Dialética e Hermenêutica. (Jurgen Habermas). São Paulo: **L and PM**, p. 98-134, 1987.
86. MISAU (Ministério da Saúde). Manual de Tratamento e Reabilitação Nutricional Volume I: 0 aos 14 Anos. 2 ed. República de Moçambique, Ministério da Saúde, Departamento de Nutrição, 2018.
87. FAO (Organização das nações unidas para Agricultura e Alimentação). Manual de Facilitação de Práticas Agrárias e de Habilidades para a Vida. Guião Para Facilitadores. Projecto Celeiro da Vida. Disponível em: https://coin.fao.org/coin-static/cms/media/7/13449340829800/guio_de_facilitadores_final.pdf. Acesso em: 25 julho, 2020.
88. Ferreira CAL. Pesquisa quantitativa e qualitativa: perspectivas para o campo da educação. **Revista Mosaico**, v. 8, n. 2, p. 173-182, 2015.
89. Oliveira MM. Metodologia Interativa: um processo hermenêutico dialético. **Interfaces Brasil/Canadá, Educação**, Porto Alegre, v.1, n.1, 2001.
90. Minayo MCS. O desafio do conhecimento. **Pesquisa qualitativa em saúde**. 4 ed. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 1996.

91. Coimbra F. **Hermenêutica: da gênese à reforma protestante.** Cadernos Zygmunt Bauman, Coimbra, v. 6, n. 11, 2016.
92. Chauí M. **Convite à Filosofia.** São Paulo: Editora Ática, 2004.
93. Minayo MCS. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 13. ed., São Paulo: Hucitec, 2013.
94. Brito EO. Consciência histórica e hermenêutica: considerações de Gadamer acerca da teoria histórica de Dilthey. *Trans/Form/Ação*, v. 28, n. 2, p. 149-160, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/trans/v28n2/29420.pdf>. Acesso em: 2 agosto 2020.
95. Cardoso MF, Santos ACB, Alloufa JML. Sujeito, Linguagem, Ideologia, Mundo: Técnica Hermenêutico-dialética para Análise de Dados Qualitativos de Estudos Críticos em Administração. Rio de Janeiro, XXXVII Encontro ANPAD, 2013.
96. Oliveira MM. Metodologia Interativa: um processo hermenêutico dialético. **Interfaces Brasil/Canadá, Educação**, Porto Alegre, v.1, n.1, 2001.
97. FANTA (Food and Nutritional Assistance Technical). Developing and Validating Simple Indicators of Dietary Quality and Energy Intake of Infants and Young Children in Developing Countries: Summary of findings from analysis of 10 data sets. Fhi 360, Washington, DC, 2006.

Anexos

Anexo 1

Número de questão	Grupo de alimentos	Exemplo	Sim=1	Não=0
1	CEREAIS	Milho, arroz, trigo, mapira (milho-zaburro), meixoeira (milheto), ou quaisquer outros grãos ou feitos a partir destes (por exemplo, pão, macarrão, micate ou outros produtos de grãos)		
2	RAÍZES BRANCAS E TUBÉRCULOS	Batatas brancas, inhame branco, mandioca branca, ou outros alimentos feitos de raiz.		
3	Vegetais e tubérculos ricos em Vitamina A	Abóbora, cenoura, abóbora ou batata-doce de polpa alaranjada + outros vegetais ricos em vitamina A disponíveis localmente (por exemplo, pimento vermelho)		
4	VEGETAIS VERDES ESCUROS	Vegetais frondosos de cor Verde escura, incluindo formas selvagens + localmente disponíveis a vitamina nas folhas como de mandioca, couve, espinafre, folhas de moringa, etc		
5	OUTROS LEGUMES	Outros legumes (por exemplo, tomate, cebola, berinjela) + outros legumes localmente disponíveis		
6	FRUTAS RICAS em VITAMINA A	Manga madura, papaia (mamão) madura, e 100% sumo de fruta feito a partir destes + de outras frutas ricas localmente disponíveis, ricas em vitamina A		
7	OUTRAS frutas	Outras frutas, incluindo frutos silvestres e 100% de sumo de frutas feito a partir destes		
8	CARNE (miúdo/visceras)	Fígado, rim, coração ou outras miudezas ou alimentos à base de sangue.		
9	CARNES	Carne bovina, porco, cabrito, coelho, frango, pato, outros pássaros, insetos		
10	Ovos	Ovos de frango, pato, galinha do mato, codornizes ou qualquer outro ovo.		
11	Peixe e marisco	Peixe fresco ou seco ou marisco		

12	LEGUMINOSAS, NOZES E SEMENTES	Feijão seco, ervilhas secas, lentilhas, nozes, sementes ou alimentos feitos a partir destes (por exemplo, manteiga de amendoim)
13	LEITE E PRODUTOS LÁCTEOS	Leite, queijo, iogurte ou outros produtos lácteos.
14	Óleo e gordura	Óleo, gorduras ou manteiga adicionado ao alimento ou usado para cozinhar
15	Doces	Açúcar, mel, refrigerante adoçado ou bebidas açucaradas, alimentos açucarados, como chocolates, doces, biscoitos e bolos
16	ESPECIARIAS, CONDIMENTOS, BEBIDAS	Especiarias (piri-piri preto, sal), condimentos (molho de soja, molho picante), café, chá, bebidas alcoólicas

Anexo 2

Roteiro de Questionário sócio demográfico

Para a Administração do Distrito

Código do participante: _____

Data da entrevista: ___/___/2019

I. DIAGNÓSTICO

✓ CARACTERIZAÇÃO GERAL DO DISTRITO

• Questionário sócio demográfico

1. Quantos habitantes tem o Distrito ?.....
Desse número, quantos homens....., mulheres....., idosos (60 anos e diante)....., e crianças (0-18 anos).....
2. Quais são as principais atividades de rendimento das famílias?
.....
.....
3. Quais os Sectores de Administração Pública ao nível do Distrito que cuidam da prevenção e combate a desnutrição?
4. Qual é a taxa de natalidade do distrito?
.....
5. Qual é a taxa de mortalidade infantil no distrito? E quais são as principais causas?
.....
6. Qual é o índice de desenvolvimento humano do distrito?
.....
7. Quantas comunidades existem no distrito? e qual delas é a mais povoada?....., e por que razão é a mais povoada?
8. Quais os equipamentos sociais (escola, Centro de Saúde, igreja, mercado, etc) disponíveis no distrito e onde se localizam?

9. Existe abastecimento de água canalizada ao nível do Distrito? Se sim, qual é o fornecedor?.....e nas comunidades?
.....
10. Existe corrente eléctrica de rede pública ao nível do Distrito?
11. Em relação ao CICLONE IDAI:
- Quantas pessoas morreram ao nível o Distrito?
 - Quantas pessoas ficaram afetadas?
 - Qual comunidade foi mais afetada?
 - Quantos hectares de culturas foram destruídos?
 - Que tipo de apoio alimentar as Autoridades prestam ou prestaram as famílias afetadas?
.....

NB: As questões 7 e 8 serão também colocadas aos Técnicos e à comunidade

Roteiro de entrevista

Para a Administração do Distrito

Nome do entrevistado: _____

Data da entrevista: ___/___/2019

I. DIAGNÓSTICO

✓ CARACTERIZAÇÃO GERAL DO DISTRITO

- **Acesso ao alimento**

12. Existem sistemas públicos de distribuição de alimentos ao nível do Distrito?.....Se sim, especifique.....
.....

() Para crianças enfermas ou em caso de impossibilidade de aleitamento materno?.....

13. No contexto de ações voltadas a garantia do acesso ao alimento ou redução da desnutrição, há no Distrito Programas voltados para:

- () Redução da pobreza absoluta
- () Apoio a crianças enfermas acamadas
- () Redução da mortalidade infantil

- () Combate e tratamento da desnutrição infantil
- () Nenhum
- () Outros

14. No Distrito existem órgãos (social ou governamental) de fiscalização, regulação e ou controle/ monitoramento de preços dos alimentos?..... Se sim, quais e como classifica quanto ao seu nível de atuação?.....

15. Existem órgãos (social ou governamental) de registo de entrada e saída de alimentos do distrito?..... Se sim, quais?..... e qual tem sido a periodicidade desse registo?.....

16. Existem Programas ou Projetos de geração de emprego e renda (de iniciativa pública, privada, organizações religiosas e outras instituições de Sociedade Civil?..... Se sim, quais os programas?.....

desenvolvidos por quem?.....

NB: As questões 13 e 16 serão colocadas à comunidade e aos técnicos

Roteiro de entrevista

Para a Administração do Distrito

Nome do entrevistado: _____

Data da entrevista: ___/___/2019

I. DIAGNÓSTICO

CARACTERIZAÇÃO GERAL DO DISTRITO

- **Produção de alimentos (disponibilidade)**

17. Quais os alimentos produzidos no Distrito?

18. Dos alimentos produzidos no distrito, há conhecimento de produção para fins comerciais?.....Se sim, quais os alimentos produzidos para fins comerciais?.....
19. Existe algum Programa (Social ou governamental) de incentivo a hortas, machambas domésticas?.....Se sim, como funciona?..... Quem é que coordena?.....
20. Existem Associações ou Sindicatos de produtores ao nível do distrito?..... Se sim, quais?.....
21. Existem no Distrito atividades desenvolvidas por instituições ou Agências de pesquisa voltadas a produção de alimentos?.....Se sim, quais?.....
22. Existem Programas de apoio à agricultura de subsistência ou ao pequeno agricultor?.....Se sim, quais?.....
23. Quais as principais ameaças e impactos ambientais decorrentes das atividades agrícolas no distrito?.....

NB: A questão 20 será igualmente colocada aos técnicos e a comunidade.

Roteiro de entrevista

Para a Administração do Distrito

Nome do entrevistado: _____

Data da entrevista: ___/___/2019

I. DIAGNÓSTICO

CARACTERIZAÇÃO GERAL DO DISTRITO

• **Estado Nutricional**

24. O distrito dispõe de algum sistema ou forma de registo de informação sobre o Estado Nutricional das crianças?..... E tem ao nível das comunidades?..... Se sim, o que é feito com essa informação?..... quais são os responsáveis pela recolha dessa informação?.....

.....

25. Existem funcionários públicos que tiveram capacitação relacionada à alimentação e desnutrição?.....Se sim, quem são e em que setor estes atuam?.....Quais os conteúdos ministrados nestas capacitações?.....

.....

26. De que maneira a Educação Nutricional está inserida no currículo escolar?.....

.....

27. Existem instituições de assistência à Saúde no distrito?..... Se sim, quais desenvolvem programas educativos voltados para a alimentação?.....

.....

28. São desenvolvidas ações de promoção ao aleitamento materno no distrito?.....Se sim, quais as ações e quem as desenvolve?.....

.....

29. Como é a participação e adesão do público alvo?.....

.....

30. Quais outros Programas para a prevenção e controle da desnutrição no distrito?.....

.....

31. Há parcerias com a Rádio Comunitária local para a realização de Campanhas de Educação para a Alimentação?.....

Roteiro de entrevista

Para a Direcção da Escola primária de Mulima

Nome do entrevistado: _____

Data da entrevista: ____/____/2019

I. DIAGNÓSTICO

• CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE DE MULIMA

32. Quantos alunos estão matriculados na Escola Primária de Mulima?..... e quantos é que estão na 1ª classe?.....
33. Em que comunidade vivem os alunos que frequentam a Escola Primária de Mulima?.....
34. Quais as atividades principais dos pais e encarregados de educação dos alunos.....
35. Existe informação sobre o Estado Nutricional dos alunos matriculados na escola de Mulima?.....Se sim, como é que se pode ter acesso a essa informação?.....
-

I. Questionário sócio demográfico

Para a comunidade

36. Idade do participante:_____ Género: Homem Mulher

37. Escolaridade:_____ Primeiro grau ensino médio universitário

Habitação:

38. Tipo de casa:

Própria alugada emprestada outro:_____

Material de construção da casa: madeira cimento palha caniço argila

Outro:_____

39. Tempo de moradia em Sussundenga:

Morou a vida inteira Tempo ou idade de chegada: _____

Índice socioeconômico

40. Trabalho: não sim

Qual: _____

Tipo de trabalho:

Integral trabalho meio tempo trabalho irregular Venda de produção familiar

Serviços básicos:

41. Água

Água de beber: Canalizada do FIPAG Rio Poço

Não tem em casa distancia para ir obtê-la _____

Outro: _____

Tratamento de água: nenhum fervida cloro e certeza

Outro: _____

Água para cozinhar: Canalizada pelo FIPAG Rio Poço

Outro: _____

Água para banho e limpeza: Canalizada pelo FIPAG canal aberto Poço

Outro: _____

42. Tem Sistema de Aterro sanitário na comunidade? Não sim

Lugar de Necessidades maiores: quintal rua

Outro: _____

43. Qual é a forma de iluminação noturna em sua casa ?

Vela de cerra candeeiro com petróleo

Outro: _____

II. Inventário da machamba/ domicílio

Para a comunidade Sociodemográfico

44. Cultiva na machamba?

Se sim de quem é a machamba que vai cultivar?

Há quanto tempo que cuida da machamba?

Tem acesso a outro local de produção: Não sim número de parcelas: _____ e/ou área: _____

Se sim, qual: _____

45. Depois do ciclone IDAI o que é que ficou perdido na machamba?

Uso/utilização

46. Funções do quintal:

Produção de alimento produção de remédio carvão

Criação de animais: galinha ___ porco ___ cabrito ___ pato ___

Outros: _____

47. Você cultiva alguma espécie no quintal ou na machamba que considere rara, estranha ou escassa na comunidade? Não sim

Se sim, quais: _____

(Disponibilidade, uso e estabilidade)

48. De onde provém a comida que a sua família consome?.....

49. O que você compra?.....

50. Tem alguma horta em casa ou machamba na comunidade?.....O que é que plantam nas machambas?.....

51. Quais produtos não consegue produzir e por isso compra fora?

52. Quais produtos não se encontram em Sussundenga ou na comunidade?

53. O que você vende e aonde?

54. Consegue vender toda a produção?

55. O que você troca?

56. O que você dá?

57. O que você recebe?

58. Com relação ao que planta, alguma parte é destinada a comercialização?.....Se sim, quais é que comercializa?.....

59. Em caso de comercialização, quem é que compra, normalmente o que comercializa?.....

- () População da comunidade de Mulima;
- () População de outras comunidades de Sussundenga
- () Residentes de outras partes da província
- () Outros. Especifique

60. Quais alimentos eram mais difíceis de adquirir, antes do Ciclone IDAI?

61. Quais alimentos são mais difíceis de adquirir agora, depois do Ciclone IDAI?

62. Quais alimentos são mais fáceis de adquirir?

63. Quais alimentos você pode encontrar, mas não pode adquirir?

64. Quais alimentos você pode encontrar, mas não pode adquirir e gostaria de ter acesso?

65. Quais alimentos você gostaria de adquirir que não pode encontrar?

Estabilidade

66. Quais alimentos você e sua família consumiam todos os dias, antes do ciclone?

67. Quais alimentos você e sua família consomem todos os dias, agora, depois do Ciclone IDAI?

68. Quais alimentos estavam disponíveis o ano todo, antes do ciclone?

69. E agora, depois do Ciclone, quais é que estão disponíveis o ano todo?

Guia da entrevista semiestruturada

Comida (percepção sobre a qualidade -Comunidade)

58. Você acha que sua alimentação é saudável? : Não sim Porquê? _____

59. O que você acha que é uma boa comida para seus filhos comerem?

60. O que você acha que é uma comida ruim para seus filhos comerem?

61. Como é que prepara a comida para sua família?

62. Você amamentou seus filhos até que idade?

63. Com que idade introduz outros alimentos, para além do aleitamento materno, na alimentação de seus filhos?

_____ Porquê _____

Plantação

64. Como você planeja a sua plantação?
65. Como você escolhe as espécies que vai plantar?
66. Como você obtém as sementes?
67. Quais são principais problemas que você enfrenta enquanto à produção?
68. Quando falta comida para sua família o que você faz?
69. O modo de plantação atual teve alguma influência?.....Se sim, qual?.....
.....
.....
70. Recebe ou já alguma vez recebeu algum apoio ou incentivo para a produção por parte de algum órgão do público ou privado?.....Se sim, especifique o tipo de apoio?.....

Mudanças

71. Desde sua infância, quais foram as principais mudanças na produção de alimentos?
72. E depois do Ciclone, que espécies já não encontra mais no seu quintal, machamba ou na Comunidade?
73. O que é que plantavam antigamente, há 10 anos atrás, que já não o fazem hoje?..... Por que razão é que deixaram de plantar?.....

Desnutrição (Jogo de cartas, mapa falante)

74. Qual deve ser o tipo de alimentação para que as crianças para que se previna e combata a desnutrição infantil?.....
75. O que é que necessita geralmente para comprar para a alimentação de sua família?.....
.....
76. O seu filho toma alguma refeição antes de ir a Escola?.....Se sim, o que é que come geralmente?.....
.....
77. Já alguma vez teve Educação Nutricional por parte de algum órgão (público ou privado) ou através da Rádio Comunitária local?..... Se sim, especifique a forma como se deu essa atividade?.....
.....

.....E o que achou dessa atividade?.....

78. A sua família realiza alguma festa tradicional?.....Se sim, que tipo de alimentos se confecciona nesses eventos e como se preparam?.....

79. Se tivesse que mudar alguma coisa na alimentação da sua família mudaria algo?.....Se sim, o quê?.....

Questionário de Redes sociais

80. Você costuma conversar ou trocar informação sobre temas ligados à produção de alimentos, consumo de alimentos desnutrição com outras pessoas? não sim

Nome	Sexo	Relação (Parente, amigo, colega, sócio, promotor técnico, gestor, etc.)	Sobre quais informações vocês conversam?	Acredita nas informações dessas pessoas?	Outras fontes de Informação
				não <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/>	Televisão não <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/>
				não <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/>	Rádio não <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/>
				não <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/>	Outra

81. Como é que você atua na família, na comunidade ou gostaria de intervir para a prevenção da desnutrição infantil?.....

82. Como é que acha que cada integrante da Comunidade deve atuar para a prevenção e redução de índices de desnutrição?.....

Cultura Alimentar/ Hábitos alimentares

83. Com relação à formação de hábitos alimentares, quem foram os primeiros habitantes do Distrito?.....

a) Que costumes alimentares perderam-se ao longo do tempo e quais é que sobrevivem?.....

b) Que outra influência teve a formação de hábito alimentar?.....

c) Há algum alimento/ planta nativa que confere identidade ao lugar?.....Se sim, qual e como se prepara, se for acaso?.....

.....

d) Que alimentos são mais consumidos pelas famílias?.....Como são preparados e consumidos?.....

Por que é que esses alimentos são mais consumidos que outros?.....

.....

..

e) Há festas tradicionais no distrito?.....Se sim, existe algum alimento que não deve faltar nessas ocasiões?.....

84. Quais são as curiosidades históricas, geográficas e culturais do distrito de Sussundenga?.....

.....